

JULIO DE
MESQUITA FILHO

Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávoro

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jäder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva



Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud



JULIO DE MESQUITA FILHO

José Alfredo Vidigal Pontes



ISBN 978-85-7019-514-2
© 2010 Coleção Educadores
MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica MEC/UNESCO, o qual tem o objetivo a contribuição para a formulação e implementação de políticas integradas de melhoria da equidade e qualidade da educação em todos os níveis de ensino formal e não formal. Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A reprodução deste volume, em qualquer meio, sem autorização prévia, estará sujeita às penalidades da Lei nº 9.610 de 19/02/98.

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sigma Comunicação
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Pontes, José Alfredo Vidigal.

Julio de Mesquita Filho / José Alfredo Vidigal Pontes. – Recife:

Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

172 p.: il. – (Coleção Educadores)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7019-514-2

1. Mesquita Filho, Júlio de, 1892-1969. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.

CDU 37(81)

SUMÁRIO

Apresentação por Fernando Haddad,	7
Ensaio, por José Alfredo Vidigal Pontes,	11
O educador,	15
Da formação nacionalista à concepção da universidade,	19
Do inquérito sobre a instrução pública à criação da USP,	35
Defensor da escola pública,	45
O jornalista,	56
<i>O Estadinho</i> ,	56
Um revolucionário na redação,	57
Um grande debate cultural,	60
O político,	66
Anos revolucionários,	68
A Revolta do Forte de Copacabana,	68
Civis e militares,	70
A insatisfação urbana,	73
Os desdobramentos de 1922,	76
A Revolução de 1924,	77
A Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes,	79
A crise final da República Velha,	81
A Revolução de 1932,	86
O exílio,	92
Uma curta vitória política,	92
O fim da trégua para os liberais,	93

1964: novo desencanto, 95
Mesquita Filho atual, 97

Textos selecionados, 103

Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio
de sociologia política, 103

Nordeste, 104

Política e cultura, 104

Conceitos e ideias de Armando de Salles Oliveira, 105

O que é uma universidade, 106

A natureza orgânica da universidade, 108

A Faculdade de Ciências e Letras

e o espírito universitário, 110

Armando de Salles Oliveira e a cidade universitária, 112

O dever de prestigiarem-se as universidades, 114

Pensamento diretor dos fundadores

da Universidade de São Paulo, 118

Fontes da doutrina, 119

Humanidades clássicas ou humanidades modernas, 120

Conceito integral da universidade, 122

Um inquérito, 124

Ciência e espírito de pesquisa, 128

A missão da Faculdade de Filosofia, 129

A universidade e o ensino secundário, 132

Espírito universitário, 134

A cidade universitária, 137

Liberdade de ensino remunerada, 147

Conceito de universidade, 149

Cronologia, 163

Bibliografia, 167

APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l'éducation*, organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores*, o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

* A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: “Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação”. Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação



JULIO DE MESQUITA FILHO
(1892 - 1969)

José Alfredo Vidigal Pontes

Refletir acerca de Julio de Mesquita Filho é um verdadeiro exercício multidisciplinar, dadas suas várias atividades em diversos campos. Sua destacada atuação em favor da educação pública no país esteve sempre imbricada com a carreira jornalística e, também, com seu grande envolvimento nos rumos políticos do Brasil, que lhe custou dezoito prisões e dois exílios. Dissociar uma atividade da outra é apenas uma tentativa didática de expor diferentes facetas de uma mesma personalidade.

Jornalista por herança vocacional e familiar, sua inquietação intelectual em busca de horizontes para a formação de uma civilização brasileira o induziu a lutar nas arenas da política e da cultura. Na área educacional, ficou mais conhecido por sua atuação decisiva na criação da Universidade de São Paulo, mas não seria menos importante sua luta pela instituição do dever do estado brasileiro de prover escola básica para todos, por meio das leis de diretrizes e bases. Foi signatário do *Manifesto dos Pioneiros de 1932* e do Manifesto de 1959, em luta pela escola pública, laica e gratuita.

Complexa e com diversos significados, a história de Mesquita Filho excede o que se encontra aqui exposto. A extensa experiência política do jornalista se deu em meio a fatos continuamente mal compreendidos da história do Brasil no século XX, que formam

N.E: Optamos pela grafia do nome do educador sem acento, assim como adotado pela imprensa, especialmente por *O Estado de S.Paulo*, que Julio de Mesquita dirigiu de 1927 a 1969.

o panorama cultural e político estadual e nacional, por conseguinte, presentes nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. Assim, além de investigar o educador Julio de Mesquita Filho em seu tempo, é preciso considerar sua participação ou a de seu jornal em nossa história política.

Mesmo antes de seu nascimento, o pai, Julio Mesquita, republicano militante, exercia relevantes atividades políticas e culturais. Ele foi certamente a maior influência que recebeu em sua vida, portanto, sua história é brevemente destacada nesta introdução.

Filho de imigrantes portugueses de Trás-os-Montes radicados na cidade de Campinas, Julio Mesquita tornou-se o mais importante jornalista de seu tempo em São Paulo e um dos mais influentes do Brasil.

Portador de talento extraordinário para as letras, Julio Mesquita absorveu fortemente o espírito republicano que pairava em Campinas nas últimas décadas do império. Estudou no famoso colégio Culto à Ciência, criado por republicanos e um dos marcos da história da educação no Brasil, no qual eram lecionadas disciplinas voltadas para o mundo natural, relativizando o ensino de humanidades, até então hegemônicas nos ginásios do país.

Nesse colégio, fundado em 1873, eram cultivadas as aspirações libertárias dos homens e dos espíritos. Foi lá que Julio Mesquita teve como professor de história e preceptor intelectual o renomado Francisco Rangel Pestana, que seria poucos anos depois o diretor de redação do jornal *A Província de S. Paulo*, órgão republicano que passou a circular em 1875.

Enquanto cursava o 'Culto', Julio Mesquita envolveu-se com o Clube Republicano Acadêmico, tornando-se amigo de outros jovens igualmente avessos à monarquia: Julio de Castilhos, Assis Brasil, Alberto Salles, Pedro Lessa e Afonso Celso. Na mesma época passou a frequentar a Charutaria King, onde se reuniam os 'caifazes', republicanos radicais de Campinas liderados por Luís Gama, os quais patrocinavam alforrias, estimulavam fugas de es-

cravos e davam apoio material e jurídico aos quilombolas.

Em 1884, já trabalhando como redator do jornal republicano *A Gazeta de Campinas*, Julio Mesquita casou-se com Lucila Cerqueira César, filha de José Alves de Cerqueira, advogado e político que na época era um dos principais articuladores dos republicanos paulistas e um dos sócios fundadores do jornal *A Província de S. Paulo*, órgão republicano na capital.

Em 1885, Julio Mesquita passou a trabalhar nesse jornal, escrevendo editoriais, ao lado de seu antigo professor e preceptor político, Rangel Pestana. Neste mesmo ano, o jornal paulistano entrou em grave crise financeira devido a certas críticas feitas por Alberto Salles, então diretor do jornal, acerca da influência portuguesa no Brasil. Embora também fosse luso-brasileiro, Alberto Salles, irmão do futuro presidente da República, José de Campos Salles, exagerando em justos elogios aos italianos, havia escrito que uma das grandes infelicidades do Brasil era ter sido colonizado por Portugal.

Como boa parte dos anunciantes eram comerciantes portugueses, estes retiraram a propaganda no diário republicano, quase o levando à falência. Foi então que Julio Mesquita, filho de portugueses, habilmente conseguiu desculpar-se com os patrícios dos pais e trazer os anunciantes de volta.

Após a proclamação da República, Julio Mesquita e seu sogro José Alves de Cerqueira César foram adquirindo cotas de outros acionistas fundadores, até que em 1902 Julio Mesquita assumia totalmente o controle acionário do jornal, rebatizado como *O Estado de S. Paulo* desde janeiro de 1890. Assim, Julio Mesquita conseguia despartidarizar o jornal e transformá-lo em órgão independente da política oficial, coisa rara naquele momento, principalmente em São Paulo.

Nesse mesmo ano, Julio Mesquita e Cerqueira César lideraram a Dissidência Republicana, quando o presidente Campos Salles

iniciou sua ‘política de governadores’, esvaziando o Poder Legislativo. Isto aconteceu apesar do parentesco que havia entre eles: Campos Salles era tio materno de Dona Lucila e, portanto, tio-avô de Julio de Mesquita Filho. No ano seguinte (1903), *O Estado* apoiava uma greve geral ocorrida na cidade de São Paulo.

Em pouco tempo, Julio de Mesquita transformou o antigo órgão partidário no diário mais moderno do país para sua época e um dos mais influentes. Sobre ele disse o sociólogo e historiador Jorge Caldeira:

Em 39 anos de atividade, Julio Mesquita conseguiu se tornar dono da publicação onde começou como funcionário, transformar *O Estado de S. Paulo* numa publicação de importância nacional e montar o maior parque gráfico ao sul do Equador. (...) Sob seu comando, portanto, aconteceu a transformação de um órgão destinado a um número limitado de leitores com interesses políticos em outro que falava a uma sociedade complexa. (Prefácio do livro *A Guerra*, de Julio Mesquita. São Paulo: Terceiro Nome, p. 21)

A redação de *O Estado* sempre foi ponto de encontro de intelectuais, muitos deles trabalhando para o jornal. Foi Julio Mesquita quem lançou Euclides da Cunha como escritor, ao contratá-lo, ainda no fim do império, como articulista e repórter. Nessa época, escrevia sob o pseudônimo de Proudhon, com virulentos ataques à moribunda monarquia.

Anos depois, em 1897, já podendo assinar seus artigos com o próprio nome, Euclides seria enviado a Canudos, por Julio Mesquita, para cobrir a campanha militar destinada a sufocar a cidadela dos fanáticos seguidores de Antonio Conselheiro. O livro *Os Serões*, publicado em 1905, foi uma obra baseada nas observações que pôde fazer durante a campanha militar que arrasou Canudos.

Não só isso: o chefe da sucursal carioca de *O Estado* era ninguém menos que o poeta Olavo Bilac e, em São Paulo, trabalhava outro poeta e acadêmico, Amadeu Amaral. Este era o clima que se respirava em *O Estado*: intelectuais em busca de caminhos para o Brasil.

Assim, o “Grupo do *Estado*”, como ficou conhecido, sempre foi referência para os republicanos descontentes com os caminhos seguidos pelo Partido Republicano Paulista, o PRP, e as oligarquias regionais de outros estados, na chamada ‘política de governadores’ iniciada por Campos Salles. Nesse ambiente cresceu Julio de Mesquita Filho, o Julinho, como ficou conhecido para muitos.

Julio de Mesquita Filho era o segundo dos dez filhos de Julio Mesquita e tinha uma irmã mais velha, Esther. Herdou do pai suas duas paixões, a política e o jornalismo, mas acrescentaria mais uma ao longo da vida: a educação.

O educador

Na jovem democracia brasileira de hoje, a educação se manifesta de formas diversas nos meios de comunicação: nos programas explicitamente educativos ou na crítica aos maus resultados dos estudantes em provas internacionais, tema que parece resumir as deficiências centenárias dos brasileiros. Nas salas de aula, ambiente educativo por excelência, os jornais se convertem em recursos educativos. A busca de informações em fontes jornalísticas é valorizada como parte da formação do estudante de ensino básico no país. Veja-se, por exemplo, o Enem, o exame nacional do ensino médio, que tem parte das questões contextualizadas em matérias jornalísticas. Diversas iniciativas colocam o jornal, ou, pelo menos, o texto jornalístico, nas mãos dos alunos.

Se na sociedade do conhecimento o jornalista também é considerado um educador, o que poderia ser dito sobre Julio de Mesquita Filho, jornalista num tempo em que a competência leitora era reservada a poucos brasileiros? Pois este signatário do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932* e fundador da maior universidade brasileira foi autor de extensa obra jornalística, ainda pouco analisada em estudos acadêmicos. A mesma universidade, em cuja página comemorativa de seus 75 anos na internet, estima sua fundação como parte de acordos feitos depois da Revolução de 1932,

o que não está incorreto, mas ignora esforços dos anos 1920, notadamente o inquérito promovido por *O Estado de S. Paulo* e dirigido por Fernando de Azevedo, redator do jornal.

Interessa, portanto, esclarecer como e por que este jornalista, que participou dos movimentos cívico-militares mais importantes do século XX, tomou a educação como bandeira. Como sua participação política e profissional dinamizou a educação, quais foram suas propostas, como as viabilizou e atuou em renovadas frentes a favor da educação e da cultura. Por que o espírito liberal de Julio de Mesquita Filho aplicou seu tempo e esforços, como diretor de jornal e junto a seus familiares e correligionários, em planos que viabilizaram a criação de uma universidade pública de qualidade em São Paulo, largamente protelada.

Em suma, esclarecer seu papel propulsor no debate de fundamentos de políticas públicas que ainda hoje mantêm importância, sobretudo, o estatuto da qualidade do ensino básico vinculado à formação de professores que atendem a escola básica. Foram esses ideais que o animaram a se empenhar e colocar o jornal a serviço, por exemplo, da Campanha de defesa da escola pública, dos fins dos anos 50, cuja convenção a 5 de maio de 1960 teve Mesquita Filho à mesa, ladeado pelo líder operário Luiz Tenório de Lima, político atuante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em defesa da educação, ele superava as colorações ideológicas ou partidárias. Interessava-se, sobretudo, por educação pública de qualidade, a partir da qual lideranças políticas legítimas e esclarecidas pudessem ser formadas.

Nos livros de Julio de Mesquita Filho publicados em vida, desde *A crise nacional*, de 1925, até *Nordeste*, de 1963, coletânea de editoriais sobre três estados da região brasileira, e no publicado postumamente, *Política e Cultura* uma educação popular é colocada como subsídio essencial da democracia, da cultura e da evolução social, ações conjugadas “organicamente” pelos profissionais formados pela universidade, como será visto adiante.

Nordeste, como outras obras editadas do autor, resulta de reunião de artigos publicados em *O Estado de São Paulo* sobre aspectos políticos, sociais e ambientais de Pernambuco, Ceará e Bahia. A partir de dados estatísticos e informações obtidas em estudos de agronomia, questiona as interpretações que políticos de formação exclusivamente jurídica alegam para o subdesenvolvimento da região brasileira e fornece projetos de intervenções para repartir a terra, melhorar a economia e as condições de vida do povo. Na capital do Estado de Pernambuco, com seus 80% de analfabetos, observou o espetáculo degradante dos 300.000 habitantes favelados. Registrou:

É doloroso vermo-nos na contingência de dizer verdades tão amargas; mas não há outra maneira de encarar friamente o problema e procurar resolvê-lo. Sabemos que esse estado de coisas nos induz a apresentá-lo de um ponto de vista que nem sempre é partilhado por todos os interessados no assunto, bem como a desprezarmos, muitas vezes, os métodos pseudocientíficos com que se obstinam em estudá-los alguns espíritos formados no simples contato com os livros, ou em meios sociais que já chegaram a um alto grau de evolução humana. (Mesquita Filho, 1963, p. 20)

Nesse texto, com a habitual verve crítica, Julio de Mesquita Filho valoriza o dado estatístico da educação como um indicador para avaliar a realidade social, uma prática incomum entre seus contemporâneos, mas muito valorizada hoje em dia. Nesse sentido, ele se expressa como analista da política da educação adiante de seu tempo. Por outro lado, pode-se reparar o uso franco da terminologia evolucionista, referencial teórico que marcou sua formação e do qual nunca abriu mão. Esse entusiasmo teórico do jornalista, já apontado anteriormente, tem de ser compreendido como parte do contexto de época.

Ao discorrer sobre a história da sociologia brasileira, Antonio Candido observa que duas palavras devem ser invocadas: direito e evolucionismo. Verifica que durante os primeiros anos da república a sociologia nacional foi produzida por “juristas possuídos

pelas doutrinas do evolucionismo científico e filosófico”. (Cândido, 2006, p. 272). De fato, se lançarmos o olhar para o panorama mais amplo da constituição das ciências no mundo, quando Darwin divulgou suas ideias, pelo lançamento em 1858 da *Origem das espécies*, nenhuma conduta científica fazia oposição à noção bíblica sobre a origem divina do ser humano.

Assim, ao mesmo tempo em que uma enorme campanha difamatória contra o autor das ideias de evolução biológica e seus correligionários é posta em marcha, pensadores de outros setores do conhecimento encamparam os conceitos criados pela nova ciência da biologia, que, finalmente, encontrara uma síntese explicativa. Em seu campo de origem, esses fundamentos perduram até hoje, renovados por conhecimentos das demais ciências biológicas, os conceitos centrais evolucionistas se preservam essencialmente os mesmos. Mas na sociologia os parâmetros importados da biologia cederam lugar a outros, que se mostraram mais adequados a integrar a vida política e social das nações, contudo os ecos do evolucionismo se fizeram presentes nos textos do autor durante décadas.

Julio de Mesquita Filho esteve entre os que buscaram referenciais de interpretação da sociedade nos autores evolucionistas e manteve esse viés explicativo ao longo de sua vida. A noção de que a teoria sociológica evolucionista seria capaz de proporcionar uma visão de totalidade está de acordo com o “gosto pelos estudos gerais e as grandes sínteses explicativas” (Cândido, 2006, p. 272), marcantes da primeira etapa da sociologia nacional, antes da formação dos primeiros sociólogos com formação universitária específica, o que só veio acontecer a partir dos anos 1940.

Em um de seus últimos textos publicados, o discurso de posse de Julio de Mesquita Filho como sócio honorário da Academia Paulista de Medicina, o crédito a Spencer, principal autor do evolucionismo social, é conferido pelo jornalista: “Pertencço a uma geração cujas convicções filosóficas tinham por fundamento as con-

cepções spencerianas”. (Mesquita Filho, 1969; p. 209), mas, em seguida, coloca a sociologia evolucionista em cheque, face ao que aprendeu sobre o confronto entre a genética de Mendel e o evolucionismo biológico, em 1918, que poria por terra os fundamentos da evolução. Na verdade, JMF não teria o que temer nesse terreno, pois ainda que a sociologia evolucionista não tenha prosperado, a genética passou a contribuir com a teoria da evolução biológica.

De fato, a marca spenciariana pode ser percebida nos textos do autor ao longo de sua produção, notando-se também que faz uso de outros referenciais diversos, pois, leitor voraz, nem em seu tempo de exílio, deixou de reclamar livros para sua atualização. O mais importante a se examinar na produção intelectual de Mesquita Filho não está restrito ao que se desprende dos fundamentos epistemológicos. É preciso reconhecer suas ações, situando-as no bojo dos acontecimentos político-educacionais da época.

Não tendo sido professor, acadêmico ou autor de livros educativos, Julio de Mesquita Filho não foi um educador no sentido estrito do termo. Mas sem este mobilizador da opinião pública, a história da educação brasileira teria sido outra, certamente.

Da formação nacionalista à concepção da universidade

Julio de Mesquita Filho nasceu nos primórdios da República, no dia 14 de fevereiro de 1892, na cidade de São Paulo. Durante toda sua vida, se dedicaria a lutar pelo aperfeiçoamento do sistema político, pelo qual seu pai e seu avô materno haviam se empenhado para instaurar. O ambiente familiar já propiciava boa formação intelectual e política: seu pai, Julio Mesquita, era um dos mais destacados jornalistas brasileiros de seu tempo, e seu avô materno, José de Cerqueira César, um ilustre advogado e político republicano.

Aluno da Escola Modelo no jardim de infância e no primário, o pequeno Julinho frequentou a instituição que inaugurou a prática da pedagogia renovada em nosso país em uma escola pública, nos

seus primeiros anos de existência. Mais que isso, a escola da Praça da República na capital paulista foi paradigma para a educação republicana, ainda que tenha representado uma resposta fraca diante da promessa republicana de criar uma escola pública democrática e laica. Uma escola para todos, sem distinção, e que poderia corrigir as desigualdades sociais, segundo o ideário liberal da república. Seria um templo da cultura e do saber, que viabilizaria a nação e os brasileiros.

Vale recordar que no Brasil imperial a educação primária e média era privilégio da elite econômica que tinha acesso à escola particular religiosa. Em 1834, por Ato Adicional do Imperador, a escola primária e média tornou-se responsabilidade das províncias, descentralizando a organização voltada a esses níveis de formação. Ao poder central ficaram reservadas a normatização e a gestão do ensino superior e do Colégio Pedro II, na capital federal. Contudo, nesses moldes, a educação básica não prosperou na maioria das províncias, desprovidas de recursos financeiros, tributos destinados à educação básica.

Para o ensino médio, a solução mais comum era a criação de liceus, a partir da conjugação dos antigos mestres de aulas régias, anteriormente mantidas pela coroa portuguesa. O ensino primário, na maior parte do território nacional, foi relegado ao abandono. E sobrevivia pela dedicação dos mestres-escolas. Esses profissionais, sem formação ou habilitação específica, destinavam um local em sua própria casa para receber estudantes de várias idades e níveis de adiantamento, ou seja, uma classe multisseriada.

Naquela época, pleiteando o ensino superior avolumavam-se as vozes que em período anterior, logo após a independência, se elevaram a favor da criação da universidade. O deputado José Feliciano Pinheiro da Silva defendeu a criação de dois polos universitários: um na capital federal e outro em São Paulo, localização estratégica pelo baixo custo de vida. Sobreveio uma disputa

regionalista, com diferentes propostas que apontavam outros estados como lugar melhor para a universidade. Finalmente, depois de muita luta, foi aprovado em 4 de novembro de 1823 o projeto de duas universidades: uma em Olinda e outra em São Paulo. Oito dias depois, Dom Pedro I dissolvia a Assembleia Constituinte e todo trabalho foi perdido. (Campos, 1954, p. 28)

Em 1843, o tema da criação da universidade foi retomado por uma comissão especial que opinou pelo estabelecimento de uma universidade na capital federal, que se chamaria Pedro II e se comporia de faculdades de teologia, direito, medicina, ciências físicas e matemática. Mas o projeto não obteve apoio dos senadores, diante de protestos das províncias, que temiam o fechamento de cursos criados no segundo reinado e no período de regência.

Em seu *História da Universidade de São Paulo*, Ernesto de Souza Campos sintetiza:

D. João VI, sob inspiração de grandes ministros de estado, fundou numerosos centros de educação e cultura. Pedro I nos deu cursos jurídicos. O primeiro governou 13 anos e o segundo cerca de uma década. Em meio século do governo do segundo Imperador nada se fez pela universidade. Apenas durante a minoridade criou-se o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (1837), (...) e as escolas de minas e metalurgia (1832) e de farmácia (1839), ambas em Vila Rica de Ouro Preto. Todas, porém, foram criadas durante o período de regência. Pedro II, proclamado Imperador, em 1840, somente lembrou-se de por em execução a lei de 30 de outubro, que criou a escola de Minas e metalurgia, trinca e quatro anos depois de se achar reinando. Dormiu sobre a lei durante mais de três decênios. Em cinquenta anos de reinado nada fez este Imperador pelo desenvolvimento da educação superior no Brasil. Conservou apenas os que os outros fizeram. Nem coragem teve para fundar a universidade que teria seu nome. Passaram-se cinco décadas de completa estagnação nos domínios da educação universitária, que permaneceu na estaca zero, apesar de tantas iniciativas anuladas por falta do indispensável calor imperial. (Campos, 1954, p. 32)

Portanto, o estado indigente da educação básica e superior no país durante o império foi alvo de críticas tenazes dos opositores

republicanos, ao mesmo tempo em que depositam na educação suas esperanças de um país mais justo e progressista. Conforme a Constituição de 1889, foi delegada aos estados da Federação a responsabilidade pelo ensino primário e pela saúde no Brasil. Logo após a proclamação da República os governantes do Estado de São Paulo, representantes da oligarquia mais progressista, investiram em um sistema de ensino que funcionasse muito bem e fosse propaganda do novo regime. Este fato é amplamente comentado pelos pesquisadores da história da Educação brasileira.

Em *O legado educacional do século XX no Brasil*, Saviani destaca a institucionalização da escola pública na experiência paulista:

Foi somente com o advento da República, ainda mais sob a égide do sistema federado, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente as escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda população. Essa tarefa materializou-se na instituição da escola graduada no Estado de São Paulo, de onde se difundiu para todo o país. (Saviani, 2007, p 18).

Marta Carvalho, por sua vez, destaca a renovação de métodos que tinha lugar na escola pública de São Paulo:

O investimento é bem-sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar, em duplo sentido: na lógica que preside a sua institucionalização; e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados. Na lógica que preside a institucionalização do modelo escolar paulista, a pedagogia moderna é entendida como arte de ensinar, em que a prática da observação modula a relação ensino-aprendizagem, instaurando o primado da visibilidade (Rodrigues, 1930). A Escola Modelo anexa à Escola Normal é instituição nuclear. Com moderno e profuso material escolar importado e prédio apropriado, tinha como função a criação de bons moldes de ensino. Nela, os futuros mestres podiam aprender a arte de ensinar vendo “como as crianças eram manejadas e instruídas. (Carvalho, 2000, p. 112)

Tal investimento na educação paulista se viabilizou mediante

a reforma da instrução pública estadual, idealizada por Rangel Pestana e executada por Antonio Caetano de Campos, durante a administração de Prudente de Moraes, implementada entre 1890 e 1896. Foi pioneira na organização do ensino primário em grupos escolares, criados inicialmente pelo agrupamento em um mesmo prédio de professores que ministravam classes em escolas isoladas durante o regime monárquico. A reforma tinha por metas a organização pedagógica e administrativa das escolas, com a contribuição de inspetores escolares que atuavam em diversos estabelecimentos, bem como a construção de prédios específicos para funcionamento da escola e a definição de corpo docente com formação específica para atuar em classes seriadas. Desse modo, pretendia-se ensinar de forma mais adequada aos alunos pequenos ou maiores, graduando-se os conteúdos e propostas. A mesma reforma criou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, criada em 1890.

Um informe de relatório do inspetor Gabriel Prestes, sobre a Escola Modelo fornece um retrato do dia a dia das primeiras turmas que a frequentaram, entre quais se encontrava o futuro jornalista:

O ensino do primeiro ano, todo intuitivo quanto aos processos empregados, tem por objeto principal inspirar às crianças os hábitos de ordem e de trabalho, cultivando-se o poder da atenção de que eles são suscetíveis. Mas como a natural atividade infantil faz com que o seu espírito não possa aplicar-se demoradamente sobre um mesmo objeto, o tempo escolar é subdividido em períodos de 15 minutos no máximo. Além disso, para manter-se um justo equilíbrio entre a atividade e a atenção que as crianças têm de manter, os exercícios são geralmente intercalados de marchas entre bancos, de canto ou de ginástica, que constituem verdadeiros períodos de recreio, em que as crianças descansam o espírito, predispondo-se para novos exercícios. Outro meio de que lançam mão as professoras para manter o espírito das crianças sempre disposto para o exercício das faculdades intelectuais que apenas desabrocham, é o de entretê-las com constantes

ocupações apropriadas à sua tenra idade, ocupações que os americanos chamam de Busy-Work e que consistem em uma imensa cópia de pequenos exercícios tais como: a classificação de pedaços de papel de várias cores e tamanhos, (...) a reprodução de tecidos em papel ou outras tantas ocupações que se harmonizam com o gosto das crianças. Esse gênero de ocupações tem ainda a grande vantagem de permitir que se subdivida a classe, de modo que a mestra possa ocupar-se com menor número de alunos, enquanto os outros se entretêm apazivelmente a trabalhar brincando e ao mesmo tempo desenvolvendo suas faculdades de observação. (Prestes, 1896, citado por Carvalho, 2000, p. 119).

Podemos imaginar Julinho participando das atividades variadas propostas na Escola Modelo, ao lado de crianças das “melhores famílias paulistanas”, pois estas eram as primordialmente aceitas para as concorridas vagas do Jardim de Infância, uma vez que Gabriel Prestes julgou mais adequada uma escola de meio período para filhos de senhoras com governantas (Kuhlmann Júnior, 1994, citado por Marcelino, 2004, p. 103). Brincavam nos formosos jardins do prédio, que hoje, centenário, abriga a Secretaria de Estado da Educação.

Em seu *Um esboço de autobiografia* (1969) Julio de Mesquita Filho afirma “nada” recordar-se dos métodos de ensino do primário, mas elogia seu jardim de infância ao afirmar: “há evidente exagero ao me referir a aulas do Jardim da infância. O que se dava era que as crianças nele matriculadas eram maternalmente distraídas por um grupo de professoras imbuídas do espírito que deve presidir um estabelecimento daquela natureza e superiormente orientadas por essa alma de eleição que era chamada em vida de Dona Mimi Varella, cuja lembrança constitui até hoje uma das mais agradáveis recordações para todos que tiveram a ventura de usufruir-lhe a vivificante influência. Respirávamos a seu lado a mesma sadia atmosfera que caracterizava a minha casa e a de meus avós. Frequentavam-no os filhos e filhas das mais antigas e ilustres famílias paulistas, ao lado dos filhos e filhas da gente mais humilde, sem que se notasse a mínima

diferença no trato ou nas relações da miuçalha. Era aquilo uma perfeita miniatura da “gens paulista”, tão solidamente constituída e tão sadia na sua maneira de viver e de conceber a vida”. (*O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de julho de 1969)

Depreende-se que Julinho foi feliz ao vivenciar uma metodologia de ensino marcada pelas “lições de coisas”, o manuseio de materiais variados e do “saber fazer com”, nos primórdios da pedagogia intuitiva. Cantava. Explorava os sentidos e o mundo ao redor. Fazia ginástica e marchava.

Essa escola, difundida para os demais estados brasileiros pelos republicanos de primeira hora, começava a olhar mais de perto a aprendizagem. Moderniza-se influência de educadores internacionais, notadamente Fröbel, criador do conceito de jardim de infância, Pestalozzi, Rousseau e M^{me}. Carpentier, cujos retratos a óleo enfeitavam o átrio do prédio do Jardim da infância. Podemos visualizar a criançada olhando as figuras do passado e se perguntado quem seriam... O Julinho desse tempo elegeu a figura do Marechal Deodoro como a mais empolgante: “A sua bela cabeça, enquadrada pela barba farta e grisalha, bem plantada sobre os ombros poderosos e realçada pelo brilho faiscante das numerosíssimas condecorações que ostentava no largo peito, impunha-se à minha sensibilidade infantil. Vagamente, muito vagamente, surgia nas camadas profundas do meu espírito a ideia de vir a ser um dia como aquele personagem, cuja significação real me escapava totalmente” (Mesquita Filho, 1969).

Aluno da escola pública e moderna, Mesquita Filho foi, praticamente, exceção na população brasileira, ainda destituída de escolas públicas para a maioria dos cidadãos. Desse período, o menino JMF recorda, também, em seu *Um esboço de autobiografia*, primórdios de sua formação política:

(...) assistia eu, através das frestas do escritório de meu pai à reunião que, diariamente, ali se verificava entre meu avô, meu pai e meu tio

avô Campos Salles, que além de morar na casa contígua a nossa, era, nessa ocasião, presidente do estado. Muito pouco conseguia distinguir o que ouvia. Mas a verdade é que me sentia já então irresistivelmente atraído para o quadro que me ofereciam aqueles personagens, para mim da mais suma importância, pelo tom severo e acalorado em que decorria a conversa, o que me dava certeza de tratar de assunto de suma gravidade.

Tinha apenas dez anos de idade, quando seu pai e seu avô comandaram a ‘Dissidência Republicana’ em São Paulo, de 1901 a 1906. Contudo, a convivência com a família seria interrompida de forma “brutal”, qualificação por ele atribuída aos métodos da escola portuguesa e aos efeitos de sua separação da família. Enviado para estudar na Europa, primeiro em Portugal, aos doze anos e dois anos depois na Suíça, onde permaneceu por seis anos, o jovem participou, na condição de aluno, de modelos pedagógicos opostos, o que, somado a sua experiência na Escola Modelo da Praça de República, contribuiu decisivamente para a formação de seu entendimento sobre a questão educacional.

Em Portugal, as práticas disciplinares da bofetada e da palmatória revoltaram o estudante brasileiro. Na Suíça, aluno da escola média, sua formação intelectual se expande. Ele leu muito, especialmente literatura, e adolescente fazia suas primeiras avaliações acerca da humanidade, influenciado por Rousseau e a ideia de “bondade natural”. Para isso havia contribuído muito o ambiente encontrado em ‘La Chateleine’, onde vivenciou uma experiência de cunho humanístico notável.

Para Julio de Mesquita Filho, sua escola primária moderna, progressista e feliz contrastou fortemente com a instituição onde fez o ginásio. Assim, foi durante a adolescência que juntou elementos para construir suas próprias críticas à educação tradicional oferecida no Brasil e em Portugal no começo do século. Desde então ele nunca perdeu oportunidade de apontar as limitações do ensino que desmerece e deixa de incentivar as crianças e jovens, um ensi-

no baseado na violência ou no constrangimento. Estes relatos podem ser recuperados:

Fui matriculado num dos melhores colégios de Lisboa, na famosa Escola Acadêmica, (...): os métodos de ensino e o corpo docente não sofriam confronto com o nosso, eram-lhes imensamente superiores. Tanto assim que desde logo alcancei progressos enormes. Passei a interessar-me pelas coisas do espírito e a sentir irresistível atração pelas coisas intelectuais. [...] Quanto ao mais, a educação propriamente dita, e o trato a petizada, era um horror: Aí as coisas se invertiam: o Brasil achava-se, em relação aos métodos educativos, com certeza 30 anos à frente de Portugal. Processos os mais brutais e a estupidez mais crassa vigorava como normas de educação. Basta dizer que era corrente, diária, a aplicação de palmatória e da bofetada. E conclui sua descrição sumária da educação tirânica: 'Positivamente, meu primeiro contato com a Europa foi tremendo e só serviu para fazer crescer, desmedidamente, o meu amor, por este grande, este incomparável Brasil'. (Mesquita Filho, 1969)

Julio de Mesquita Filho conduz sua autobiografia para deixar claro que a educação é afirmação da nacionalidade. Adquire esta noção por meio de experiências dolorosas ao sentimento, mas, contraditoriamente, valorosas para o espírito, na escola de Lisboa. A essa experiência somou-se a gratificante estada na escola suíça onde aprendeu o valor do diálogo para a formação do jovem. Na escola suíça, reconcilia-se o estudante com a escola como ambiente favorável ao respeito e a dignidade:

Vivia-se, ali, plenamente, sem a humilhante disciplina a que estavam sujeitos os desgraçados alunos da Escola Acadêmica. Em contato constante com a família do diretor e professores, a atmosfera que nele se respirava em nada diferia da que caracterizava as famílias bem formadas do meu São Paulo. [...]. Os professores, todos universitários, assemelhavam-se muito mais a amigos mais velhos do que superiores hierárquicos. [...]. O processo português havia feito de mim um revoltado, sempre pronto a revidar às brutalidades de professores e vigilantes pela violência. [...] Ao chegar à Suíça era ainda essa a minha atitude diante de meus superiores. A lealdade absoluta com que me tratavam, a ilimitada confiança que em mim deposita-

vam não tardaram, porém, a desarmar-me. Vi-me, repentinamente, diante de um outro eu mesmo, vencido e desejoso de inspirar, por minha vez, a confiança que em mim depositavam. A mudança se verificara à minha revelia, transformando o rebelde e insubmisso num colaborador e entusiasta de seus superiores. (Mesquita Filho, *Um esboço de autobiografia*, 1969).

Pelo desejo de seu pai, Julio de Mesquita Filho permaneceria na Europa e estudaria medicina. Mas, em 1912, ele preferiu voltar e cursar direito, em São Paulo no Largo São Francisco, já ciente de sua vocação pelas ciências humanas e certo de que desejava contribuir para a cultura brasileira.

Assim, ao se tornar aluno da Faculdade de Direito, já havia amadurecido seu modo de avaliar o sistema de ensino tirânico ou defasado de então. Não é surpreendente, portanto, que viesse a criticar fortemente o ensino de sua faculdade:

A mais completa falta do cumprimento do dever profissional caracterizava, naquele tempo, como ainda hoje, a quase totalidade dos professores, com uma ou outra magnífica exceção, o quadro geral que se me deparava era desolador!

Porém, a decepção em relação ao ambiente acadêmico levou-o ao seu próprio caminho de leituras e reflexões. Leu Comte, no grande resumo de Madame Martineau, e também Novicow, Condorcet, Montesquieu, mas principalmente Stuart Mill e Spencer. Disse ele em seu *Um esboço de autobiografia*:

Atirei-me com voracidade ao Stuart Mill e ao Spencer, sobretudo a este, cujas teorias se achavam na época em pleno apogeu. Seduziu-me desde logo a teoria da evolução, que me proporcionava uma visão total do mundo, como natureza – strictu sensu – e como sociedade. (Mesquita Filho, 1969)

Expandiu os horizontes, lendo Durkheim e Lévy-Bruhl, e ainda a sociologia alemã (Simmel, Max Scheler, Manheim), e posteriormente historiadores antigos (Heródoto, Tucídides e Políbio) e modernos (Mommsen, Buckle, Macaulay). Outros autores enriqueceram suas leituras como Burckhardt, Guizot Michelet, Taine, Carlyle e,

especialmente, Spengler e Arturo Labriola – de linhagem spengleriana.

Em seus textos autobiográficos, assinala que a Primeira Guerra Mundial o levaria à concepções freudianas, substituindo o aparente otimismo de seus primeiros ideais. Além de Freud, Hobbes lhe ofereceu uma imagem ainda mais marcante. Contudo, o liberalismo permaneceu como a mais arraigada, por herança, e latente, por convicção.

Conquanto leituras em humanidades tenham sido importantes para a formação de Julinho, as atividades políticas estudantis também tiveram papel fundamental. Como seu pai, Julio de Mesquita Filho também integrou uma sociedade secreta na faculdade, a ‘Bucha’. A Bucha (Burschenschaft) era a organização mais influente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Fundada por Julius Frank, um professor do curso jurídico que havia fugido da Alemanha por suas atividades antimonárquicas, a “Bucha”, como ficaria conhecida, teve papel decisivo na articulação dos republicanos em todo o Brasil, pois muitos de seus membros eram originários de outras províncias e a elas retornavam após a conclusão do bacharelado (entre eles João Pinheiro, Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pinheiro Machado). No império, teve o papel político de disseminar a filosofia liberal, republicana e abolicionista. E Julinho, em 1916, seu último ano de faculdade, foi o chaveiro. A Festa da Chave daquele ano era especialmente anunciada em *O Estado de S.Paulo*:

Realiza-se hoje, às 10 horas em ponto, com excepcional brilho, na Faculdade de Direito de S. Paulo, a tradicional ‘Festa da Chave’. Foram convidados para solenidade acadêmica, os exmos. srs. presidente e vice presidente do estado, secretários do Interior, Fazenda, Justiça e Agricultura; senadores, deputados, juízes e outras pessoas graduadas. No salão da Faculdade, tocará uma seção da banda da Força Pública. O Salão Nobre acha-se ornamentado de flores. Receberá os convidados à porta, uma comissão de acadêmicos, compostas dos srs. Lysippo Fraga, Affonso Paes de Barros, Cid Prado, Jaír Góes, Cyro de Freitas Valle e Francisco Alves dos Santos. Em nome da congregação falará o exmo.

Sr. Frederico Vergueiro Steidel. Em seguida o bacharelado Julio de Mesquita Filho entregará a chave ao quartanista Abelardo Vergueiro César. Em nome do 5º ano falará o bacharelado Marcelo B. da Silva Telles; em nome do 4º ano, o quartanista Pereira Lima. (*O Estado de S. Paulo*, edição de 2 de dezembro de 1916.)

O “chaveiro” presidia a Bucha, possuindo um Conselho de apóstolos e, outro, de invisíveis. Os bucheiros procuravam ajudar financeiramente os alunos pobres com problemas para prosseguir o curso. Em seus encontros, vestiam mantos azuis e usavam faixas que podiam carregar uma cruz azul (representando a fé), uma âncora verde (a esperança) ou um coração vermelho (caridade).

Entre os membros conhecidos que exerceram o papel de chefia, encontram-se Rui Barbosa, Barão do Rio Branco, Afonso Pena, Prudente de Moraes, Campos Salles, Washington Luís, Pedro Lessa, Bernardino de Campos e Francisco Morato. Os ilustres da Bucha figuravam no poder. Em suas memórias, Carlos Lacerda conta que Ademar de Barros levou uma lista com todos os nomes integrantes da organização a Getúlio Vargas, dizendo: “Não se pode governar sem essa gente”.

De fato, tanto antes como depois do curso de direito, na vida profissional e na militância política, além de exercer a curiosidade essencial a um repórter, recebeu influências importantes e que fizeram muito por sua formação intelectual, sua identidade política e pessoal. Recém-formado, foi membro ativo da Liga Nacionalista, tendo acompanhado Rui Barbosa em viagens da última campanha civilista, em 1919. No mesmo ano exerceu função no Conselho Deliberativo da Liga.

Durante sua participação na Liga Nacionalista certamente, debateu as práticas higienistas e militaristas defendidas no ideário pedagógico da Liga e teve oportunidade de conhecer as salas de aula por ela mantidas. À mesma agremiação pertenceu Sampaio Dória, diretor da instrução pública a partir de 1920, cuja reforma na educação criou grande celeuma e sobreviveu por apenas por

cinco anos. Tendo realizado o primeiro censo escolar de que se tem notícia, o alagoano formado em direito em São Paulo concluiu que seria melhor ter menos escola para todos, do que uma escola mais completa para poucos. Criou a obrigatoriedade da escola de alfabetização em dois anos e implementou cursos noturnos para adultos e adolescentes operários, com distribuição de livros didáticos especialmente confeccionados para essa finalidade. (Barboza, A. *Cartilha do operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo* (1920 – 1930).

A Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em 1917, preconizou um programa político-educacional que integrasse os caboclos, os imigrantes e seus descendentes na formação da nação. Contava entre seus objetivos com a luta contra o analfabetismo e a disseminação do escotismo, em substituição aos exercícios militares que compunham o currículo paulista do começo do século. A Liga procurava combater a abstenção eleitoral criando um eleitorado, pois ao analfabeto estava vetado o voto, por meio da Lei Saraiva. Calculava-se que o militarismo propiciaria a criação do espírito patriótico. A nomeação de Oscar Thompson um ativista do movimento, para a Diretoria-geral de Instrução Pública, onde permaneceu de 1917 a 1920, ampliou as práticas nacionalistas nos grupos escolares, além do escotismo, o ensino da língua, comemorações cívicas, o culto à bandeira, estudos de vultos nacionais.

Na vigência da diretoria de Sampaio Dória o escotismo continua a ser fundamental para a formação das crianças no primário, em conexão com a disciplina de moral e civismo, trariam o jovem a desenvolver o amor pela pátria, o sentido de ordem e o valor ao trabalho (Souza, 2000). A formação cívica é reclamada largamente por Mesquita Filho em seu primeiro livro publicado: *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*, escrito para a edição de 15 de novembro de 1925 de *O Estado de S. Paulo*. O fechamento da Liga um ano antes, por ato autoritário de Artur Bernardes, entre tantos

eventos políticos daquele tempo tumultuoso, deve ter empolgado o jovem jornalista a escrevê-la.

Em *A crise nacional*, (Mesquita Filho, 1925) o ainda jovem autor busca compreender o movimento político nacional, inserido internacionalmente e no contexto histórico. Preocupa-o “problema da adaptação definitiva da democracia no Brasil” (p. 3), face à decadência política que se seguiu à implantação do regime republicano. Compara o momento com o panorama que antecedeu a instauração do novo regime e observa melhoria nos meios de comunicação, “quase nulos no tempo do império” (p. 4), na oferta de escolas primárias, centuplicadas no período, fatores insuficientes para a adesão de intelectuais à vida pública. Tampouco corroboraram para a lisura na seleção de representantes populares: “hoje oferecemos ao mundo o espetáculo degradante de costumes políticos” (p. 4). A solução encontrada assenta-se no tripé: voto secreto, serviço militar obrigatório e educação média e superior de qualidade.

Para explicar a debilidade da opinião pública, durante o começo da república, o autor lança mão de argumentos de cunho evolucionista, característicos da sociologia da época. Na libertação dos escravos, vê o “elemento servi” como principal fonte de desorganização social e política, pois dela decorre forte trauma. Um “caos mental” deturparia o “organismo social” das cidades do litoral. Onde antes floresciam as elites intelectuais, após o 13 de maio, acorreram africanos e as massas incultas se tornaram maioria. A carência educacional dos negros, fruto do abandono do ex-escravo pelo império e pela nascente república, não os colocava em condição do exercício da cidadania recém-conquistada.

Interpreta a oligarquia das primeiras décadas da república. A política passaria a responder à vontade de alguns poucos, com a capacidade de acolher ou afastar os que pretendessem lugar nos congressos estaduais. “Era o advento da oligarquia, única forma de governo compatível ao estado geral da nação, que, por prazo

indeterminado, se integrara à categoria daqueles povos que preferem um governo qualquer a se governarem por si mesmos” (p. 16).

Identifica um “conflito de forças latentes” com o predomínio político das oligarquias, que, acredita, seriam gradualmente reguladas pelo advento do voto secreto. As elites intelectuais refugiadas nas carreiras liberais, na indústria, na agricultura, voltariam à atividade política. Do mesmo modo que na França e Estados Unidos, a maioria rural iria funcionar como “pêndulo regulador do mecanismo político-social, impedindo que o fiel do manômetro do estado sofra oscilações exageradas entre as duas tendências extremas: o capital e o trabalho” (pp. 61-62). Entende que o “paulista clama pelo voto secreto” (p. 68), e sem se fazer de rogado, faz elogios aos paulistas e justifica vir deles a voz que se eleva a favor da evolução social, pois os outros grandes vultos da história também são filhos da mesma terra, como Feijó e os bandeirantes. No entanto, o voto secreto é “medida de emergência que viria acalmar os espíritos e renovar o sangue impuro que asfixia o parlamento nacional e assim provoca a monstruosa hipertrofia do executivo. Mas, sem outras *reformas de caráter mais lento* e por isso mesmo de importância muitíssimo maior, efêmeros seriam seus resultados práticos” (idem, p. 74, grifo nosso).

A reforma de caráter lento a que Julio de Mesquita Filho se refere e que conclui sua primeira obra nada mais é do que a fundação da universidade, no seu entender, lugar de pesquisa altruísta, da formação da opinião pública, de regulação da política nacional sobre as sólidas bases do conhecimento do passado. Uma formação acadêmica que não seja voltada exclusivamente às ciências aplicadas, que até então imperavam no Brasil, posto que as faculdades existentes fossem apenas as de direito, medicina, agronomia, farmácia e engenharia. Renovada essa crença na força transformadora da educação, capaz de dotar o país de classes dirigentes por meio de um “organismo concatenador da mentalidade nacional, repre-

sentado, em todos os países de organização social completa, pelas universidades”. (idem, p. 75)

Para argumentar a favor da universidade não poupa seus pares, afirmando que “ao mais superficial observador não escapará, realmente, a insuficiência intelectual das chamadas classes cultas do país. Nada existe entre nós que se pareça com essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação. (...) Na Inglaterra, como no Japão, na França, como na Itália, nos Estados Unidos, como já se vai verificando na Argentina, o político, o jornalista, e todos que direta ou indiretamente intervêm na direção dos negócios públicos atuam, no terreno das realizações práticas sob as vistas vigilantes das elites intelectuais, que num trabalho incessante de investigação e estudos preparam a solução dos problemas infinitamente complexos com que lutam as sociedades modernas, impedindo, ou melhor, reduzindo ao mínimo as possibilidades de erro irreparável.” (idem, p. 75)

Em parte, a visão de Julio de Mesquita Filho da universidade, no remoto ano de 1925, é muito atual, porque valoriza o papel da pesquisa acadêmica para a tomada de decisões nas políticas públicas, sublinha a importância da intelectualidade na avaliação e assessoria da atividade política. Ele assim intuía com base em seu conhecimento da política internacional e num exercício de futurologia, no qual acertou. E foi além, pois já nesta obra primeira reclama veementemente pela formação de professores secundários em cursos universitários, a quem caberia a função de formar egressos da escola média com mentalidade à altura do curso superior. Assim, acreditou: “em dez ou quinze anos, não mais, veríamos operar-se, estamos certo, milagrosa transformação na mentalidade brasileira. Refundida nossa cultura, restabelecida a disciplina na mentalidade do povo, sob a ação purificadora daqueles núcleos

de meditação e estudos, não tardaria a nação se aquietasse e que desaparecessem os vícios inumeráveis de nosso aparelhamento político-administrativo, oriundos, na sua maioria, na sua quase totalidade, da insuficiência cultural dos nossos homens públicos” (idem, p. 89). Aqui os prognósticos de Mesquita Filho falharam: nosso crescimento populacional foi proporcionalmente maior do que a oferta de escolas e os vícios políticos não se dissiparam com a oferta de educação para maiores contingentes de brasileiros.

Portanto, desde 1925, com *A crise nacional*, Julinho elaborava o problema da democracia ao Brasil, discutia a legitimidade da representação através do voto secreto, que venceria sobre as oligarquias, e a participação das diversas unidades da Federação. A educação em todos os níveis seria o centro propulsor dessa democracia, com especial destaque para a formação de professores:

O papel principal nessa obra de regeneração caberia, evidentemente, aos institutos de ensino secundário que, disseminados de norte a sul do Brasil, criassem a mentalidade média nacional e se constituíssem em reserva permanente de elementos para a constituição das indispensáveis elites intelectuais, a cuja maior ou menor perfeição devem as nações de hoje a sua maior ou menor eficiência na luta pela existência. (p. 87)

Do inquérito sobre a instrução pública à criação da USP

A criação da universidade brasileira retardou demasiadamente, pois desde o século XVI houve propostas, todas frustradas. Especialmente inativo foi Dom Pedro II, deixando de ouvir protestos de toda ordem e de cumprir decisões legislativas. A situação não se transformou de imediato com a Proclamação da República, pois durante seus primeiros vinte anos apelos repetidos do legislativo não vingaram. Encabeça a lista de rejeições e insucessos a proposta esboçada já em 1892 por Pedro Américo, deputado pela Paraíba, que reivindicou três universidades: uma no Distrito Federal, uma em São Paulo e a terceira em alguma capital do norte

ou do Nordeste. Ainda que nesse período algumas escolas de nível superior tenham se organizado (medicina, agronomia, engenharia e direito), a universidade sairia do plano teórico apenas em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, e, sete anos depois, com a Universidade de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

A primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, foi instituída por decreto em 1920, reunindo as faculdades já existentes de engenharia, direito e medicina, sem que acrescentasse um novo equipamento. Constituíam-se como ato burocrático. Assim, o Brasil foi o último país das Américas a organizar seu sistema universitário. Países mais novos já o possuíam: Austrália (4), Nova Zelândia (3), África do Sul (2). Quando se fundou a primeira universidade brasileira, no Distrito Federal, já existiam 102 universidades nas duas Américas, 76 na América do Norte e 26 na América do Sul. (Campos, 1954, p. 20).

Pode-se avaliar a urgência e aflição dos brasileiros com a discrepância do desenvolvimento do país, em comparação com outros vizinhos, em matéria de universidade. Em consonância estava a indignação que caracterizou a escola básica por todo período monárquico e permanecia no começo da República. Foram inúteis, do ponto de vista quantitativo, as várias reformas educacionais impostas pelos governantes:

Entre 1890 e 1914, a matrícula geral no ensino primário paulista decuplicara, passando de 14.427 para 152.826 alunos; do mesmo modo, o número de grupos escolares aumentara de 38 unidades em 1898, para 150 em 1914. Para Antunha (cf. 1976, p. 54), as medidas tomadas com vistas à expansão da rede de ensino, sem que tivesse havido correspondente aumento de recursos, teriam levado à queda da qualidade do serviço, ameaçando assim as realizações da reforma de 1892. No interior, um grande número de grupos escolares fora criado, nem sempre contando com bons edifícios e mobiliário, materiais didáticos e professores qualificados em número suficiente. Na capital, as matrículas foram garantidas mediante o desdobramento

dos grupos escolares já existentes, ou seja, estes passaram a funcionar em dois turnos (cf. pp. 102-105). (Bontempi Jr., 2006, p. 2).

Julio Mesquita, o pai, ainda em 1914 conduziu um inquérito sobre a educação básica, um conjunto de treze entrevistas baseadas nos mesmos tópicos gerais, publicadas em edições de datas distintas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Os entrevistados formavam um grupo de destaque no cenário de educadores paulistas, formados pela Escola Normal, entre eles, o já citado Oscar Thompson, todos atuantes na vida pública. Os tópicos integrantes do inquérito abrangiam: “lacunas e defeitos do ensino, a questão dos programas, horários de atendimento escolar, métodos de ensino, grupos escolares e escolas isoladas, escolas rurais e ambulantes, ensino rural, ensino moral e cívico, provimento das escolas, seleção do professorado, ordenados e recompensas do professorado, organização de ensino, orientação pedagógica, direção do ensino, escolha de livros didáticos e, finalmente, um tópico reservado para a sugestão de reformas a serem empreendidas na instrução pública do estado”. (Bontempi Jr., 2006, p. 4).

A Mesquita Filho não deveria escapar a importância de reunir opiniões de forma organizada e abrangente. Assim, passados doze anos, ele próprio veio propor um inquérito sobre a instrução pública, agora, tendo como foco o ensino universitário em articulação aos demais graus. Encarregou Fernando de Azevedo, então colaborador do jornal *O Estado de S. Paulo* da tarefa de preparar o questionário e coligar as opiniões, além de elaborar artigos introdutórios ao inquérito.

Em 1926, Fernando de Azevedo (1894 - 1974) já tinha sido professor substituto de psicologia na Escola Normal de Minas Gerais, seu estado natal. Formou-se bacharel em direito em São Paulo em 1915, tendo sido, portanto, contemporâneo de Julinho. Mas depois de formado regressou a Minas e escreveu uma tese pioneira no campo da educação física, “Poesia do Corpo: defesa

de uma moral austera”, que lhe deu ingresso ao magistério da Escola Normal. Nos anos 20, ele já estava de volta a São Paulo, onde exerce o magistério e o jornalismo, trabalhando inicialmente para o *Correio da Manhã* e depois em *O Estado de S. Paulo*. Entretanto, o jovem intelectual logo abraçaria a carreira de educador, tendo se destacado tanto como professor universitário na USP, onde foi professor orientador de Florestan Fernandes, Antonio Candido, entre outros importantes sociólogos. Como dirigente político exerceu cargo de secretário da educação em diferentes ocasiões no antigo Distrito Federal e em São Paulo, entre outras ações de peso para a cultura e a educação nacionais.

Curiosamente, segundo Julio de Mesquita Filho, a incumbência de realizar o inquérito não foi abraçada de imediato por Fernando de Azevedo, que, modestamente, alegava falta de capacidade. Contudo, uma vez aceita a tarefa, ela teria sido fundamental para o jovem ao perceber sua vocação em definitivo. Fernando de Azevedo recorda, em sua *Autobiografia*, a pesquisa publicada nas páginas de *O Estado*:

Quando fazia a crítica literária de *O Estado de S. Paulo*, fui incumbido pelo meu amigo Julio de Mesquita Filho, de proceder a um inquérito sobre a instrução pública em São Paulo. Um vasto inquérito que durou meses e do qual se concluiu que estávamos numa encruzilhada, em que se abriam para a educação dois caminhos: o do conservantismo ou do reacionarismo, e o de transformações radicais. Eu optava francamente por este, com o apoio sem reservas do estado. Mas a reação que esse inquérito provocou foi a mobilização das forças conservadoras contra as reformas que nele já se anunciavam, como necessárias. (Azevedo, Fernando de. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971; p. 75.)

Na medida em que o instrumento do inquérito é documento pouco conhecido, hoje disponível apenas em publicações esgotadas, será pertinente transcrevê-lo na íntegra:

1) Qual, a seu ver, a causa fundamental do insucesso quase completo das repetidas reformas que têm reorganizado o ensino secundário e superior da República, sem conseguirem fazer do ensino um verda-

deiro aparelho de educação integrado no ambiente nacional um instrumento posto a serviço da cultura do país?

2) Qual a atitude que assumiu e deve assumir o estado em face deste problema, quer cooperando pelos seus representantes federais na sua solução, quer tomando iniciativas para incrementar o ensino secundário e superior, dentro dos seus limites?

3) Podia apresentar-nos os principais erros desta última reforma federal (decreto 17782, de Janeiro de 1925) relativamente ao ensino secundário e à organização dos cursos profissionais superiores (médico, jurídico, politécnico etc.), na especialidade de que tem maior conhecimento?

4) Não lhe parece que a questão do ensino secundário, hoje reduzido a uma função puramente preparatória para os cursos superiores, ainda não se resolveu satisfatoriamente, entre nós, por termos perdido a consciência de sua “verdadeira finalidade” no plano geral da educação?

5) É favorável ao ensino secundário largamente baseado nas humanidades clássicas, ou, sem desprezo destas, baseado nas línguas modernas e nas ciências?

6) Nas escolas de ensino secundário cuja orientação se deve dirigir antes no sentido da “universidade” de conhecimentos (ideias gerais), deve-se, e, na hipótese afirmativa – por que meios e em que altura favorecer a especialização?

7) Até que ponto se tomar, no ensino secundário, como uma reivindicação legítima, a aspiração incluída no princípio inovador: “uma escola nova” para necessidades novas?

8) Não acha que nossos ginásios, antes organizados para instruir do que para educar, pouco têm contribuído e pouco podem contribuir, dentro de sua organização atual, para a formação da sua organização atual, para a formação da cultura média do país e, sobretudo, da mentalidade e do caráter nacional?

9) Se é um problema capital, em uma democracia, a formação das elites intelectuais, não lhe parece urgente tratar da fundação de estabelecimentos de pesquisa científica e de cultura livre e desinteressada, que tenham por objetivo menos a organização de um ensino geral do que a contribuição, para o progresso do saber humanos?

10) Que pensa, pois, da criação de uma universidade em São Paulo organizada dentro do espírito universitário moderno?

a) de maneira que se integrem, num sistema único, mas sob a direção autônoma, as faculdades profissionais (de medicina, de engenharia e de direito), institutos técnicos de especialização (farmácia, farmácia) e institutos de altos estudos (faculdades de filosofia e letras; de ciências naturais e matemáticas; de ciências econômicas e sociais; de educação etc.); b) e de maneira que, sem perder o seu caráter de “universidade”, se possa desenvolver, como uma instituição orgânica e viva, posta pelo seu espírito científico, pelo nível dos estudos e pela largueza e eficácia de sua ação, a serviço da formação e desenvolvimento da cultura nacional?

11) Por onde se deveria atacar logo, de maneira prática, no estado, esse problema complexo de cuja solução depende a organização de verdadeiros núcleos de pensamento original e fecundo, de pesquisa e de disciplina mental, capazes de abrir caminho ao desenvolvimento da ciência e cultura nacionais?

12) não reconhece que é de toda a necessidade, em São Paulo, a criação de uma secretaria autônoma, e, no governo federal, de um ministério de Saúde e Instrução Pública, sob cuja direção, única, respectivamente no estado e na República, fique todo o aparelhamento do ensino de qualquer natureza e em todos os graus?

(Campos, 1954, pg. 75 a 77)

Ao leitor atual, habituado a pesquisas de opinião, não escapam diversas questões formuladas de modo a induzir o respondente a refletir sobre certas informações ou opiniões pré-estabelecidas pelo autor da pergunta, quiçá, para obter respostas mais satisfatórias – porém não mais autênticas. Essa mesma observação deve ter levado Ernesto de Souza Campos a considerar “propaganda” (p. 75) o inquérito.

Por outro lado, algumas questões poderiam ser úteis ainda hoje, como a questão 4, sobre o caráter propedêutico do ensino médio, assunto ainda em discussão na atualidade. Algumas questões do ‘inquérito’ investigam opinião sobre o papel da educação junto à nação, compelindo à reflexão sobre a importância das ciências e da

formação cultural mais ampla, trazendo uma visão de educação renovada em seu tempo. Na questão 7, já está indicada a necessidade de uma “escola nova”, tema de intenso debate nos meios educacionais e que se sistematiza no documento *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, em 1932, redigido por Fernando de Azevedo.

Diferentemente da pesquisa anterior, dirigida a entrevistados específicos, o ‘inquérito’ de 1926 foi aberto a quem desejasse participar. Publicado em *O Estado de S. Paulo*, obteve retorno de poucos intelectuais. Muito poucos, na opinião de Julio de Mesquita Filho, estavam em condições de responder a pesquisa:

As respostas ao quesito sobre a necessidade da criação de um instituto universitário iam da afirmativa pura e simples de sua inadiabilidade, sem mais, à negação peremptória de que tivesse chegado o momento de se pensar sua fundação. Outro fato que resulta do exame desse documento (conjunto de respostas ao inquérito) é o número extremamente limitado das pessoas que, ao tempo de sua publicação estavam em condições de atender ao apelo de *O Estado de S. Paulo*. Ainda aqui Amadeu Amaral via bem as coisas, quando afirmava: “excetuando-se uma pequenina minoria militante, tão pequenina que talvez se conte pelos dedos, ninguém mais mostra preocupar-se com tais questões. (Mesquita Filho, Julio. *Política e Cultura*, p. 188)

De fato, algumas respostas não indicam entusiasmo pela fundação da instituição. Amadeu Amaral, poeta e ensaísta, contestara com reticências: “A fundação de uma grande e orgânica universidade em São Paulo? Um belo sonho, mas...” (idem, p. 186). Rui de Paula Souza, jurista e professor, diria que

Seria muito bom desejar que se instalasse uma Universidade em São Paulo. Como porém constituiu-la atualmente, se para sua constituição nos falta justamente a Faculdade de Letras e Filosofia? (Campos, 1954, p. 77).

Julinho enfrentou essa questão crucial, organizando a seleção na Europa de professores dispostos a lecionar em um país subdesenvolvido, na cidade de São Paulo. Ele mesmo, no livreto *A crise nacional*, no ano anterior ao inquérito, já registrara:

(...) chegamos á conclusão de que não poderemos fugir á criação de universidades, talhadas nos moldes dos institutos similares europeus. Aí iríamos buscar professores que nos ensinassem os métodos de cultura geral; com a ajuda de suas luzes, formaríamos, então, o corpo docente capaz de remodelar eficientemente o nosso ensino de humanidades. Sem esse trabalho prévio, e relativamente fácil, nada de definitivo lograremos construir. Como se verificou em todo o mundo, deveremos começar por formular o problema brasileiro – tarefa a que só os espíritos superiormente dotados e cultivados se poderão abalançar – para depois procurarmos a sua solução, pelo esforço conjugado e metodizado de toda a nação. (p. 89).

Segundo Mesquita Filho, a rica cultura europeia deveria estar disponível para camadas mais amplas da população, a educação não deveria ser privilégio dos que nasceram financeiramente aquinhoados. Educação de qualidade só se faz com formação de professores, formados com ênfase em estudos humanísticos. Mas a fundação da universidade teria que esperar até 1934, passadas as revoluções de 1930 e 1932, em circunstâncias políticas que serão esclarecidas adiante.

Em meio a intenso debate, a universidade é criada pelo interventor do estado, Armando Salles de Oliveira por meio de decreto em 25 de janeiro de 1934. Entre as considerações iniciais que a justificam, figura o valor primordial ao desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária, artística, nas quais se fundam a liberdade e a grandeza de um povo. São estas as duas primeiras finalidades da nova instituição: “promover, pela pesquisa, o progresso da ciência” e “transmitir, pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito, ou seja, úteis a vida”. Em terceiro lugar: “formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica ou artística”. Completando o quadro de finalidades, a quarta e última aponta para a realização de obra social de vulgarização da ciência, das artes e das letras, por meio de cursos, conferências e outros recursos. (Campos, pp. 100-101). O longo esforço do gru-

po de intelectuais que incluía Julio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo resultaria em um modelo de ensino superior completamente novo no país.

Uma importante novidade na formação da nova universidade foi a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, abrangendo cadeiras sem antecedentes no ensino de nível superior na época, para os quais professores estrangeiros foram convidados especialmente, o que será detalhado adiante.

A vinda dos professores estrangeiros foi um acontecimento marcante na formação da instituição universitária paulista e hoje seria difícil argumentar contrariamente ao corpo docente constituído, que implantou cursos sobre ciências, até então, pouco, ou nada, desenvolvidas entre nós, oferecidas, no máximo como esforço de autodidatismo de alguns mestres, e de forma assistemática. No entanto, na época, as críticas se avolumaram, como a que proferiu o deputado Alfredo Ellis, na seção de 31 de julho de 1935 da Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo:

Na secretaria da Educação, o E^{xmo}. senhor governador, contratando no estrangeiro professores para nos ministrar conhecimentos, também confessou, publicamente, a incompetência em que se acha o Estado de São Paulo, sem embargo de possuir, de há muito, a nossa gloriosa Faculdade de Direito, a Escola Politécnica de São Paulo, essa última padrão de glórias para o estado e que causa estupefação a todos quanto a visitam.

Mostrarei, senhor presidente, em seus detalhes, que essas missões científicas seriam perfeitamente dispensáveis diante dos recursos inexistentes em nosso estado. Temos uma universidade em que pontificam celebrações estrangeiras, mas, em contraposição, não temos alunos. (apud Reis, 2006, p. 80)

Alfredo Ellis, o deputado que exarou a crítica acima, representava a voz das antigas oligarquias perrepistas, insensíveis à causa da educação universitária mais ampla e atualizada, defendida por Julio de Mesquita Filho. Mas as críticas não vinham apenas do ambiente externo à universidade, pois, internamente, as contendas

não foram poucas, tendo em vista, as disputas na configuração dos regimentos das unidades mais antigas que se juntaram à nova Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras para conformar a universidade, o que pode ser conferido nas primeiras atas do conselho universitário. (Campos, 1954, pp. 122-123).

Como é sabido, as discussões não obliteraram as realizações da universidade. Em 1937, como paraninfo da primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Julio de Mesquita Filho saúda os formandos reafirmando a universidade como realização da revolução democrática, lembrando a decadência do ensino secundário, sem professores especializados, que deve ser superada. A missão da universidade era uma ideia elaborada há muito, como sublinha neste discurso aos formandos da primeira turma da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras:

Da vossa dedicação às disciplinas puramente especulativas, do vosso exemplo de sacrifício pelo bem público, há de com certeza originar-se um movimento de sadia transformação nos hábitos e métodos de ensino dos demais Institutos universitários. Fostes os primeiros a [se] dedicar, de um lado, à especialização, para a prática do magistério secundário, de outro, à cultura pela cultura. (Mesquita Filho. *Política e Cultura*, p. 165)

Evidentemente, a criação da USP tem sido objeto de reflexões e análises por especialistas em educação superior e política universitária, indo além do intuito deste ensaio. Assim, será interessante pontuar algumas opiniões de quem foi professor da instituição, como o prof. Heládio Cesar Antunha. Em artigo publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 1979, o historiador da educação saúda os posicionamentos de Julio de Mesquita Filho, pois “desenvolveu uma concepção de educação universitária profundamente amadurecida, em que as ideias de integração, de universalidade, e de autonomia prevalecem”. Antunha está entre os que louvam a visão de longo alcance dos fundadores, que desde logo estipularam a criação da cidade universitária, para a qual se reservou um

vasto terreno na Fazenda Butantã, vizinho de onde já funcionava o Instituto Butantã, logo tornado órgão anexo à universidade.

O geógrafo Pierre Monbeig, francês que lecionou na USP durante onze anos a partir de 1935, recorda a atitude amistosa e vivificante de Mesquita Filho:

Foi necessário ao Dr. Julinho um entusiasmo obstinado para que seus grandes projetos se realizassem. É evidente que ele teve de enfrentar a oposição de seus inimigos políticos – mas teve também de convencer alguns de seus amigos, estreitamente apegados às tradições e antigas instituições. (Monbeig, 1979)

Os testemunhos evidenciam, uma vez mais, a tenacidade do articulador de políticas públicas, para quem educação e cultura estão a serviço da grandeza nacional. Foi Mesquita Filho quem escreveu em 27 de janeiro de 1934, no jornal *O Estado de S. Paulo*, saudando a criação da USP: “A ação da universidade é eminentemente civilizadora pois que tende a fazer da mocidade uma força de renovação social e de regeneração política”. (Campos, 1954, p. 111)

Defensor da escola pública

O tópico anterior comentou a decisiva participação de Mesquita Filho na fundação da Universidade de São Paulo. Neste, a seguir, o objetivo será elucidar sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, dos anos 1959 e seguintes, sob a bandeira da escola gratuita, laica e universal, ideal defendido claramente no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Mas, para situar esses movimentos é preciso voltar à década de 1920, quando diversos protagonistas do histórico documento eram os ainda jovens reformadores da educação adeptos do civilismo.

Em meio a mudanças significativas no cenário econômico e político, a década de 1920 foi de grande efervescência cultural e educacional em todo país. As reformas de ensino se multiplicaram em nível estadual, com a participação dos educadores renovadores. Anísio Teixeira atuou na Bahia, Francisco Campos em Minas,

Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro, Lourenço Filho, paulista de Porto Feliz, foi indicado por Sampaio Dória para atuar como técnico na capital cearense, a convite dos políticos locais, e criar uma Escola Normal e Escola Modelo inspiradas na instituição da Praça da República e, segundo o ideário pedagógico em voga, dirigiu a Instrução Pública do Estado do Ceará. Também outros estados da federação puseram em prática reformas que buscavam alternar o modo de ensino, agora descrito sob a insígnia da “escola ativa”.

A formação da nacionalidade supunha a educação de qualidade, fazendo uso de materiais adequados e metodologia cientificamente refletida para as atividades dos estudantes, não mais sujeitos à aprendizagem exclusivamente livresca. Mas essa escola renovada estava longe de ser um consenso. Múltiplos atores fizeram interpretações divergentes, enquanto a Igreja Católica mostrava-se crítica, pois perdia a hegemonia no ensino, uma vez que a escola pública ganhava importância no atendimento ao ensino básico.

A pesquisadora Helena Bomeny aborda esses movimentos em conjunto com as iniciativas nos Campos da saúde e da cultura:

A década de 20 no Brasil também poderia ser conhecida como “a década dos viajantes”. Descortinando um país desconhecido, encontramos nossos modernistas em busca da autêntica nacionalidade e da cultura original brasileira; cruzando o país, os profissionais da ciência, em verdadeira caravana pela saúde, confrontam-se com a doença no “imenso hospital” em que se transformara o Brasil, na expressão de Miguel Pereira; buscando os novos cidadãos, os indivíduos brasileiros, chega a vez dos educadores, espalhados pelos estados com seus experimentos empíricos, um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados, em sua grande maioria, em modelos estrangeiros. Mário de Andrade e a caravana modernista poderiam embarcar na mesma estação em que embarcaram Oswaldo Cruz, Belisário Pena, Artur Neiva, Carlos Chagas, Clementino Fraga, Ezequiel Dias - os “cientistas da saúde” - enquanto Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Francisco Campos – os “cientistas da pedagogia”. Era uma luta nacional de preparação do indivíduo para a sociedade de mercado, complexa e

diferente da sociedade da Primeira República. A metáfora do “imensso hospital” se juntou ao diagnóstico banalizado a respeito da educação no país: “a grande chaga nacional”. A nação brasileira nascia com o desafio de minimizar os efeitos das duas manchas que se confundiam: a da doença do analfabetismo, com o despreparo da população para a sociedade emergente, e a da debilidade física, com o distanciamento dos padrões mínimos de saúde em meio a um ambiente insalubre, fruto da irresponsabilidade pública. (Bomeny p. 1)

Acrescente-se ao cenário descrito a diversidade de associações e agrupamentos de classe em funcionamento, inclusive de professores. Uma de grande destaque foi a Associação Brasileira de Educação (ABE), uma frente ampla pela educação, fundada por engenheiros e advogados em 1924 e que viria apoiar a gestão de Fernando de Azevedo na Instrução Pública do Distrito Federal, de 1927 a 1930. Por ocasião de sua fundação, a ABE realizou um inquérito sobre educação, análogo ao que Fernando de Azevedo coordenaria por iniciativa do jornal *O Estado de S. Paulo*.

A reforma de ensino na capital federal, que conferiu grande visibilidade aos princípios da Escola Nova, provocou reações de políticos acostumados ao clientelismo político, pois os concursos públicos iriam admitir toda uma gama de funcionários necessários ao funcionamento das escolas reformadas, desde os inspetores, médicos escolares e professores para a escola primária, secundária e normal, até funcionários para serviços administrativos e gerais. (Paschoal Lemme v. 3). Além desses, a educação tradicional católica intensificou esforços para criticar a reforma, como se observa na síntese apresentada por Rousseff:

Numa década em que a Igreja, por meio de uma conduta agressiva, se propunha a acordar o “catolicismo dorminhoco” e a arrebatrar a intelectualidade brasileira, para fazer frente ao monopólio estatal da educação e à neutralidade laica do ensino, não sobrava aos renovadores outra atitude senão combater; e não havia quartel nessa luta: além da renhídissima campanha do Centro D. Vital contra a educação renovada, a que se somam as iniciativas individuais de seus “soldados da fé”, como Tristão de Athayde, Tasso da Silveira e, mesmo, Plínio Salgado,

é importante lembrar a poderosa influência das Cartas Pastorais, como a do Cardeal D. Leme, que aconselhava peremptório: “O ensino educacional é ministrado pelo governo, em virtude de uma delegação das famílias; tanto que delas saem os recursos para a manutenção das escolas. (...) Resulta claríssimo que o estado não pode impor ensino leigo, neutro ou o que seja, contra o sentir dos pais. (Russeff, p. 10)

Em sentido contrário no mesmo debate, manifestou-se a poeta Cecília Meirelles. Formada pela Escola Normal do Rio de Janeiro, tendo sido professora, diretora de escola pública e renomada autora da literatura, esteve entre os militantes da ABE. Publicou diariamente entre 1930 e 1935 no *Diário de Notícias* na página da educação artigos próprios e de outros, com foco na educação e o que pode ser chamado, modernamente, a formação dos professores. Defensora da renovação da escola – do modo de ensinar e de interpretar a aprendizagem – a famosa poeta apoiou a reforma de Fernando de Azevedo na capital federal e no período seguinte lançava seu nome para ministro da Educação. Mas os acontecimentos políticos de 1930 viriam alterar o cenário em que se desenvolvia o debate educacional e forçar as polarizações já existentes entre o ensino público e privado, laico ou confessional.

Em 1931, titular do recém-criado Ministério da Educação e da Saúde do governo provisório, Francisco Campos sanciona decretos que organizaram o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Em artigo que analisa as múltiplas reformas e transformações da educação brasileira, observa Jamil Cury:

O ano de 1931 traz, pelo menos, três importantes mudanças: a introdução do ensino religioso nas escolas oficiais, a oficialização dos estabelecimentos do ensino secundário, via aceitação do regimento e currículos do Pedro II, e a criação do Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo e opinativo do Ministério da Educação e Saúde Pública, de cujas atribuições fazia parte firmar diretrizes gerais do ensino primário, secundário e superior”, de tal modo que nelas os “interesses do país” se sobrepujassem a qualquer outro” (Cury, C. 1996 p. 8). Era o governo central organizando e criando novos mecanismos e atribui-

ções, divergindo do que os reformadores da escola haviam indicado e realizado nos anos precedentes, com as orientações descentralizadas nas diretorias ou inspetorias de ensino estaduais – exceto pela experiência de propostas, materiais didáticos e outras orientações educacionais compartilhadas por educadores das diferentes regiões do país pela atuação dos escolanovistas. O tema da obrigatoriedade do curso de religião encontra-se entre os mais polêmicos, considerando-se que grande parte da população que ia à escola estava matriculada em liceus privados e confessionais, frequentemente em internatos, que atendiam os jovens do interior do país onde inexistiam escolas. Este debate se estende por algumas décadas.

O próprio Getúlio Vargas, durante a 4ª. Conferência de Educação organizada pela ABE, em dezembro de 1931 na capital federal, suscitou os educadores a esclarecerem qual a reforma que pretendia:

... em memorável discurso, disse aos educadores presentes que os considerava convocados para encontrarem a “fórmula feliz” que definisse “o sentido pedagógico” [sic] da Revolução de 1930, que o governo se comprometia a adotar na obra em que estava empenhado de reconstrução do País. [...] Houve então sérias divergências entre os participantes da Conferência, o que redundou até na retirada do grupo dos educadores católicos, que discordaram das primeiras redações do documento, em aspectos fundamentais, tais como prioridade outorgada ao estado para a manutenção do ensino, ensino leigo, escola única, coeducação dos sexos etc. Afinal, o documento foi concluído e aprovado pelo plenário da Conferência e divulgado pela imprensa não especializada, em março de 1932. Trazia como título principal o de Manifesto dos pioneiros da educação nova, era dirigido ao povo e ao governo e onde se propunha a reconstrução educacional no Brasil. (Paschoal Lemme. *Memórias de um educador*, v. 4, p. 174).

Redigido por Fernando de Azevedo, o documento é considerado um divisor de águas, documento único na história da educação brasileira, pedra fundamental de nossa pedagogia, abrangendo aspectos da sociologia, filosofia e psicologia da educação. É claríssimo em suas proposições e situa bem seus interlocutores, como se lê nesta passagem:

Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público, as bases e diretrizes do movimento que souberam provocar, definindo, perante o público e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de março 1932 foi assinado por renomados reformadores dos anos 1920 – entre os citados anteriormente: Sampaio Dória, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, professores ilustres e intelectuais atuantes na educação, entre os quais, Cecília Meirelles e Julio de Mesquita Filho, que prontamente o faz publicar em seu jornal. O texto justifica e explica como disseminar o ensino escolar laico, universal, gratuito e sintonizado com amplo projeto político democrático e liberal. Um ensino em que o mérito deveria ser o mais essencial critério de progresso do indivíduo, e o método de impulsão de toda a sociedade. A reforma das reformas proposta pelos pioneiros de 1932 vê no mundo letrado a porta de entrada aberta para indivíduos que vão progredir conforme suas possibilidades e todos juntos, sabendo trabalhar em grupo, fazer a prosperidade material e espiritual da nação. O trecho seguinte ilustra essas observações:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo.

Assim, o Manifesto de 1932 sintetiza o pensamento de reformadores que se empenharam no problema da gestão da escola pública, com ênfase na formação de professores e olhar atento para a aprendizagem do estudante. Vai além, refletindo sobre as injunções complexas entre a pluralidade social e as demandas da formação da

nacionalidade. Ao mesmo tempo em que arremata uma história de trabalhos já realizados, aponta para o futuro e deflagra o movimento escolanovista mais amplo, que marcou o ideário dos educadores em algumas décadas. Sua influência atravessou os debates da Constituição de 1934 e 1946 e se faz sentir ainda hoje, como um farol já distante diante dos rumos da educação brasileira.

Paschoal Lemme (1904-1997) concedeu entrevista, em 1988, a Oswaldo Frota Pessoa (Departamento de Biologia, USP), a Clarice Nunes (Departamento de Educação, PUC, RJ) e a Sheila Kaplan (*Ciência Hoje*), publicada no mês de março desse ano. Perguntam: – Em 1932, houve o célebre *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*. Que circunstâncias tornaram necessário esse documento? Responde o decano, o único signatário vivo na ocasião:

Com a Revolução de 1930, iniciou-se a degradação dos marcos conquistados pela reforma Fernando de Azevedo, inspirada por uma filosofia democrática e progressista. Então, dois anos depois, pareceu aos nossos melhores líderes educacionais, homens de ciência e intelectuais, congregados na ABE, que era preciso divulgar um documento que marcasse, com o peso de sua autoridade, as normas fundamentais que deveriam reger a educação nacional para que ela fosse pública, leiga, obrigatória, gratuita, ativa e progressista. O “Manifesto dos Pioneiros” exerceu influência fundamental nas campanhas que precederam a redação das Constituições de 1934 e 1946.

Para Saviani (*Legado Educacional do século XX*, pp. 39-40) identifica-se a força do escolanovismo na presença de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Almeida Júnior nas comissões de preparação da seção de Educação da Constituição de 1946, ao lado dos católicos Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca. Outra manifestação dessa tendência, residiria nas Semanas Pedagógicas implantadas até mesmo nas escolas católicas e a “intensa experimentação pedagógica” que se deu até os anos 60, mesmo depois do golpe de 1964.

Florestan Fernandes, em depoimento prestado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep), (Fernandes, 1991), reflete sobre a trajetória de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Possivelmente, suas observações se estendem aos demais participantes do Manifesto dos Pioneiros:

Esses educadores não vieram da Educação para a transformação da realidade. Eles fizeram o caminho inverso: vieram da transformação da realidade para a Educação e para a concepção dos meios que o educador deve utilizar, de saber e de ação, para atingir os fins da Educação. Eles foram, sobretudo, grandes reformadores sociais, que se dedicaram à Educação porque concebiam que a Educação era o elemento central da transformação do mundo. Eles queriam civilizar a sociedade civil, criar dentro do Brasil os dinamismos de uma sociedade burguesa moderna. (p. 30)

Neste ponto da narrativa será pertinente realçar a contribuição de Florestan Fernandes. Sociólogo paulista, formado pela USP, filho de imigrantes, trabalhou desde cedo. Florestan abraçou a causa da educação popular e, como Julio de Mesquita Filho, também destacou-se no Movimento em Defesa da Escola Pública, no contexto do longo debate que antecedeu a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961.

Acontece que desde o primeiro texto do projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Congresso, apresentado à Câmara Federal em 1948, o jornal *O Estado de S. Paulo* dedicou-se com afinco à campanha que procurava sensibilizar os legisladores para o direito de todos à educação. A causa da educação pública já animara o jornalista Julio Mesquita anteriormente, e agora ele viria traçar uma longa caminhada que o levaria a solidarizar-se como o Manifesto em Defesa da Escola Pública, em 1950.

Segundo Villa-Lobos (p. 43), desde 1948 os editoriais assumiam uma filosofia claramente favorável a intervenção estatal no ensino primário e secundário, considerando este o melhor modo de formar para cidadania. Ele assinala que, primeiramente, John Stuart Mill, grande clássico do liberalismo, era contrário a “liberdade de ensino” no sentido em que a iniciativa privada a compreendia. Por isto, o pensador era citado em Notas e Infor-

mações sob o título “O estado educador”: “Em questões de educação é justificável a intervenção do governo, porque o caso não é daqueles nos quais o interesse e o discernimento do consumidor são garantias o suficiente da bondade da mercadoria”. Julio de Mesquita Filho, depois de outras lutas, colocava-se agora contra a tese da “liberdade de ensino”, ventilada no texto preparatório que, na prática, significava entregar o ensino básico para a iniciativa privada.

Villa-Lobos também assinalou que durante a campanha muitos homens da esquerda estiveram praticamente alheios à questão, considerando-a uma causa “burguesa”. Registrava-se no editorial da Ação Socialista (dezembro de 1959), da Liga Socialista independente:

A pugna que trava em torno das diretrizes e bases da educação, nos termos em que vem sendo exposta, expressa o choque entre teóricos, conscientes ou não, que intentam subordinar à máquina estatal a sociedade em seu conjunto e agrarianistas livre-cambistas, que querem, nos moldes do paternalismo rural, imprimir nos cérebros juvenis o acervo de preconceitos conservantistas. Embora na presente situação brasileira considerássemos necessário defender as conquistas da escola pública, opomos a essas duas tendências, é evidente, a posição marxista na esfera educacional.

Foi no bojo desses conflitos que veio à Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público (1959) – “Mais uma vez convocados” – elaborado por Fernando de Azevedo, com mais de uma centena de subscritores, entre os quais diversos que igualmente assinaram o Manifesto de 1932, estando Julio de Mesquita Filho entre os primeiros signatários, bem como Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes. O Manifesto, novamente dirigido ao povo e ao governo, busca resgatar as razões pelas quais os escolanovistas celebram o estado como detentor da primazia da educação, com a participação democrática dos mais variados setores da sociedade.

Em busca de uma “verdade” sobre os fatos, o documento faz um balanço sobre a educação:

Com a proliferação desordenada, sem planejamento e sem critério algum (a não ser o eleitoral), de escolas superiores e particularmente de faculdades de filosofia, já se podem calcular as ameaças que pesam sobre esse nível de ensino, outrora, com as poucas escolas tradicionais que o constituíam, e apesar de suas deficiências, um dos raros motivos de desvanecimento da educação nacional. Se se considerar, ainda, que ultrapassa de 50% da população geral o número de analfabetos no País e que de uma população em idade escolar (isto é, de 7 a 14 anos) de 12 milhões de crianças, não se matriculam na escola senão menos da metade ou, mais precisamente, 5. 775. 246, nada será preciso acrescentar, pois já se terá, com isso, um quadro sombrio demais para lhe carregarmos as cores e desolador demais para nos determos na indagação melancólica de outros fatos e detalhes. Mas fabricar com todos esses ingredientes opinião contra a educação pública, como se ela, a vítima, fosse responsável pelo abandono a que a relegaram os governos, é realmente de pasmar. Pois as causas da lamentável situação a que se degradou, por um processo de desintegração, de que somente agora se dão conta os seus detratores, saltam aos olhos de qualquer cidadão esclarecido e disposto a refletir um pouco sobre os fatos. (Lemme, pp. 212-213).

Como o primeiro manifesto, o documento conclui, pelos princípios da laicidade, gratuidade e obrigatoriedade, o que só pode ser garantido pela estatização da educação. A ampla argumentação de Fernando de Azevedo se serve também de um editorial de *O Estado*, publicado em 7 de janeiro de 1959. “Liberdade de ensino remunerada”, possivelmente escrito por Julio de Mesquita Filho, que faz crítica ácida à falta de compromisso dos governos com a educação.

Durante a Campanha pela Escola Pública participaram correntes de diferentes tendências e a complexidade política vivenciada à época levou o debate a extremos e radicalismos. Julio de Mesquita Filho ao presidir a I Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, a 5 de maio de 1960, foi considerado por alguns subversivo, por outros, um burguês em busca do Brasil civilizado

Demerval Saviani, em artigo que refletiu sobre a figura emblemática de Florestan Fernandes, escreveu também sobre Mesquita Filho e o jornal *O Estado de S. Paulo*:

Mas se Florestan foi incontestavelmente o líder máximo da Campanha, ele não detinha a hegemonia daquele Movimento. Com efeito, pode-se identificar, grosso modo, entre os defensores da escola pública, três grupos distintos: os liberais-pragmatistas, os liberais-idealistas e os de tendência socialista. Os primeiros provêm do movimento da Escola Nova e se encontram na origem do projeto da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional elaborado em 1948. Entre eles se situam Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Faria Góis e Anísio Teixeira o qual esteve mais em evidência durante a Campanha, em razão dos ataques que vinha sofrendo, na condição de diretor geral do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), por parte dos defensores da escola particular. O segundo grupo era composto por professores da USP ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*, como Roque Spencer Maciel de Barros e Laerte Ramos de Carvalho, que redigiam os editoriais de educação do jornal, João Eduardo Rodrigues Villa-Lobos e o próprio diretor e proprietário de *O Estado de S. Paulo*, Julio de Mesquita Filho. No terceiro grupo se situavam os professores ligados a Florestan Fernandes através da cadeira de sociologia, como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, além de outros...

E prossegue:

Ora, o grupo hegemônico no movimento de defesa da escola pública foi, inegavelmente, o dos liberais-idealistas. E para isso concorreu, sem dúvida, o fato de terem sob seu controle um poderoso órgão de imprensa, o jornal *O Estado de S. Paulo* colocado prioritariamente a serviço do movimento. Aliás, o professor Florestan Fernandes tinha clara consciência disso como revela a seguinte passagem: “Participam da Campanha de Defesa da Escola Pública pessoas de diferentes credos políticos. Pois bem, nenhum de nós deu precedência às suas convicções íntimas sobre o objetivo comum. (Cury, 1996, p. 81)

Recordar Julio de Mesquita Filho como educador implica pensar no mundo de hoje, em que se expande a sociedade da informação, nessa primeira década do século XXI, quando está mais evidente que o acesso à educação deixa de ser, entre nós, privilégio de alguns, para tornar-se um direito de todos. Não foi na vigência das oligarquias ou nos períodos de ditadura que o país começou a saldar a dívida histórica do acesso à educação, pois somente na década de 1990 teve início a queda do número proporcional de

analfabetos na população brasileira. Não foi a instauração da República que trouxe educação para maiores contingentes da população. Muitos governos, claramente, não cumpriram seu papel. Ao longo de sua vida, o jornalista cumpriu o seu, dando voz aos educadores mais importantes de sua época, mobilizando a opinião pública, criando espaços de educação e cultura.

O jornalista

O Estadinho

O caminho profissional de Julio de Mesquita Filho não seria nem a medicina sonhada um dia por seu pai, nem a carreira jurídica para a qual se formou em 1916. A partir de 1913, ainda cursando a faculdade, envolveu-se com a 2ª Campanha Civilista, movimento que pretendia ver Rui Barbosa disputando a sucessão do marechal Hermes, o então presidente da República.

Dois anos após, iniciava seu percurso no jornalismo, o qual duraria 37 anos, mesmo descontando os cinco anos em que a intervenção de Getúlio Vargas, durante o Estado Novo (1937-1945), o afastou da redação. Em 1967, dois anos antes de sua morte, a circulação de *O Estado de S. Paulo* atingiu 340 mil exemplares. As edições dominicais chegaram a 170 páginas e, em 1970, já seriam mais de 300 páginas.

Seu primeiro grande trabalho como jornalista foi na edição vespertina de *O Estado*, lançada no início da Primeira Guerra Mundial. Dada a numerosa colônia italiana em São Paulo, havia um grande interesse pelas notícias da guerra. No início do conflito, era comum as pessoas mais afoitas por novidades dirigirem-se à redação de *O Estado*, no centro de São Paulo, nos finais das tardes, para se inteirar dos últimos telegramas das agências noticiosas.

Diante dessa demanda por notícias, cada vez mais crescente, Julio Mesquita resolveu acatar a sugestão de seu filho Julinho: 'Por que não lançar uma edição vespertina? Nascia então, em 1915, *O Estadinho*,

como passou a ser chamada popularmente a disputada edição da tarde. Ainda nos primeiros números, passa também a trabalhar na redação um jovem e talentoso escritor do interior paulista, que havia se destacado um ano antes com uma despretensiosa carta de leitor.

Em novembro de 1914, José Bento de Monteiro Lobato havia escrito uma carta para a redação do jornal, reclamando da persistência maléfica de velhos hábitos rurais como a ‘queimada’. Essa carta surpreendeu os redatores de *O Estado* pela qualidade do texto e foi publicada na forma de artigo com o título ‘Uma velha praga’. Assim foi a estreia literária de Monteiro Lobato que, no ano seguinte, já trabalharia na redação de *O Estadinho*. Durante esses anos, nasceu uma sólida amizade entre Julinho e Lobato, mantida por correspondência até o fim prematuro do grande escritor.

Com o término da guerra e das conversações subsequentes do ‘Tratado de Versalhes’, o interesse pela edição vespertina diminuiu. Julio de Mesquita Filho e Monteiro Lobato passaram a colaborar na edição matinal e a edição vespertina foi extinta. Quanto ao restante da redação de *O Estadinho*, Julio Mesquita permitiu que continuassem a utilizar as instalações gratuitamente durante um ano, enquanto preparavam o lançamento de um outro diário na capital, para concorrer com o próprio *Estado*. Assim, nasceu a *Folha da Manhã*, que daria origem à atual *Folha de S. Paulo*.

Um revolucionário na redação

Em 1927, faleceu Julio Mesquita, o mais influente jornalista paulista de seu tempo e um dos maiores do Brasil. Generoso, para não dizer altruísta, havia ajudado a fundar dois jornais concorrentes: *O Diário de São Paulo*, de Assis Chateaubriand, a quem concedeu financiamento, e a *Folha da Manhã*, com o aluguel gratuito por um ano. Entendia que a multiplicidade de opiniões era positiva para a democracia e que o pluralismo de uma sociedade se media pela diversidade dos órgãos de imprensa.

Dessa forma, aos 35 anos, Julio de Mesquita Filho assumia a direção da redação de *O Estado*, enquanto seu irmão Francisco Mesquita tomava as rédeas da parte administrativa. Ambos ficaram no comando do jornal por 42 anos, até sua morte em 1969.

Durante mais de quatro décadas, entre 1927 e 1969, Julio de Mesquita Filho conduziu *O Estado de S. Paulo*. O jornal passou por grandes transformações nesse período: sua tiragem passou de 50 mil exemplares para 180 mil, além de tornar-se o mais importante da América Latina e um dos mais respeitados do mundo. Como cidadão, esteve envolvido com as questões políticas e culturais brasileiras, buscando o aperfeiçoamento das instituições republicanas e da democracia representativa.

Vivendo um período repleto de fatos históricos marcantes, Julio de Mesquita Filho manifestou-se no desenrolar da política brasileira do século 20, quase sempre de maneira indissociável da sua atividade jornalística. O olhar reflexivo e intelectual diante dos acontecimentos sociais e políticos estiveram presentes em sua gestão, que também procurou estreitar a relação entre a redação do jornal e novos jornalistas, articulistas e editores, vindos da Universidade de São Paulo (USP).

Manteve a colaboração de grandes intelectuais brasileiros, muitos dos quais professavam opiniões diversas das suas em muitos assuntos: Mario de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Florestan Fernandes, Sérgio Milliet, Monteiro Lobato, Antonio Candido, Sergio Buarque de Hollanda e muitos outros, além de seu grande amigo de bancos escolares, o irreverente Oswald de Andrade.

No mesmo ano da morte do pai, Julinho tomava iniciativas importantes na área jornalística. Pouco mais de 2 meses após a morte de Julio Mesquita, no dia 17 de maio de 1927, saiu a primeira edição de *O Estado de S. Paulo* com imagens em rotogravuras. Tratava-se de uma inovação no modo de reproduzir imagens fotográficas e desenhos. Até aquele momento, as ilustrações eram

impressas exclusivamente em clichês, o que resultava em imagens esmaecidas. Pelo então novo sistema de rotogravuras, as ilustrações e os textos eram diagramados em papelão grosso e fotografados no tamanho da publicação em placas de cobre, as quais eram curvadas em seguida para serem fixadas nos cilindros das novíssimas rotativas Marinoni, de fabricação francesa.

Esse processo significou um grande avanço na melhoria da resolução das imagens reproduzidas. Entretanto, devido à complexidade da operação do sistema, que demandava um tempo de execução significativamente maior, as imagens saíam apenas uma vez por semana. De 1927 até dezembro de 1930, as rotogravuras estavam integradas ao corpo do jornal nas duas páginas centrais. A partir daí passa a ser um suplemento quinzenal com maior número de páginas, até dezembro de 1943 quando circulou o último exemplar. Seu conteúdo assemelhava-se ao de uma revista, tratando tanto dos assuntos da quinzena, como também de outros temas genéricos, locais, nacionais e internacionais. Havia uma considerável quantidade de ilustrações, predominantemente fotográficas, ocupando grandes espaços. Contudo, isto não significava que se desprezasse o texto. Intelectuais de destaque nos anos 30 colaboravam regularmente, destacando-se os chamados “modernistas” e os então jovens professores da USP como Lévi-Strauss e Roger Bastide.

E como já foi assinalado, ainda um pouco antes da morte do pai, em 1926, Julinho havia tomado uma iniciativa de caráter jornalístico que teria profundas e importantes repercussões nos rumos da educação brasileira: o ‘inquérito sobre a instrução pública’. Tratava-se da veiculação nas páginas do jornal de análises e propostas sobre os caminhos a tomar para o desenvolvimento da educação no Brasil. Para tanto, contratou o pensador, sociólogo e educador Fernando de Azevedo. Os leitores participavam do debate com cartas e contribuições que eram comentadas por Azevedo e outros, numa experiência de interatividade absoluta-

mente revolucionária nos meios de comunicação da época. Esse ‘inquérito’ seria o germe das ideias que levariam à criação da Universidade de São Paulo em 1934, por influência de Julio de Mesquita Filho sobre seu cunhado Armando de Salles Oliveira, então interventor federal em São Paulo.

Logo no ano seguinte, Julio de Mesquita Filho abriu o jornal para os professores franceses que ajudou a trazer para a Universidade de São Paulo: Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Roger Bastide. Foi nas páginas de *O Estado* que Lévi-Strauss publicou seu primeiro texto sobre índios brasileiros, no ano de 1935. Edição única centrada em Émile Durkheim contou com a publicação de artigos de quatro jovens professores da USP: Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Pierre Monbeig e Roger Bastide.

Um grande debate cultural

Em decorrência das posições firme resistência, *O Estado de S. Paulo* foi confiscado e permaneceu sob o controle do Estado Novo, de 1940 a 1945. Em 1946, o jornal acabara de passar por cinco anos longe de seus legítimos donos, estando sob o arbítrio de Getúlio Vargas, no plano federal, e de Ademar de Barros, no plano estadual, durante todo esse período. Ao retornarem ao jornal, Julio de Mesquita Filho e seu irmão Francisco decidiram esforçarem-se em modernização e melhorias. Enquanto Julio modificava a redação, Francisco dedicava-se às áreas administrativa e industrial.

Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado, então dois jovens críticos, foram convidados a trabalhar no jornal. Décio acabava de retornar de viagens ao exterior, nas quais pôde ver e vivenciar a efervescência do teatro francês, com os encenadores do Cartel – Jouvett, Dullin, Pitoëff e Batty – e assistir às célebres intérpretes estadunidenses – Thel Barrymore, Helen Hayes, Katherine Hepburn, Tallulah Bankhead. O convite para trabalhar no jornal, como crítico teatral, definiria suas questões pertinentes ao teatro e à filosofia.

Na visão de Décio de Almeida Prado, a característica geral adquirida pelo jornalismo no pós-guerra, de um estilo jornalístico ora mais informativo, ora mais noticioso, distancia-se muito da postura de *O Estado* sob a direção de Julio de Mesquita Filho. Às vezes, a posição defendida pelo jornal divergia da opinião pessoal de seu diretor. O partido tomado era aquele considerado o melhor para o país, confirmando um princípio seguido por seu pai.

Segundo Almeida Prado, foi essa estrutura que permitiu a ele próprio poder desenvolver sua carreira e chegar a ser considerado um dos maiores críticos teatrais do Brasil. O jornal desfrutava então de influência e prestígio político, apesar de ainda ser somente um pequeno edifício no centro da cidade, na esquina da Ladeira Porto Geral com a Rua Boa Vista. Mas, nas décadas seguintes de 50 e 60, *O Estado* chegou a um formidável nível de aprimoramento, sendo classificado pela Unesco como um dos jornais mais completos do mundo.

Nos anos 50, além da expansão do grupo com a construção de uma nova sede na rua major Quedinho e com a aquisição da rádio Eldorado, foram tomadas iniciativas importantíssimas por *O Estado de S. Paulo* na área cultural. A primeira delas foi a instituição do Prêmio Saci, que laureava os principais destaques do cinema e teatro brasileiro, constituindo-se no mais disputado troféu daqueles setores no Brasil, durante os anos 50 e 60. Isso em um momento em que floresciam em São Paulo as atividades da Cia. Cinematográfica Vera Cruz e do Teatro Brasileiro de Comédia, marcos fundamentais do desenvolvimento do cinema e teatro no país.

Outra criação durante o comando de Julinho foi o Suplemento Literário. Este caderno publicado durante 19 anos foi o mais importante veículo cultural do país em seu tempo. Antonio Candido elaborou o projeto editorial a pedido de Julio de Mesquita Filho e seus filhos, Julio de Mesquita Neto, Rui Mesquita e Luiz Carlos Mesquita, todos já trabalhando com ele. A direção e execução do projeto foram confiadas a Décio de Almeida Prado.

Em seu primeiro número, de 6 de outubro de 1956, um editorial estabelecia seus propósitos: “Pretende a iniciativa conciliar as exigências de informação jornalística e as de bom nível intelectual, visando ser quase uma revista de cultura. Empenhado em manter uma atmosfera de objetividade e largueza de espírito, rejeitará o ‘Suplemento’ os preconceitos literários e artísticos, bem como a formação de igrejinhas”.

Tanto Antonio Candido, como Décio de Almeida Prado tinham participado da revista *Clima*, juntamente com Alfredo Mesquita, teatrólogo e irmão caçula de Julinho, além de outros intelectuais de destaque, como Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio Salles Gomes, Gilda de Mello e Souza, Lívio Xavier e Mário Schemberg. Durante sua curta duração (de maio de 1941 a novembro de 1944), a revista foi um marco da resistência cultural, durante a vigência do Estado Novo.

De certo modo, o *Suplemento*, ao longo de 19 anos de existência, com 908 edições de seis páginas, retomando o espírito libertário dessa revista, embora de forma consideravelmente mais profissional e ampliada. Trata-se da maior e mais importante coletânea de textos do debate cultural brasileiro de sua época. Sobretudo em sua fase áurea, compreendida entre 1956 e 1967 (522 edições), justamente quando a direção esteve a cargo de Décio de Almeida Prado. A partir daí, por vários motivos, a publicação foi perdendo seu brilho e influência, até desaparecer em 1974.

Foram seus colaboradores assíduos, além dos já citados membros do “Grupo Clima” os mais representativos intelectuais brasileiros daqueles tempos: Sérgio Buarque de Hollanda, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Florestan Fernandes, Ledo Ivo, Luís Martins, Otávio Tarquínio de Souza, Otto Lara Resende, Otto Maria Carpeaux, Paulo Mendes Campos, Sérgio Milliet, Wilson Martins, Mário da Silva Brito, Osman Lins, Arnaldo Pedroso D’Horta, Sábado Magaldi, e vários outros.

Com estas palavras, Décio de Almeida Prado registraria em seu testamento intelectual: “(...) tive tempo e sossego de espírito para desenvolver aos poucos, livre de atropelos, as minhas possíveis qualidades de pensamento e escrita. Foi no *Estado*, sem ninguém olhando por cima do meu ombro, que me preparei para ser o crítico e o professor de teatro, deixando para trás a filosofia, que não permaneceu em mim a não ser por curiosidade ocasional.

Entre as décadas de 10 e 20, o primeiro movimento do modernismo gerava perplexidade tanto no âmbito visual, especialmente na pintura, quanto na literatura – as palavras pareciam desconexas”, observou Décio de Almeida Prado. O debate mais caloroso atingia principalmente a pintura e suas novas tendências, debate já aberto desde o célebre artigo publicado em *O Estado*, ‘Paranoia ou mistificação’, no qual Monteiro Lobato redigiu sua indignação diante dos quadros de Anita Malfatti. Para Lobato, segundo Décio

era difícil perceber que o interesse pelo objeto visual mudara, que a materialidade de uma obra tornara-se outra. Não se tratava mais do ato de representação da realidade, mas de criação e de subjetividade libertas. Em suma, o que se vivia era um momento de choque cultural, de revolução dos paradigmas artísticos que não se assentariam mais em padrões de boa e má arte.

No *Suplemento Literário*, independentemente de sua opinião particular, Julio de Mesquita Filho acolhia tanto Oswald de Andrade, quanto Mario de Andrade e qualquer que fosse a maneira como escrevessem, usando ‘pra’ no lugar de para e etc. “O sonho da Grande Revolução embalou toda minha geração. O grupo Clima, não sendo constituído por comunistas, admirava os objetivos visados por Marx, tanto por seu lado racional quanto pelo moral”, disse Décio.

Esta postura pluralista e tolerante de Julio de Mesquita Filho era admirada por amigos e mesmo adversários políticos. Muitos refugiados portugueses perseguidos pelo salazarismo, em sua maioria comunistas e socialistas, tiveram refúgio seguro como funcionários e redatores de *O Estado*, no qual trabalharam por décadas.

Assim como muitos redatores brasileiros foram lideranças importantes nos quadros da esquerda nacional.

Enquanto, os redatores ligados às artes gozavam de plena liberdade em seus artigos, os outros, ligados às questões mais diretamente políticas, deveriam ser completamente alinhados com a identidade do jornal, ditada por Julio de Mesquita Filho. Dizia ele aos seus redatores comunistas, alguns deles editorialistas, em tom humorado: “Deixem a carteirinha do Partido lá fora”.

Divergindo de seus contemporâneos interessados pelo socialismo, colocou a liberdade individual em primeiro plano e a democracia como mecanismo da realização liberal. Na conferência ‘A Democracia e o Fenômeno Brasileiro’, em 1963, afirmou que a democracia moderna

reside no fato da totalidade dos seus membros haver alcançado um tal grau de cultura que o povo, isto é, a totalidade de sua população (proletária e de classes rurais, média e superior) compreenda perfeitamente que, diante da extrema complexidade dos problemas com que luta hoje uma nação, não lhe cabe, a ele, o povo, tratá-las diretamente, mas delegar poderes aos mais capazes para desempenhar funções em que se subdividem as atividades do estado (...) trata-se portanto de um sistema essencialmente diferenciado e fundamentalmente hierarquizado. (*O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1969)

Dessa forma, reitera o poder da vontade e da liberdade, rejeitando o totalitarismo que subjuga o homem. Antiestatista, o liberalismo aceitará a intervenção do estado, neste ou naquele setor das atividades humanas segundo as circunstâncias e sempre que o determinismo dos fatos o aconselhe, sabendo, contudo, da falta de aptidão do poder público para gerir qualquer espécie de negócio. (Mesquita Filho, 1969. p. 71)

Como liberal, Julio de Mesquita Filho não aceitava o estado empresário, que o Estado Novo, combatido por ele, incentivava. De corte antigo ou moderno, sua percepção estava atenta às questões sociais, nem por isso se alinhava com o socialismo marxista. Pelo contrário, exaltava o exemplo de um capitalismo, em que as necessidades humanas eram atendidas por um padrão econômico

digno e por bem-estar, como vinha prosperando nos Estados Unidos, terra por excelência da livre concorrência, da liberdade individual e onde a ausência quase absoluta de um partido de extrema esquerda (...). Não creio no marxismo porque já não creio em Rousseau” (idem, *ibidem*, p. 73).

Ele foi o mais completo liberal brasileiro, segundo Décio de Almeida Prado, o grande crítico teatral e intelectual paulista. Segundo ele, que o conheceu bem, o ‘Dr. Julinho’ era adaptável aos tempos, mas contrário às concessões demagógicas e oportunistas. Se, entre os anos de 1945 e 1964 apoiou a UDN – nem sempre realmente liberal e em tantos momentos ligada às oligarquias locais, que ele na verdade queria extirpar do cenário político brasileiro – por outro lado, apesar de todo seu antagonismo com Getúlio Vargas, apoiou a criação da Petrobras, relativizando sua postura liberal, testemunhado que ela nunca foi ortodoxa.

Ainda consoante Almeida Prado, Julio de Mesquita Filho poderia representar dois papéis na vida pública do país. De um lado, a personalidade aristocrata herdada da família materna, Cerqueira César e Campos Salles, dirigia-se a ação. Com isso, agregava amigos e partidos políticos em seu entorno que perpetuariam no cenário nacional, alternando de nome conforme a conjuntura. De outro lado, havia uma feição que refletia seu aspecto liberal, tão marcante quanto a anterior, e herdada do pai, por sua vez filho de modestos camponeses imigrantes e “self-made man”. Essa última expandia-se nas conversas entre editores e jornalistas, envolvendo paixão e objetividade, colocando a cultura, a arte e a ciência acima de qualquer interesse particular.

Apesar da simpatia pelo liberalismo, interessou-se em conhecer ideias socialistas. Por ocasião de seu falecimento em 1969, foi publicado este registro em *O Estado de S. Paulo*: “Há alguns anos, conversando com um amigo, o Dr. Julio lhe disse que, em determinado momento, teve dúvidas: não seria o socialismo uma solução? Dedi-

cou-se então ao estudo da sociologia – estudou até com Raymond Aron, da Sorbonne – e chegou à conclusão de que a solução continuava sendo a democracia liberal. “O socialismo não me convenceu” – disse Mesquita Filho. “Se me convencesse, eu me tornaria socialista ou comunista.” Tal episódio parece ilustrar a disponibilidade para o confronto das doutrinas, visando chegar a um entendimento profundo em suas convicções intelectuais e morais.

O político

Julio de Mesquita Filho envolveu-se de corpo e alma na política. Na 2ª Campanha Civilista, apoiou fervorosamente Rui Barbosa na eleição contra o marechal Hermes da Fonseca, ícone do exército. Naquela mesma época, Olavo Bilac liderava uma campanha pelo serviço militar obrigatório, germe da Liga Nacionalista.

Ao mesmo tempo em que apoiava Olavo Bilac, alistava-se ele próprio no exército, enquanto imprimia integridade e patriotismo no jornalismo e no debate intelectual. A informação não estava dissociada da opinião e as ideias eram acompanhadas pela ação. Acreditava-se que o serviço militar obrigatório, ao recrutar todos os jovens em idade própria, diminuiria o caráter corporativo do Exército. Seria o civilismo nas forças armadas.

Pouco depois, Julio de Mesquita Filho iria envolver-se em um episódio novo na história do Brasil, que refletia a transformação da economia e das forças sociais urbanas. Durante a grande greve geral de 1917 na cidade de São Paulo, o jornal *O Estado de S. Paulo* é convidado pelos operários para ser o mediador entre estes, com suas justas reivindicações, e seus intransigentes patrões. A jornada de oito horas, a proibição do trabalho noturno para mulheres e crianças e melhores salários figuravam entre suas exigências. Os trabalhadores só confiavam na intermediação do jornal, representada por Julinho, pois se recusavam a dialogar diretamente com os irredutíveis patrões. Lamentavelmente, os industriais não cumpriram muitos dos

compromissos firmados, o que ocasionou uma série de críticas de *O Estado* aos donos das indústrias mancomunados com o PRP.

O Brasil estava mudando e as oligarquias no poder não percebiam toda a profundidade da transformação que se operava. Durante a Primeira Guerra (1914-18), a produção industrial aumentou consideravelmente, mas os salários ficaram praticamente congelados, mesmo diante de uma inflação crescente. Nas cidades, aumentava a insatisfação da classe média e do operariado, excluídos tanto do processo político, como dos ganhos da economia cafeeira. Na cidade de São Paulo, ocorreram três greves gerais sucessivas (1917/18/19), duramente reprimidas. Os trabalhadores, organizados em sindicatos controlados por anarquistas, lutavam por aumentos salariais e jornada de 8 horas diárias, dentre outras reivindicações.

A formação dos Estados Unidos abria um amplo interesse para discussão, pois, para Julio de Mesquita Filho, o desenvolvimento do equilíbrio político entre seus estados, amadurecidos socialmente, era fundamental para seu progresso. No Brasil, as diferenças eram de diversas ordens, social e econômica. Mesmo que todos os estados brasileiros possuíssem as mesmas prerrogativas constitucionais, não se governava para todas as camadas sociais. O proletariado, por exemplo, adquiria alguma proporção em São Paulo com o crescimento industrial, mas não podia se ver representado.

Em certa medida, o interesse de Julio estava voltado mais para a representatividade da população urbana, do que da rural, contrariando interesses dos latifundiários, afinados com a oligarquia que deveria ser destituída do poder político, e do pequeno produtor agrícola, que esboçava um perfil conservador, similar ao estadunidense. Como assinalamos, considerava que uma desafiadora problemática a ser enfrentada pelo Brasil, era a imprescindível recuperação dos negros, dadas as péssimas condições de sua realidade social, resultantes em grande parte da carência educacional.

Anos revolucionários

Na eleição de março de 1922, Artur Bernardes saiu vitorioso, causando grande frustração entre os militares, solidários com a insatisfação da classe média. Alguns meses depois, no dia 5 de julho, ocorreu no Rio a ‘Revolta do Forte de Copacabana’. Embora rapidamente sufocada, esta rebelião inauguraria um ciclo de contestações de militares ao regime republicano então praticado, principalmente ao seu viciado sistema eleitoral, marcado por fraudes e instrumentos normativos que praticamente impediam a alternância de poder.

Entretanto, o papel dos militares na política seria sempre uma questão importante na vida de Julio de Mesquita Filho, o que o levaria a situações paradoxais, ora apoiando à intervenção militar, ora se indignando por seus excessos. Na verdade, a questão civilismo x militarismo nasce com a própria República e suas contradições de origem.

A formação da República dera-se por intermédio de um golpe militar, conspirado pelo Partido Republicano, e perduraria através do voto de cabresto. A Revolta de 1922, as revoluções de 1924 e de 1930, viriam como consequência da falta de ideal jurídico e cívico, para que a democracia pudesse ser fortalecida. Por essa razão, tanto Julio de Mesquita Filho, como seu pai, Julio Mesquita, foram simpatizantes da ‘Revolta do Forte de Copacabana’ e da ‘Revolução de 1924’. Com a morte do pai em 1927, Julio de Mesquita Filho assumiu a direção de *O Estado de S. Paulo*, aumentando sua importância na vida pública, o que delinearía sua trajetória. Apoiou e envolveu-se em todos os movimentos da década de 20 contra as deturpações do regime democrático, a demagogia e a corrupção.

A Revolta do Forte de Copacabana

Em 1922, estávamos no ano do centenário da Independência. O governo preparava grandes festividades para comemorar a data. As escolas prepararam amplas paradas de escoteiros. Em São Paulo,

sopravam ventos de renovação estética nas artes, clamando por um país moderno, adequado às transformações que se operavam na vida urbana e no mundo. Naquele ambiente, foi realiza-se da ‘Semana de Arte Moderna. A ânsia renovadora também se manifestava no plano político, gerando mais uma crise da era republicana. E no Rio, jovens oficiais e acadêmicos, descontentes com a perpetuação do poder das oligarquias rurais e a exclusão política de muitos setores da sociedade, despertava anseios de mudança.

No início do mês de julho de 1922, eclodia no Rio de Janeiro uma rebelião de jovens oficiais do Exército. Ficou conhecida como a ‘Revolta do Forte de Copacabana’, embora tenha ultrapassado a fortaleza da Zona Sul. Apesar da curta duração, sufocada pelo governo em cerca de 40 horas, seu alcance político iria além, daquele breve episódio. Carregada fortemente de uma aura heroica, a caminhada dos últimos resistentes em direção à morte entrou para a História do Brasil como um de seus episódios mais dramáticos, deflagrador de um ciclo de sucessivas interrupções do embate político pelo enfrentamento armado.

A exaltação dos ânimos arrastava-se desde 1921, quando foi lançada a candidatura do mineiro Artur Bernardes, rejeitado tanto pelos militares aglutinados em torno do Marechal Hermes da Fonseca, presidente da República entre 1910 e 1914, como também por civis dissidentes que haviam adotado Nilo Peçanha como candidato. O fluminense Peçanha havia sido presidente da República (1909-1910), completando o mandato de Afonso Pena que morrera no exercício do cargo. E de 1914 a 1919 exerceu presidência do antigo Estado do Rio. Então, sua candidatura fora proposta pelos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, coligados contra a maioria governamental alinhada com a candidatura de Bernardes. E logo recebeu o apoio dos militares, desgostosos com os ministros civis de Epitácio Pessoa que lhes haviam negado aumentos salariais.

Apesar desta insólita aglutinação de forças oposicionistas tão heterogêneas como oligarcas rurais e militares oriundos da classe média – o que poderia sugerir um leque de uma ampla base representativa – as eleições de 1º de março de 1922 confirmaram a vitória da situação. O caudilho gaúcho Borges de Medeiros, o principal articulador da candidatura de Nilo, logo reconheceu a vitória de Bernardes e declarou sua lealdade ao novo governo eleito. O mesmo não ocorreria com os militares, insuflados pela ideia de um golpe desde o ano anterior, quando até uma falsa carta de Artur Bernardes ofensiva ao Exército foi forjada.

Civis e militares

Aparentemente, a crise política do final da gestão de Epitácio Pessoa era mais uma manifestação da contradição básica do regime republicano brasileiro: o conflito entre o pragmatismo econômico e o romantismo evolucionista que se arrastava desde 1889. A Proclamação da República encabeçada por um velho oficial monarquista ressentido, instigado por militares positivistas, ofuscou a dualidade existente entre os cafeicultores e a incipiente classe média das cidades, as duas vertentes do movimento republicano. No entanto, os interesses dos dois grupos eram divergentes em muitos aspectos, sobretudo em relação ao novo papel do estado em um regime republicano.

Para os pragmáticos cafeicultores paulistas, o estado deveria fomentar e proteger a economia cafeeira, a maior geradora de divisas do país, com uma taxa de câmbio, financiamentos e uma burocracia adaptada ao seu pleno funcionamento. Os republicanos idealistas, por sua vez, eram provenientes, sobretudo, da classe média urbana, movidos por ideias humanistas. Eram militares, juristas, jornalistas, burocratas, comerciantes e pequenos industriais, muitos deles militantes abolicionistas. No Rio de Janeiro, sobretudo, predominavam os positivistas, especialmente refor-

çados pelos jovens oficiais doutrinados por Benjamin Constant na Escola Militar.

Floriano Peixoto consolidou a unidade nacional, reprimindo duramente a reação monarquista e a fragmentação territorial. Para tanto, porém, teve que contar com o apoio decisivo de Bernardino de Campos, presidente do Estado de São Paulo. A conta desta aliança viria com a imposição da candidatura do paulista Prudente de Moraes e, com ela, a chegada dos pragmáticos ao poder. Mesmo enfrentando grandes adversidades como doença, revoltas e até mesmo um atentado à sua vida, Prudente soube conduzir o início da hegemonia cafeeira na política nacional, a qual seria consolidada por Campos Salles, seu sucessor e também paulista. Após sanear as finanças através de um acordo com os credores e um posterior aumento de impostos, Campos Sales sentiu-se fortalecido o suficiente para modificar as regras eleitorais, de modo a garantir a perpetuação no poder dos governos já estabelecidos.

Essas mudanças devolveram ao governo central parte do poder que o federalismo republicano havia tirado. Estava inaugurada a “política dos governadores”, pela qual dificilmente as oposições poderiam ser vitoriosas, uma vez que só eram diplomados os eleitos considerados confiáveis pelo governo federal e pelas situações estaduais comandadas pelos governadores, e estes, por sua vez, comprometidos e controlados pelo presidente da República.

Era um circuito fechadíssimo de poder político, onde raramente poderia acontecer uma alternância. Estas só seriam possíveis em casos extremos de rachaduras na composição situacionista, mesmo assim restava ao presidente da República a faculdade de intervir nos estados. Os republicanos idealistas protestaram e em São Paulo, como assinalamos, criou-se a ‘Dissidência Republicana’ sob a liderança do jornalista Julio Mesquita.

O esquema oficial de Campos Salles elegeu Rodrigues Alves, outro paulista, para sucedê-lo. Contornados os problemas com a

oposição e sufocados os militares positivistas com a decretação do estado de sítio, Rodrigues Alves passou o governo ao mineiro Afonso Pena, inaugurando a famosa alternância “café-com-leite” que iria ocorrer mais algumas vezes, porém sem a regularidade que caricaturalmente fizeram supor os opositores do regime. Ainda no seu último ano de governo ocorreu a assinatura do Convênio de Taubaté, acordo firmado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em defesa dos produtores de café.

Este esquema consistia na contratação de empréstimos pelos três estados para compra da produção excedente e seu armazenamento para que não ocorresse pressão baixista nos preços, ao mesmo tempo em que se congelavam os novos plantios. Porém, com o tempo, esses empréstimos passaram a ter respaldo do governo federal, causando justificada indignação dos estados não produtores e das populações urbanas.

Afonso Pena morreu em junho de 1914 sem ter conseguido impor Davi Campista como o candidato à sucessão. Foi atropelado pela iniciativa de militares e políticos, liderados pelo gaúcho Pinheiro Machado, de lançamento da candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro. Para vice foi indicado estrategicamente o mineiro Venceslau Brás. Ocorreu então uma cisão entre os republicanos idealistas e uma parcela lança a candidatura de Rui Barbosa, a chamada “Campanha Civilista”, com apoio de parte dos pragmáticos. Mas Hermes venceu as eleições de março de 1910 e assumiu o governo em novembro do mesmo ano.

O Marechal praticamente limitou-se a sufocar rebeliões e intervir excessivamente nas disputas estaduais, chegando a bombardear Manaus e Salvador. Seu sucessor foi seu vice Venceslau Brás (1914-1918), candidato que conseguiu reconciliar os políticos dos grandes estados, forçando a desistência de Rui Barbosa a uma segunda candidatura “civilista”. Na sua sucessão foi retomado o rodízio “café com leite” com a eleição para mais um mandato do

ex-presidente paulista Rodrigues Alves. Este, porém, adoeceu e não chegou a tomar posse. Um novo pleito em abril de 1919 elegeu o paraibano Epiácio Pessoa, representante diplomático brasileiro na Conferência de Versalhes após o fim da Primeira Guerra Mundial, o qual também daria atenção especial ao setor cafeeiro.

É, portanto, com este pano de fundo, que o mineiro Artur Bernardes é proclamado vencedor em 7 de junho de 1922. A crise militar se agravava, pois, o antibernardismo era esmagadoramente majoritário entre os oficiais do Exército. E o pior: durante a campanha de Nilo Peçanha, militares falavam abertamente que impediriam uma eventual posse do político mineiro caso ele vencesse. Não se tratava apenas do reavivamento do antagonismo entre pragmáticos e idealistas e de civilistas e militaristas. Outros fatores de tensão estavam presentes. Até mesmo o envolvimento de Hermes da Fonseca era apenas uma conveniência de momento, devido à liderança que ainda exercia sob oficiais mais velhos.

A insatisfação urbana

As questões que motivavam os jovens tenentes contestadores tinham novos ingredientes que extrapolavam a nostalgia dos velhos oficiais hermistas. O país estava mudando com o crescimento das cidades e o desenvolvimento industrial. A Primeira Grande Guerra Mundial havia ocasionado enormes déficits fiscais que pressionaram a inflação através do recurso às emissões de moeda. A partir de 1916, entretanto, a indústria apresentava um forte crescimento pela substituição de importações e a produção agrícola prosperava. Os estoques de café acumulados na Europa pelo esquema de valorização geravam uma boa receita com a sua venda no continente bloqueado maritimamente pela guerra. Os salários urbanos, por sua vez, continuavam congelados nominalmente nos valores defasados de 1914.

O custo de vida e o problema da habitação inquietavam profundamente a classe média e o operariado, setores não represen-

tados politicamente na restritiva e excludente “política dos governadores”. Assim, em 1917, o operariado paulistano tomou a iniciativa da contestação ao estado de coisas com a eclosão da greve geral, violentamente reprimida pelo governo estadual, com um saldo de dois mortos entre empregados da Light que faziam piquete, atingidos por tiros de agentes de segurança da própria empresa canadense.

O movimento começou com uma greve geral dos operários do Cotonifício Crespi que reivindicavam 20% de aumento. Os anarquistas, bem articulados, logo estenderam o movimento para outras fábricas e setores, alcançando os trabalhadores da Light e até mesmo parte da Força Pública. O diálogo entre empregados, de um lado, e patrões e autoridades, de outro, chegou a um impasse total. Foi assim que se formou a “Comissão da Imprensa” reunida no jornal *O Estado de S. Paulo*, com a participação de Julio de Mesquita Filho, que conseguiu mediar as negociações e por fim à greve. Este acordo, contudo, foi traído pelos industriais e o governo, gerando novas greves em 1918 e 1919.

A inflação também causava grande insatisfação à pequena burguesia composta por burocratas, comerciantes, pequenos industriais e militares. E os jovens oficiais se revelavam sensíveis a esses problemas que envolviam eles mesmos e suas famílias. Não bastasse esta aflição diante da penúria, Epitácio Pessoa, após haver negado aumento aos militares, acabou cedendo às pressões dos cafeicultores e contratou no exterior um empréstimo para financiar a formação de estoques, praticada pela política de valorização do preço do café. Tal operação resultou em mais emissões de moeda e conseqüente escalada da inflação. Para os militares a posse de Bernardes significava a perpetuação dessa política monetária que privilegiava os grandes cafeicultores e companhias exportadoras, mas empobrecia o trabalhador urbano.

A interferência de Hermes nas disputas políticas em Pernambuco precipitou a crise. A guarnição local do Exército

estava intimidando o governador, um aliado de Hermes e Nilo Peçanha. No dia 29 de junho, Hermes, em nome do Clube Militar, enviou telegrama ao comandante de Recife censurando-o pela conduta, quebrando a disciplina e acusando o governo federal de parcialidade. Epitácio repreendeu o Marechal, que retrucou, levando o presidente a mandar prendê-lo por algumas horas no dia 2 de julho. No dia seguinte o governo ordenou o fechamento do Clube Militar.

Enquanto estes fatos se desenrolavam, espalhava-se por todo o Rio de Janeiro boatos sobre um levante. No final da noite do dia 4, o governo enviou representantes ao Forte de Copacabana para prender o capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do Marechal, e comandante da fortaleza. O capitão Euclides resistiu à prisão e à 1h20 da madrugada partiam tiros de canhão do Forte de Copacabana: estava dada a senha para a revolta. Porém, nas outras unidades as coisas não funcionaram como deveriam.

No Forte de Copacabana, contudo, a resistência se mantinha. Após o fracasso de algumas negociações que chegaram a envolver o Marechal Hermes, a Fortaleza de Santa Cruz, no outro lado da baía, e o Forte de Copacabana trocaram tiros. Pelo telefone, as forças do governo ameaçavam com bombardeio marítimo e aéreo. De 300 oficiais, 272 se entregaram. Somente 27 permaneceram. Um encouraçado bombardeou o Forte na manhã do dia 6. Em seguida o capitão Euclides saiu para negociar e foi preso.

O bombardeio recomeçou, agora com a ajuda de aviões. Por fim, os 27 que restavam deixaram o Forte. Dez deles embrenharam-se pelos rochedos e pelas matas. Outros dezessete caminharam armados pela praia, tragicamente, ao encontro de uma numerosa tropa legalista, bem armada e posicionada. Um turista, que a tudo assistia, aderiu aos grupo, que se recusava a depor as armas caminhando estoicamente contra a artilharia do governo. O tiroteio finalmente aconteceu e foi fatal para os rebeldes, que ficariam

celebrizados como os “dezoito do forte”. Apenas dois sobreviveram: os tenentes Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Os desdobramentos de 1922

Terminava aquela rebelião, mas a gravidade daquele ato de verdadeira imolação cívica fazia nascer uma era inicialmente romântica e reformista que o tempo se incumbiria de mostrar extremamente vacilante e politicamente autoritária: o “tenentismo”, um ciclo revolucionário brasileiro de enfrentamento armado que só terminaria em 1945. Mas naquele momento não se podia imaginar que se iniciava um longo período de desestabilização política. Epitácio Pessoa fortaleceu-se após o episódio: decretou o estado de sítio, prendeu civis e militares, até mesmo o Marechal Hermes e o jornalista Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, jornal que havia publicado as cartas falsas que atribuíam a Bernardes acusações ao Exército. E ainda pôde comemorar triunfalmente o Centenário da Independência com celebrações e festejos.

Em São Paulo, *O Estado* assumia uma postura de total simpatia com os revoltosos, vistos pelo jornal como restauradores do ideal republicano abandonado pelo PRP e as oligarquias estaduais. O estado de sítio foi mantido após a posse de Bernardes em 15 de dezembro de 1922, o que lhe possibilitava agir rigorosamente na repressão à oposição. E isto ocorreu com enorme frequência durante todo seu conturbado mandato. Para esta inquietação contribuía decisivamente a situação econômica: déficits orçamentários, queda das exportações e dos preços dos produtos primários.

Todos estes fatores levavam ao circuito emissões/inflação. Mesmo com esse panorama o governo continuava a contrair empréstimos para manter os preços do café pelo esquema de compra e armazenamento da produção excedente.

A posição de Bernardes era progressivamente mais forte. O que, porém, não inibia alguns militares insatisfeitos com o governo

de continuar a conspirar. O maior articulador desses opositores era o general gaúcho Isidoro Dias Lopes, que percorreu as regiões sul e sudeste, promovendo a ideia de um movimento revolucionário para derrubar o governo.

Ainda no final de 1923, surgia um novo acontecimento que iria fazer engrossar os simpatizantes da proposta de Isidoro. No dia 26 de dezembro, saiu a sentença do julgamento dos envolvidos com a revolta do Forte de Copacabana, incriminando os articuladores como sendo responsáveis por um golpe de estado. Isto significava uma punição mais severa do que a esperada pelos rebeldes, que se defendiam argumentando que lutavam apenas pelo afastamento do presidente da República, sem almejar o poder.

Alguns condenados fugiram, entre eles os tenentes Eduardo Gomes, Joaquim Távora e Ricardo Holl. Um plano de levante militar de quartéis no Rio Grande do Sul e no Paraná foi desarticulado e seu mentor, o tenente Joaquim Barata, foi preso. Durante meses, transcorreram tentativas de entendimento sobre a definição do local e da data de uma grande insurreição. Cogitaram-se levantes no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Até que, por diversas razões, finalmente decidiu-se pelo dia 5 de julho, em São Paulo – sobretudo pela sua situação estratégica de maior centro industrial e de grande entroncamento ferroviário e rodoviário. A data buscava homenagear os “dezoito do forte” e entusiasmar a tropa com a mística dos 16 heróis mortos, uma ideia do tenente Joaquim Távora, um dos derrotados na Vila Militar.

A Revolução de 1924

Comandada pelo general Isidoro Dias Lopes e com a presença em São Paulo de destacados tenentes da revolta do Forte de Copacabana, o movimento de ocupação da cidade começou às 3 horas da madrugada, com os tenentes Eduardo Gomes e Juarez Távora assumindo o controle do 4º B. C. de Santana. Quando o dia

amanheceu, diversas posições estratégicas estavam sob controle dos revolucionários, mas não todas as que estavam nos planos. No alvo-recer, as tropas leais ao governo conseguiram retomar algumas posições perdidas, incluindo o quartel da Força Pública na Luz e o 4º B. C. de Santana, onde os irmãos Joaquim e Juarez Távora e outros tenentes ficaram detidos ao retornarem inadvertidamente.

Lentamente, os revolucionários conseguiram alguns avanços, enquanto as tropas legalistas se reorganizavam preparando-se para um contra-ataque posterior. O governo perdeu o controle do quartel da Força Pública na Luz, consolidando-se o domínio dos rebeldes da estação ferroviária. No dia 8, Carlos de Campos, o presidente do Estado de São Paulo, abandonou o Palácio dos Campos Elíseos e saiu da cidade. Mesmo assim Isidoro Dias Lopes chegou a admitir a retirada, seja por ter encontrado mais resistência do que imaginara, seja por saber que o governo faria uma contra-ofensiva logo que recebesse reforços de fora. Mas como até o dia 10 os insurretos conseguiram manter a ofensiva, a ideia da saída foi pelo menos adiada.

Mas a reação dos governos estadual e federal estava a caminho, assim como o aumento da perturbação para os habitantes da cidade. No dia 11, a artilharia legalista começava a procurar atingir os pontos mais estratégicos em poder dos revolucionários: Paraíso, Vila Mariana, Liberdade, Brás, Belenzinho, Mooca e até áreas centrais como a Rua Florêncio de Abreu sofreram pesado bombardeio. Ainda com o controle da cidade, mas conscientes de que os reforços das forças federais iriam aumentar, Isidoro e o também rebelado comandante da Força Pública, Miguel Costa, decidiram sair da cidade na madrugada do dia 27 em uma operação exemplarmente bem organizada e bem-sucedida.

De São Paulo embarcaram para Bauru, entroncamento ferroviário estratégico no centro do Estado de São Paulo. De lá, dirigiram-se a Mato Grosso onde encontraram resistência, fazendo desviar seu objetivo para o Paraná, onde renderam vilarejos e cidades,

acampando por fim em Catanduva, à espera dos aliados que vinham do Rio Grande do Sul.

Durante a revolução, o prefeito Firmiano Morais Pinto permaneceu na cidade. Chamado para uma reunião com o General Isidoro Dias Lopes, chefe do movimento rebelde, teve confirmado seu poder municipal. Logo após criou uma Comissão de Abastecimento para conter os saques que já estavam ocorrendo e uma Guarda Municipal.

Embora *O Estado* tivesse anteriormente se sensibilizado com o caráter épico da revolta do Forte e concordasse com as críticas dos revolucionários ao governo, Julio Mesquita tinha repúdio à solução militar para os problemas políticos, posição que foi comunicada pessoalmente ao General Isidoro Dias Lopes, que o chamara para uma conversa bastante cordial, dada a admiração pessoal que o comandante da revolução nutria sobre Julio Mesquita. E só por ter ocorrido este diálogo o jornal foi tirado de circulação e, juntamente com o prefeito Firmiano, processado pelo governo, acusado de cumplicidade com os rebeldes. Julio Mesquita foi preso e enviado ao Rio, sendo libertado alguns dias depois.

A Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes

Enquanto a ocupação em São Paulo se desenrolava, diversas insurreições ocorreram em locais não previstos pelos articuladores do Sul e Sudeste: Mato Grosso, Pará, Sergipe e Amazonas, a mais longa e radical, com um mês de duração.

Mas, durante a retirada da coluna de Bauru para o rio Paraná, estourou na noite do dia 28 de outubro a esperada revolta no Rio Grande do Sul, em dois pontos: na fronteira com o Uruguai e na região das Missões. Na fronteira, após alguns avanços, os revolucionários, dentre eles alguns tenentes como o cearense Juarez Távora e o pernambucano João Alberto, acabaram derrotados em novembro pelo general governista Flores da Cunha.

Na região das Missões, os revolucionários resistiram mais, já praticando algumas táticas de dispersão e dissimulação que seriam muito utilizadas nos anos seguintes pelo interior do Brasil. O comandante dos rebeldes do Batalhão de Engenharia de Santo Ângelo, o então capitão Luís Carlos Prestes, dividiu em três a coluna que formava juntamente com aliados de São Borja e São Luís. Desta forma conseguiu segurar temporariamente a numerosa tropa legalista com um dos destacamentos, enquanto os outros dois destacamentos dirigiam-se ao norte. Em seguida, bateu em retirada rápida indo juntar-se aos demais.

No início de janeiro de 1925, os rebeldes conseguiram despistar as tropas do governo no norte do estado e seguiram lentamente para Santa Catarina e Paraná abrindo picadas pelo mato, já almejando encontrar com a coluna que deixara São Paulo e se encontrava no Paraná. Finalmente, no dia 12 de abril as duas colunas se encontraram em Santa Helena, um porto no rio Paraná.

Em meio à confraternização das duas milícias que agora passavam a ser uma só com o nome de ‘Coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes’, traçavam-se os planos para o futuro: percorreriam o interior do Brasil fazendo uma pregação pela redenção da República. Não tinham um programa definido. Falavam abstratamente de reformas no sistema eleitoral, no ensino e na Justiça. O comando da coluna foi assumido por Miguel Costa e a chefia do Estado-Maior por Luís Carlos Prestes. Adotava-se uma divisão em quatro destacamentos comandados por Cordeiro de Farias, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra.

Durante os dois anos em que a coluna perambulou pelo Brasil muitos outros fatos ocorreram na segunda metade do governo de Artur Bernardes. Do fim de 1924 ao início de 1926 ocorreram pequenas insubordinações e quarteladas no Rio de Janeiro e por fim em Pernambuco. Em fevereiro de 1926 foi fundado em São Paulo o Partido Democrático. Seus membros eram republicanos idealistas e liberais, incluindo o “Grupo do *Estado*”, que reivindicavam algumas

das bandeiras dos tenentes como a reforma eleitoral e o estabelecimento do voto secreto e do voto feminino. No final de 1926, começava no Rio Grande do Sul uma revolução com ataques iniciados por exilados no Uruguai e na Argentina que cruzaram a fronteira, mas em pouco mais de dois meses foram rechaçados pela Brigada Gaúcha e pelas tropas do Exército leais a Borges de Medeiros.

A crise final da República Velha

O estado de sítio ainda vigorava, quando Washington Luís tomou posse em 15 de novembro de 1926. Apesar da coluna ainda estar no Mato Grosso, e de ainda haver movimentos contestatórios no Rio Grande do Sul, ele não quis prorrogar o estado de exceção, após expirar-se em 31 de dezembro, embora na fronteira sul ordenasse forte repressão aos insurgentes pelas tropas do Exército. Para o ministério da Fazenda indicou uma nova liderança gaúcha que despontava: o advogado Getúlio Vargas. Com este ato Washington Luís iniciava uma aproximação com o Rio Grande do Sul proporcional ao seu afastamento dos mineiros, dada sua antipatia pessoal e política por Antonio Carlos, o novo presidente de Minas.

Desse modo, sem o recurso do estado de sítio, o início do governo de Washington Luís foi marcado pela austeridade administrativa e chegou a ser visto com boa vontade por muitos dos que conspiraram para derrubar Artur Bernardes, embora nem todos lhe dessem esse crédito político. Em pouco tempo, esses últimos mostrariam estar com a razão: Washington recusou-se a dar anistia às centenas de exilados e em agosto de 1927 conseguiu aprovar a “Lei Celerada”. Por este instrumento legal, que restringia a liberdade de imprensa e o direito de reunião, a Presidência da República ganhava poderes quase equivalentes àqueles proporcionados pelo estado de sítio.

A oposição ao predomínio do Partido Republicano Paulista (PRP) já estava ocorrendo formalmente em São Paulo desde o início do ano anterior quando foi instituído Partido Democrático, com-

posto por uma elite intelectual de comerciantes, agricultores, juristas e políticos liberais. Defendiam a reforma do sistema eleitoral, sobretudo o estabelecimento do voto secreto. Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita estavam entre seus principais articuladores.

A união de comerciantes, agricultores e da classe média dava ao Partido Democrático um leque representativo bem mais amplo e moderno que o PRP, atrelado excessivamente aos grandes cafeicultores e a uma estrutura partidária absolutamente fisiológica. Falavam também em “suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social”, o que valia dizer discutir certas reivindicações trabalhistas como a regularização da jornada de trabalho e aumentos salariais. De outro lado, os industriais procuravam manter-se distantes da política partidária, sem contestar o governo, mas exercendo uma pressão corporativa através de entidades de classe. E os sindicatos operários, por sua vez, restringiam-se às reivindicações setoriais.

Contando com a simpatia classe média da emergente, o PD obteve uma rápida expansão por todo o estado de São Paulo, onde conseguiram eleger três deputados federais nas eleições de fevereiro de 1927. Seu crescimento só não foi maior devido ao controle da máquina eleitoral pelo PRP, baseado na fraude e no controle direto até sobre a escolha do eleitor, possível graças ao fato do voto ser declarado publicamente: o chamado sistema do “bico de pena”. No Rio Grande do Sul foi fundado o Partido Libertador por Assis Brasil, uma aliança de agricultores e setores urbanos opositores ao continuismo de Borges de Medeiros e à proteção ao café do governo federal. A aproximação dos oposicionistas gaúchos e paulistas vai resultar no Partido Democrático Nacional, também com aliados no Rio e em Minas.

Alguns “democráticos” procuraram aproximar-se dos exilados. Em 4 de janeiro de 1928, o Conselheiro Antonio Prado, presidente do Partido Democrático de São Paulo, enviou um telegrama felici-

tando Dona Leocádia Prestes, mãe de Luís Carlos Prestes, pelo aniversário do filho exilado. Nas eleições de fevereiro em São Paulo, os democráticos foram fragorosamente derrotados pelas apurações oficiais, embora o apoio popular tomasse conta das cidades paulistas, o que demonstrava claramente o largo uso da fraude pela situação perrepista. A justificada revolta dos ‘democráticos’ levou algumas lideranças a começar a admitir a possibilidade de envolvimento em um movimento armado para derrubar o regime.

No início de abril, o paulista Paulo Nogueira Filho e o gaúcho Assis Brasil encontraram-se com Luís Carlos Prestes na Argentina. Alguns meses depois, em novembro, os dois retornaram a Buenos Aires para novas tratativas. Apesar do espanto de Paulo Nogueira Filho com os termos usados na conversa por Prestes, que falava em “poder das massas”, o político e empresário paulista, que se autodefinia como um “burguês progressista”, prometeu os recursos financeiros para a compra de armas.

A expressão usada por Prestes já revelava suas novas influências doutrinárias, embora estas ainda não estivessem totalmente amadurecidas. Desde 1927, quando foi visitado por Astrojildo Pereira na Bolívia, Prestes estava se interessando pela literatura marxista. Mas seu processo de “esquerdização” não foi imediato. Sua definição pelo marxismo-leninismo só seria tornada pública em maio de 1930. Portanto, o interlocutor dos “democráticos” era ainda o capitão da coluna em busca de uma redenção republicana, apenas influenciado por novas leituras.

Todavia, nem todos os “democráticos” e opositores estavam a favor da insurreição armada. Esta dualidade foi notada por Prestes que protestou. Em São Paulo, a maior parte dos membros do Partido Democrático era a favor da solução política por convicção doutrinária. Sobretudo na comunidade opositora representada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que se tornara o portavoz da contestação ao PRP desde 1900. A estima pelo pensamen-

to socialista, precisamente social-democrata, marcou o perfil político de Julinho. Ele dizia: “todo jovem que não for socialista só pode ser burro ou mau caráter” (entrevista de Rui Mesquita à revista *O Onze de Agosto*, ano XCVI, novembro de 1998).

Mesquita Filho batizou o terceiro filho com o nome Luís Carlos, nascido em 1930, homenageando o “cavaleiro da esperança”, Prestes, mesmo após sua conversão ao marxismo em 1928. Muitos anos após, em julho de 1945, no comício de inauguração do Partido Comunista, subiu ao palanque de Prestes, sinalizando tanto sua efetiva simpatia pelo movimento, quanto sua esperança na democracia após o fim do Estado Novo.

No Rio Grande do Sul, os “libertadores” aproximavam-se de Vargas, que havia sido eleito presidente do estado e tomado posse em 25 de janeiro de 1928. Este já revelava a sua incrível habilidade política e senso de oportunidade, atributos que o levariam no futuro a ser o mandatário de maior permanência no poder da história republicana do Brasil. Enquanto cooptava os “libertadores”, Vargas aproximava-se secretamente dos mineiros em gestões que atravessaram os meses de março a junho.

No dia 30 de julho, o lançamento da chapa Getúlio-João Pessoa pelo Partido Republicano Mineiro oficializava a candidatura da Aliança Liberal. No início de setembro, o Partido Democrático anunciava sua adesão à Aliança. Pouco depois a situação, comandada pessoalmente por Washington Luís, oficializava a candidatura já presumida de Julio Prestes, então presidente do estado de São Paulo. E no final do mês seguinte, no dia 24 de outubro, ocorria a grande quebra da Bolsa de Nova York. Mas seus efeitos mais graves para o Brasil não se fariam perceber de imediato, o que daria fôlego para o governo impor seu candidato nas eleições de março de 1930.

Pouco antes o governo retomara a perseguição aos tenentes que se encontravam em território nacional. Em janeiro, Djalma Dutra, Emídio da Costa Miranda e Augusto Ribeiro foram presos em São Paulo. Siqueira Campos conseguiu escapar matando um dos poli-

ciais, refugiando-se na fazenda de seu amigo de infância Julio de Mesquita Filho, em Louveira, próximo a Jundiá. Após alguns dias o diretor de *O Estado de S. Paulo* providenciou com amigos um refúgio em São Paulo para Siqueira Campos. Juarez Távora foi preso no Rio enquanto Getúlio Vargas percorria o país com comícios apoteóticos em São Paulo, Rio, Minas e por todo Norte e Nordeste.

Assim como o governo, os discursos aliancistas ignoravam a gravidade da crise econômica que se avizinhava. As bandeiras principais eram a anistia, o voto secreto e a moralização administrativa. Apesar do entusiasmo nacional que havia provocado, a Aliança Liberal foi derrotada, sobretudo pelo recurso da fraude e do voto de cabresto na maioria dos estados onde a situação era a favor do candidato oficial. A bem da verdade, na Paraíba, Minas e Rio Grande do Sul, estados onde os governos estaduais eram a favor da Aliança, as fraudes cometidas foram em favor da chapa de oposição, mas insuficientes para compensar a diferença nacional.

Enquanto isto, a bancada mineira aliancista foi “degolada” pelo sistema de confirmação dos diplomas. Antonio Carlos recuou assustado, enquanto aguardava um posicionamento de Getúlio e Borges de Medeiros, também titubeantes. Em maio, Siqueira Campos morreu em um acidente aéreo no Uruguai, quando retornava de um encontro com Prestes, que já se convertera ao marxismo-leninismo e abandonava a conspiração, agora considerada por ele como “burguesa”. No início de junho Vargas fez um pronunciamento conciliatório e em seguida Antonio Carlos abandonou a ideia de Revolução.

Porém, tudo se reverteria a partir do dia 28 de julho: uma disputa regional na Paraíba ocasionou o assassinato de João Pessoa no Recife, o candidato a vice da Aliança Liberal. Habilmente a oposição conseguiu capitalizar o episódio a seu favor. Os jornais controlados por Assis Chateaubriand conduziram o noticiário, transformando o crime em obra de Washington Luís. A opinião pública se agitava e a iminência da revolução passava a ser um comentário generalizado no país. Em agosto, Osvaldo Aranha convenceu Borges

de Medeiros a aderir à sublevação, e por decorrência também Getúlio Vargas e Antonio Carlos. Os preparativos militares se concentraram no Rio Grande do Sul, com contatos de apoio no Estado-Maior no Rio. Góis Monteiro assumiu o comando no sul e Juarez Távora no nordeste. O “Grupo do *Estado*” e o Partido Democrático também aderiam aos conspiradores.

Finalmente, no final da tarde de 3 de outubro estourou o movimento em Porto Alegre. Na madrugada do dia 4, após alguma resistência, os revolucionários tinham o controle da capital gaúcha. Tropas do Rio Grande subiram para Santa Catarina e Paraná, controlando os dois estados em dois dias. Washington Luís convocou os reservistas, sofrendo um grande desgaste com a indignação da população. No Rio a opinião pública ficou claramente simpática à rebelião levando o alto oficialato a depor o presidente no dia 24 de outubro. A Revolução de 30 estava vitoriosa, mas o ciclo revolucionário brasileiro ainda continuaria com conflitos armados em 32 e 35, um golpe de estado em 1937 e a deposição da ditadura em 1945.

A Revolução de 1932

A Revolução de 30, apoiada por Julio de Mesquita Filho e pelo jornal *O Estado*, trazia possibilidades de reformas para um “Brasil novo”, como escreveu em um dos editoriais, em outubro de 1930. Mas logo perderiam suas esperanças, com Getúlio Vargas à frente do governo provisório. Ao perceber a evasiva do governo em relação à convocação de uma constituinte, Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, bem como o Partido Democrático e uma parcela do PRP, conspiraram para que se efetivasse a Revolução Constitucionalista de 32, contra os propósitos da ditadura de Vargas.

Assim, em oposição ao governo, o diretor de *O Estado* seguiu combatendo Vargas, o varguismo e o que lhe parecesse contra a democracia. Essa luta lhe custou dois exílios. O primeiro ocorreu na

derrota militar do movimento de 32. O segundo, em decorrência do golpe de 37, quando Getúlio Vargas iniciaria o Estado Novo.

Em 1932, a posição do jornal, da cidade e do Estado de São Paulo era uma só: reivindicação de eleições livres e de uma Constituição. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos episódios mais importantes da história republicana brasileira no século XX. Fiel à sua tradição democrática, o jornal *O Estado de S. Paulo* não só apoiou esta rebelião contra a ditadura como também tomou parte ativa em seus preparativos e articulações através de seus diretores e redatores. Mais uma vez a tentação autoritária, tão recorrente em nossa história, incomodava os brasileiros.

Pressionado pelos “tenentes”, o governo provisório relutava em devolver ao país a vigência do estado de direito, obrigando as forças democráticas a reagir à permanência de um estado militarista e discricionário. Excluídos, até mesmo dos principais cargos estaduais de segundo escalão, ocupados por pessoas de outros estados, os membros do Partido Democrático tinham motivos suficientes para romper com Vargas. E foi o que fizeram no dia 17 de janeiro de 1932, com um pronunciamento de Francisco Morato, político que se sentia traído pessoalmente por Getúlio, já que fora um de seus maiores cabos eleitorais durante a campanha presidencial e organizador do grande comício realizado no final de 1929 em São Paulo, o mais concorrido de todo o país.

Em 25 de janeiro, dia do aniversário da cidade, foi promovido pelos constitucionalistas um grande comício na Praça da Sé. Cerca de 200 mil pessoas compareceram debaixo de chuva para assistir discursos de diversas personalidades representando a sociedade civil: categorias profissionais, entidades e estudantes. Com o fim dos pronunciamentos em favor da democratização e da devolução do poder político estadual aos paulistas, iniciou-se uma passeata em direção à sede de *O Estado*, na época localizado na Praça Antonio Prado. Da sacada do jornal, Julio de Mesquita Filho

fez um longo pronunciamento, cujas últimas palavras advertiam:...”o império da lei e da justiça só poderá ser restabelecido no dia em que, tomado o fio de nossa evolução, São Paulo voltar ao seu lugar de líder insubstituível da nação.” (...)

No mês seguinte, constituiu-se uma Frente Única Paulista pelos membros do PD e um setor do antigo PRP, articulada pelo jornalista Julio de Mesquita Filho, que assim se referiu a este momento em artigo publicado em *O Estado* em 1952:...

Era, realmente, convicção geral que os acontecimentos levariam fatalmente a um encontro pelas armas com as forças ditatoriais. Tratava-se já, de um imperativo determinado pela unânime oposição dos paulistas à ditadura. (...) Diante disso, alguém propôs que se constituísse desde logo uma comissão à qual incumbiria coordenar a conspiração (...) Logo a seguir, e por indicação dos presentes, ficou assim constituída a comissão encarregada de coordenar as forças vivas de São Paulo: Ataliba Leonel e Coriolano de Góes, representando o PRP; e Cesário Coimbra e eu, representando o PD e o chamado “Grupo do *Estado*”.

No dia 17 foi divulgado em *O Estado* o manifesto da Frente Única, expondo já no primeiro parágrafo seus objetivos:

O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo vêm anunciar aos seus correligionários, aos seus conterrâneos e a quantos aqui colaboram no desenvolvimento de nossa grandeza moral e econômica que está feita a união sagrada dos paulistas em torno dos dois problemas que envolvem todas as nossas esperanças e destinos: a pronta reconstitucionalização do país e a restituição a São Paulo da autonomia de que há 16 meses se acha esbulhado.

O Partido Libertador do Rio Grande do Sul, através de Raul Pilla, emitiu um comunicado em que renovava “sua solidariedade ao Partido Democrático a aos paulistas” e declarava ainda a esperança de que fosse “dada em breves dias, uma solução justa e honesta ao caso da interventoria”... Osvaldo Aranha sentiu a gravidade da situação e alertou Vargas:

A situação tende a complicar-se. A atitude dos libertadores é, em verdade, de rompimento. A solidariedade aos democráticos, dados

os termos de seu manifesto, é um agravo ao governo. Não nos devemos fazer ilusões. A campanha popular generalizar-se-á cada vez mais. As famílias, as classes, as populações estão impregnadas de espírito de revolta. O povo, mais hoje, mais amanhã, fará um disparate. A situação financeira não comporta novos abalos.

Incomodado com a pressão dos constitucionalistas paulistas e gaúchos, no dia 24 de fevereiro, Getúlio Vargas publicou um novo Código Eleitoral. Progressista para a época, o novo sistema previa a convocação de uma Assembleia Constituinte e estabelecia o voto secreto, ainda sem definir a data. Os tenentes ficaram inconformados. No dia seguinte, no Rio de Janeiro, adeptos do Clube 3 de Outubro, agremiação formada pelos tenentes, empastelaram a redação do *Diário Carioca*, partidário do constitucionalismo. A falta de empenho do governo em investigar o caso e apontar os responsáveis exaltou os ânimos dos constitucionalistas, os quais acusavam Vargas de acobertamento das arbitrariedades dos tenentes.

No mesmo dia do atentado, os gaúchos Maurício Cardoso, ministro da Justiça e Batista Luzardo, chefe de Polícia, foram ao gabinete de Getúlio e comunicaram a sua disposição de abandonar o governo, seguidos de Lindolfo Collor, o ministro do Trabalho. Maurício Cardoso chegou a acusar Aranha, também presente no gabinete de Vargas, de estar informado com antecedência do planejamento do atentado e nada ter feito.

O agravamento das divergências entre as forças políticas e os “tenentes” resultou na eclosão de um movimento revolucionário reivindicador da pronta reconstitucionalização do país. Iniciada na noite de 9 de julho de 1932 em São Paulo, a Revolução Constitucionalista não era “revanchista” ou “separatista” como alardeou a bem sucedida propaganda do governo provisório para todo o país. Quando, na verdade, o isolamento a que foi relegado o Estado de São Paulo, logo no início da insurgência, foi resultado de uma eficiente contra-ofensiva política e militar de Vargas.

E como poderia ser separatista uma insurreição comandada por militares oriundos de outros estados? Dos três comandantes militares, dois eram gaúchos (Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger) e o outro carioca (Euclides Figueiredo). E mesmo na liderança dos civis constitucionalistas estavam alinhados políticos gaúchos. Portanto, a Revolução Constitucionalista foi em sua essência uma confrontação ideológica nacional entre os “tenentes”, defensores de um regime autoritário, e, de outro lado, oficiais de alta patente e uma grande parte dos políticos que tinham apoiado a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República na campanha da Aliança Liberal de 1929/30, assim como a própria revolução vitoriosa de outubro de 1930 - seus aliados de véspera, portanto. Esta dualidade atravessou os anos 30, resultando na vitória do autoritarismo com o golpe do Estado Novo (1937).

Foi uma revolução que já nasceu derrotada, pois a disparidade de forças era enorme. O general Klinger, o comandante aliado que deflagrou o movimento no Mato Grosso, chegou a São Paulo acompanhado por dez pessoas, embora houvesse prometido trazer uma tropa de 6 mil soldados. O apoio gaúcho ficou reduzido a uma coluna com cerca de 300 homens, com ações restritas ao interior do Rio Grande, onde resistiram bravamente. E no Rio, diversos oficiais de alta patente esperaram em vão o avanço das tropas que vinham de São Paulo para concretizar a tomada da capital da República. Mas as forças constitucionalistas estacionaram no vale do Paraíba paulista, aguardando uma hipotética e ilusória adesão dos mineiros.

Apesar do isolamento imposto aos insurgentes paulistas, manifestações de apoio ocorreram em outros estados, além da já citada coluna gaúcha. Na região sul do Mato Grosso alguns destacamentos do Exército também se rebelaram, conseguindo ocupar dois portos fluviais no rio Paraguai. Estudantes promoveram manifestações de rua em Salvador e no Rio. Mas foi na Amazônia

que os fatos evoluíram de forma mais dramática. Em Belém, estudantes secundaristas e universitários armados conseguiram ocupar o centro da cidade por dois dias. E no Estado do Amazonas, artilheiros do Forte de Óbidos seguiram em direção a Manaus em pequenos barcos, com o objetivo de tomar a capital, armados somente com fuzis e metralhadoras. Mas foram contidos em Itacoatiara por dois navios governistas repletos de soldados. Os barcos dos revoltosos foram afundados pela quilha de um dos navios e os náufragos impiedosamente metralhados.

Não fosse a enorme mobilização industrial e a grande participação de voluntários civis em São Paulo, o conflito teria terminado bem antes. As forças rebeldes contaram com cerca de 40 mil combatentes, muitos deles civis voluntários, contra 300 mil do governo provisório que se revezaram rotativamente, de modo a poder manter nas linhas de frente cerca de 100 mil soldados descansados.

Uma rápida adaptação da indústria paulista para o esforço de guerra chegou mesmo a assustar a ditadura no mês de agosto, surpreendida com a eficiência alcançada na reposição de armas e munições. Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias, comandou pessoalmente este trabalho de interação do parque industrial com as necessidades de combate, articulando empresários, militares, engenheiros e técnicos.

Mas, 85 dias depois de iniciada, a Revolução Constitucionalista chegou a seu fim no dia 2 de outubro, com o triste saldo de cerca de 600 mortos entre os insurgentes e 200 nas tropas do governo provisório. As lideranças civis e militares dos rebeldes foram expatriadas e não puderam participar da eleição para a Assembleia Constituinte, realizada em maio de 1933. Mesmo assim, os constitucionalistas conseguiram eleger 71% dos representantes paulistas. Essa inquestionável demonstração de popularidade acabou forçando Vargas a conceder uma anistia geral e a promulgar uma nova Constituição em 1934.

O exílio

No dia 30 de outubro de 1932, 77 presos políticos, entre civis e militares, embarcaram no navio *D. Pedro II* no Rio de Janeiro em direção ao porto de Recife, em Pernambuco. Lá foram trasladados para outro barco que se dirigiu a Lisboa. Ironicamente o navio era batizado com o nome de *Siqueira Campos*, o bravo tenente paulista falecido prematuramente e amigo pessoal de Julio de Mesquita Filho. No dia 18 de novembro de 1932, os dissidentes brasileiros aportavam na capital portuguesa. Dentre eles estavam Julio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita, acompanhados de outros jornalistas, políticos e militares.

A maioria deles fixou residência no Estoril, confinados pelo governo português. Os irmãos Mesquita e suas famílias alojaram-se no “Chalé Laurinda”, uma construção de três pavimentos, assim distribuídos: no andar térreo ficavam as salas de estar e de jantar; no primeiro andar a família de Julio e no segundo a de Francisco. Julio estava acompanhado da esposa Marina e dos filhos Julio, Rui e Luís Carlos. Francisco, por sua vez, da esposa Alice e dos filhos Luís, José e Cecília.

Uma curta vitória política

O jogo entre as diversas correntes que apoiavam Getúlio Vargas havia mudado. Após o final da Revolução Constitucionalista, Vargas procurou aproximar-se mais dos políticos e distanciou-se dos “tenentes”, temeroso quanto a um excessivo poder dos jovens oficiais. Em meados de 1933, convidou para interventor em São Paulo o engenheiro Armando de Salles Oliveira, casado com Raquel Mesquita, filha de Julio Mesquita e irmã dos exilados Julinho e Francisco. Armando só aceitou o cargo sob duas condições: anistia aos revoltosos de 1932 e convocação de uma assembleia constituinte, compromissos aceito por Vargas.

A causa constitucionalista derrotada pelas armas triunfava pela via política, ao menos por alguns anos. Julio de Mesquita Filho e Fran-

cisco Mesquita, assim como dezenas de outros expatriados, retornaram ao país. Mesmo derrotados militarmente, os constitucionalistas alcançariam seus objetivos políticos nos anos subsequentes.

Em 25 de janeiro de 1934, Julio de Mesquita Filho conseguiu do então interventor Armando de Salles Oliveira a assinatura do decreto de criação da USP, concretizando os esforços de *O Estado* iniciados em 1927 com o ‘inquérito sobre a instrução pública’. E ele próprio foi incumbido pelo governador de organizar o agrupamento de professores estrangeiros que viriam formar o corpo docente da Faculdade de Filosofia. O psicólogo francês George Dumas, que já vinha com frequência ao Brasil, o auxiliou na missão de arregimentação dos professores europeus, para a qual contou com a colaboração dos professores Fernando de Azevedo e Theodoro Ramos, também figuras de proa na formação da universidade.

O fim da trégua para os liberais

Em 1937, Getúlio Vargas fechou o parlamento, instaurando o chamado “Estado Novo”, versão brasileira do fascismo italiano que perdurou até 1945. Para justificar o golpe militar o ditador fez uso do pretexto de uma falsa ameaça comunista (“Plano Cohen”), mas na verdade o que o incomodava era a possibilidade de Armando Salles vencer as eleições presidenciais previstas para 1938. Armando Salles e Julio de Mesquita Filho foram presos e posteriormente expatriados para a França no final de 1939. No ano seguinte, o jornal foi confiscado pela ditadura de Vargas.

Entre 1940 e 1945, o jornal esteve confiscado e não são contados na história da publicação. Além disso, Julio de Mesquita Filho passou dezessete vezes por prisões políticas. Sua integridade e fidelidade a seus princípios sempre foram reconhecidas, mesmo entre aqueles que divergiam de sua ideologia. Enfatizava que a República necessitava libertar-se dos oportunistas, por um lado, defendendo o voto secreto e, por outro, projetando no ensino, na

formação de universidades, o desenvolvimento de uma elite consciente para promoção do progresso do país.

Armando Salles havia cumprido uma excelente administração em São Paulo, estado que voltara a crescer economicamente, mesmo recém-saído de uma derrota militar e em plena recessão mundial. Uma vez no poder demonstrou todo o potencial progressista de um governo dos “democráticos”. Além da criação da USP, nomeou para prefeito da capital Fábio Prado, um dos melhores prefeitos que a cidade já teve. Prado, um mecenas milionário, além de iniciar a abertura de diversas avenidas, criou o Departamento de Cultura do município e convidou Mário de Andrade para dirigi-lo. Foi a época áurea de uma política cultural de alto nível que cuidou entre outras coisas da implantação da Biblioteca Municipal e criou bibliotecas circulantes que iam ao encontro da população, até mesmo às portas das fábricas. A nível estadual, Salles de Oliveira impôs uma racionalização administrativa eficaz que ajudou na recuperação econômica.

Quando despontava como candidato favorito às eleições presidenciais do ano seguinte, com largo apoio no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas deu um golpe de estado fechando o Congresso e instaurando o Estado Novo, impondo uma outra constituição bastante autocrática e centralizadora, inspirada no modelo fascista italiano. A tentação autoritária vingara mais uma vez no Brasil, terminando este período só em 1945, com a deposição de Vargas por seus próprios generais.

Uma vez na França, Julio de Mesquita Filho e Armando Salles tiveram logo conhecimento da iminência da Segunda Guerra Mundial, razão pela qual conseguiram embarcar para os Estados Unidos. Lá, procuraram um meio de chegar a Buenos Aires, mas não obtiveram permissão do governo norte-americano para este percurso. Tiveram que fazer isto por via da costa do Pacífico. Julinho conseguiu dirigir-se ao Caribe, de onde atravessou o Canal do

Panamá e embarcou para Santiago do Chile, de onde tomou um avião para Buenos Aires. Lá se juntou a outros exilados brasileiros, quando iniciou uma longa amizade com o escritor Jorge Amado, também refugiado político. Armando Salles ainda demoraria mais um tempo nos Estados Unidos, até poder alcançar a fronteira do México e daí ao Panamá, de onde repetiu o trajeto de Julio de Mesquita Filho em direção à Argentina.

Mesquita retornou ao Brasil em 1943, quando acabaram suas economias, sendo confinado, logo a seguir, na fazenda de sua família em Louveira, no interior de São Paulo, onde cumpriu prisão domiciliar até o fim da ditadura. Armando voltou em 1945, muito doente. Havia contraído um câncer no intestino que o matou internado em um hospital, antes da queda de Vargas alguns meses depois.

1964: novo desencanto

Em programa de entrevistas na televisão, Julio de Mesquita Filho revelou que, ao participar da articulação do golpe militar de 1964, pensava em um contragolpe a João Goulart que, por sua vez, daria continuidade ao varguismo, estabelecendo uma possível República Sindicalista, conspirando greves e rebeliões contra a hierarquia militar.

Durante comício do governo, dia 13 de março de 1964, João Goulart e Leonel Brizola incitavam “reformas na lei ou na marra”. No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* comentou: “Quando o chefe do executivo se permite, nas praças públicas, fazer apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato”.

No dia 31 de março do mesmo ano, concretizou-se a tomada de poder conspirada por militares e civis, para que as ameaças à democracia liberal fossem cessadas. Julinho pretendia que a intervenção militar fosse passageira, apenas para garantir as eleições de 1965. O cancelamento da eleição presidencial e os atos inconsti-

tucionais que se seguiram foram mais uma desilusão para Julio de Mesquita Filho e, logo, a relação com os militares foi rompida.

No ano de 1968 a situação se agravaria com o movimento estudantil e suas passeatas de contestação de março a setembro, quando foi desarticulado o Congresso da UNE em Ibiuna. Até o fim de outubro e início de novembro ainda ocorreram manifestações menores por todo o Brasil, mas o esvaziamento do movimento era evidente após a repressão da ditadura.

No dia 2 de setembro, o deputado carioca Márcio Moreira Alves havia feito um áspero pronunciamento na Câmara Federal em protesto pela invasão da Universidade de Brasília ocorrida dias antes (29/08). O episódio serviu de pretexto para a extrema-direita aumentar as pressões sobre o presidente Costa e Silva. Este pede licença ao Supremo Tribunal Federal para processar o deputado. As atenções se voltavam então para os desdobramentos do caso: o Supremo havia passado o julgamento da questão para a Câmara, a qual recusa o pedido de licença no dia 12 de dezembro (216 votos contra, 141 a favor e 12 abstenções).

No dia seguinte, era editado o Ato Institucional nº 5 suspendendo as garantias constitucionais de defesa da cidadania, juntamente com os Atos Complementares 38 e 39 que tratavam do recesso do Congresso e de cassações de mandatos políticos. O presidente Costa e Silva havia sido totalmente envolvido pela extrema-direita, ansiosa por um endurecimento ainda maior do regime, o que acaba ocorrendo com o fechamento do Congresso por tempo indeterminado e interrompidas as garantias constitucionais de defesa da cidadania, até mesmo a suspensão do habeas-corpus.

Julio de Mesquita Filho escreveu um contundente editorial, lamentando o caminho tomado pelos militares. Com o título 'Instituições em frangalhos', Julinho redigiu seu último texto político. No mesmo dia são impedidos de circular *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, e começa a imposição da censura aos dois jornais

da família Mesquita. Após o AI 5, até seu falecimento no dia 12 de julho do ano seguinte, Julio de Mesquita Filho não mais escreveu.

Mesquita Filho atual

A trajetória de Julio de Mesquita Filho espelha de forma exemplar a luta de uma geração pela modernização do Brasil. E esta militância implicava em uma revisão de nossas instituições republicanas, desde a evolução das formas de representatividade eleitoral como até mesmo ao papel do estado em uma economia de mercado.

Empenhou-se pelo aperfeiçoamento da República com o mesmo ímpeto com que desfraldou a bandeira da Educação, no seu mais nobre sentido. Derrotado pelas armas no movimento constitucionalista de 1932, preso e expatriado, ressurgiu em 1934, já anistiado, como integrante da comissão que preparou o decreto de criação da Universidade de São Paulo, sonho que acalentava desde 1926. Entendia então que o caminho da prosperidade nacional não seria mais o da via política, mas sim a cultural: éramos o único grande país americano sem uma universidade.

Sabia das limitações do liberalismo econômico na resolução de muitas das questões nacionais. Daí sua defesa constante da obrigatoriedade do estado em assumir a responsabilidade do ensino público, laico e gratuito. Em 1937, ao paraninfar a 1ª turma formada pela Universidade de São Paulo, dizia com todas as letras: “Na América, como por toda parte, o regime capitalista sem controle ainda não permitiu que centenas de milhares de homens conseguissem condições mínimas de vida material indispensáveis ao pleno desenvolvimento da personalidade humana”.

Julinho entendia que a questão educacional deveria ser tratada em todas as suas etapas, daí sua incansável batalha pelo ensino fundamental gratuito e pela formulação da lei de Diretrizes e Bases no início dos anos 60. Assim se expressou na aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958:

Não vos terá passado com certeza despercebida a importância que vimos emprestando em nossa exposição ao ensino secundário. É que formamos da universidade um conceito integral. Concebemo-la como um todo orgânico, que, apanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restituí à sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa universidade.

E tinha sobre a universidade uma compreensão moderna, influenciada por George Dumas, professor de Psicologia na Sorbonne e seu mestre em assuntos acadêmicos. Em 26 de dezembro de 1945, disse Mesquita ao substituir Armando de Salles Oliveira, recém falecido, na sessão de formatura dos licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo:

Por isso mesmo, o que caracteriza uma universidade e constitui a sua principal razão de ser é a sua natureza eminentemente orgânica, em uma palavra, é a conjugação das suas partes componentes, de tal modo que a vida dos órgãos participe íntima e necessariamente da vida do todo.

Assim, para Julio de Mesquita Filho, a interdisciplinaridade era tão importante quanto a dedicação integral e a capacidade de produção, tão valorizadas hoje em dia como indicadores de alta qualificação. Compreendia-se já na fundação da USP que uma das condições para uma

pronta repercussão no trabalho científico de pesquisa, e na elevação do nível do Ensino Superior, era a instituição do tempo integral com o conseqüente aumento dos vencimentos dos professores universitários (...). Sem esses focos de pesquisas científicas e de alta cultura, sem a rigorosa seleção pelo mérito, em benefício da ciência, pura e aplicada, da política e da produção, e sem uma consciência cada vez mais profunda do interesse geral, não há democracia que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias. (26/12/1945)

A questão da remuneração aos educadores continuava a ser uma preocupação de Mesquita Filho décadas depois, em um editorial

publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 05 de outubro de 1961, ao comentar um movimento dos professores por melhoras salariais:

É mister insistir: as reivindicações do professorado paulista não traduzem apenas os interesses de uma classe sacrificada; elas constituem, sobretudo, um problema fundamental de nossa administração escolar. A eficiência da escola depende da qualidade do trabalho do professor. Não poderemos, entretanto, contar com bons professores se o regime de vencimentos não propiciar condições para a seleção criteriosa dos candidatos ao magistério primário e médio. Dispõe o estado de uma rede suficiente de escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia para a formação do pessoal docente das escolas de primeiro grau e dos cursos de nível médio. Não cuidou ainda, infelizmente, a administração de rever o problema do recrutamento do professorado. Esta questão, a nosso ver, está intimamente relacionada com o estabelecimento de um regime adequado e condigno de remuneração.

É admirável que ainda hoje estas questões estejam na pauta do dia. Assim como a questão da relação ensino/pesquisa. Ao refletir sobre o significado essencial do Ensino, Mesquita Filho dizia ainda em 1937:

Ensinar não é transmitir pura e simplesmente aquilo que se leu nos livros. Ensinar é alguma coisa mais, é acima de tudo contribuir para o progresso da disciplina que se pretende professar. Sem essa contribuição pessoal não haverá jamais ensino no verdadeiro sentido do vocábulo.

É com esta compreensão elevada do papel primordial da educação no desenvolvimento da sociedade que Julio de Mesquita Filho marcou sua vida. E pôs a serviço desta causa um dos mais prestigiados jornais brasileiros: *O Estado de S. Paulo*. Ambos tiveram, inegavelmente, participação ativa e responsável na história do desenvolvimento da educação no Brasil. Seja por décadas de defesa sistemática da implantação da educação gratuita em todos os níveis, seja pelo envolvimento direto na fundação da USP e na articulação da vinda ao Brasil de mestres como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Giuseppe Ungaretti e Fidelino de Figueiredo.

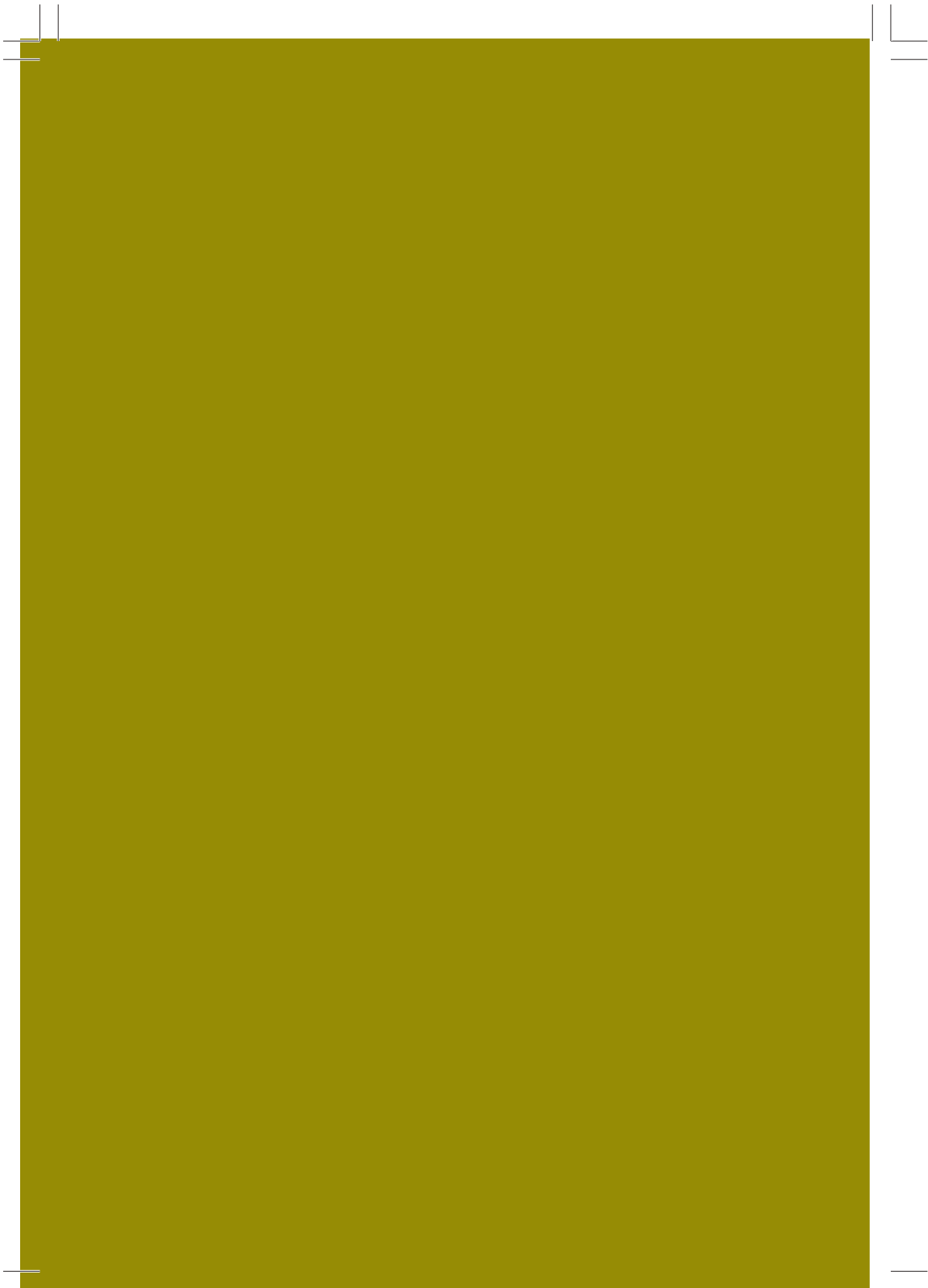
— | | —

— | | —

Não por acaso, o mesmo jornal que revelou ao grande público homens do porte de Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, publicaria o primeiro trabalho de Lévi-Strauss sobre índios brasileiros, ainda em 1935. E em 1956, por iniciativa de Julio de Mesquita Filho e seus filhos, Antonio Candido criou o mais influente periódico cultural do jornalismo brasileiro em seu tempo, o Suplemento Literário, dirigido magistralmente por Décio de Almeida Prado.

José Alfredo Otero Vidigal Pontes é graduado em história pela Universidade de São Paulo. Jornalista, pesquisador e gestor de projetos culturais, trabalhou no *Jornal da Tarde* e em *O Estado de S. Paulo*. Autor de livros de história e curador do acervo cultural do jornal *O Estado de S. Paulo*.





TEXTOS SELECIONADOS

*Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*¹

Subdividido em artigos, o ensaio constitui-se de um grande comentário acerca da obra *Memórias de um revolucionário*, de João Alberto, em relação, sempre que possível, aos acontecimentos políticos da primeira metade do século XIX, presenciados pelo próprio Julio.

os dramáticos acontecimentos que perigosamente feriram a nacionalidade, desviando, de uma vez para sempre, dos seus fins a Revolução, e do seu curso normal a evolução política de São Paulo, são – nos narrados pelo principal protagonista com a displicência de quem aborda um incidente sem maior significação (...). A perspectiva histórica é hoje suficientemente ampla para que os trágicos fatos por ele relatados não lhe surgissem à mente em seus reais contornos e, por conseguinte, não lhe permitisse perceber o verdadeiro papel representado no drama paulista pelo Partido Democrático (...). (Mesquita Filho, 1954, p. 38)

Ao tomar contato com a o livro referido, Julio de Mesquita Filho surpreende-se e maravilha-se com as histórias do homem que se tornaria o ‘Cavaleiro da Esperança’, Luís Carlos Prestes. Ao mesmo tempo, enaltece as lembranças do soldado Siqueira Campos, deixado aquém de seus méritos pelo autor de “Memórias”.

As notas de Julio buscam esclarecimentos sobre o ciclo revolucionário entre 22, levante do Forte de Copacabana, e a Revolução

¹ São Paulo: Anhembi, 1954.

de 30, até que culminar em observações sobre a Revolução Constitucionalista de 32.

*Nordeste*²

Reprodução de editoriais publicados em “Notas e Informações”, em *O Estado de S. Paulo* organizados em três capítulos e uma conclusão. Os capítulos são: Bahia, Ceará e Pernambuco. Aspectos informativos sobre cada um dos estados acompanham sua análise sobre as causas do atraso, do subdesenvolvimento de cada estado e o papel da Sudene. As observações do autor incidem sobre a questão latifundiária com a política de coronéis preservada, distorções no emprego de dinheiro público e privado. Retoma o tema da etnia negra associada à pobreza, conforme o referencial evolucionista – o que torna sua análise irremediavelmente datada. Do mesmo modo que no texto de 1925 a educação, especialmente a educação universitária é apresentada como solução para os problemas apontados. O jornalista reafirma a crença na formação de uma elite cultural capaz de combater os vícios da política oligárquica.

*Política e cultura*³

Publicação póstuma, o livro é reunião de ensaios, artigos, discursos e documentos históricos reunidos em quatro grandes partes: definições na política latino-americana, aspectos da política nacional e da promoção da nacionalidade, a crise na França e, o último, focos de renovação do pensamento paulista.

Encontra-se na primeira parte do livro o histórico artigo do jornalista publicado na revista francesa *Esprit International* de abril de 1939, denominado “A América do Sul em face do momento internacional”, quando JMF se encontrava no segundo exílio. O artigo reflete sobre a progressão do nazi-fascismo no Brasil e na

² São Paulo: Anhambi, 1963.

³ São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1969.

Argentina. Na segunda parte da obra, “Aspectos da política nacional e da formação da nacionalidade”, o autor organiza conceitos e explica, a seu modo, a doutrina liberal, o ideal democrático para a democracia brasileira. Relembra grandes vultos, como Luiz Carlos Prestes e Siqueira Campos. O ciclo de discussões políticas se completa com a terceira parte, na qual a reflexão sobre o regime de De Gaulle se completa com observações a respeito das manifestações de rua em 1968, as quais presenciou.

A última parte de Política e Cultura vem ao encontro do interesse educativo, pois ali se encontram discursos proferidos pelo autor como paraninfo de estudantes da USP em três ocasiões distintas, bem como o próprio cerne do pensamento do autor enquanto educador.

Conceitos e ideias de Armando de Salles Oliveira⁴

Faz exatamente nove anos que, em solenidade como esta, eu dirigia a palavra à primeira turma de bacharelados da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desta universidade. O meu mandato de então era amplo e irrestrito. Falava na qualidade de paraninfo da primeira turma, o que me conferia, segundo a praxe, plena liberdade de assunto. Hoje a minha missão é outra. Fui escolhido pelos que neste momento se despedem da vida universitária, não para saudá-los ou aconselhá-los, mas para substituir nesta tribuna aquele que, por um decreto que certamente figurará na história do pensamento nacional como a sua maior data, fundava em 1934, não apenas o alto instituto de cultura em cujos cursos acabais de diplomar-vos, mas ainda a primeira universidade brasileira. Quer dizer portanto que a vossa indicação encerra uma intenção deliberada, uma ordem imperativa. Se bem a interpretei, ela significa que entre os muitos temas que essa singular personalidade que foi Ar-

⁴ Palestra feita na sessão de formatura dos licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, em 26 de dezembro de 1945.

mando de Salles Oliveira sugere, desejais ouvir neste instante decisivo de vossa vida de estudantes aquilo que sobre a mais bela das suas realizações de estadista vos diria o vosso paraninfo. E andastes bem, pois que melhor maneira de significar a vossa gratidão por quem tão assinalados serviços prestou à causa da cultura nacional do que proporcionar ocasião para que se rememorasse o espírito que presidiu à fundação tanto da Faculdade de Filosofia, como da universidade de que aquele é o organismo principal? Que mais adequada homenagem poderíamos prestar ao grande reformador do ensino no Brasil que entreter-vos nesta solenidade com o conceito que a respeito do problema universitário formava aquele grande espírito?

O que é uma universidade

Porque para ele, como para os que o ajudaram a erguer esta imponente obra, uma universidade não era nem podia ser uma simples justaposição de faculdades e institutos. A ideia que tinham desses organismos, a que a civilização ocidental deve as suas mais belas conquistas e as nações líderes de hoje a sua força, esconde algo mais complexo e mais amplo.

Procedia em linha reta das suas próprias origens históricas e etimológicas, das remotas eras em que o saber humano era um todo perfeitamente coerente e harmônico. Para eles, como para os que professavam nesses famosos institutos que tanto lustre e renome emprestaram a cidades como Bologna, Paris, Oxford e Salamanca, um mesmo espírito deveria animar a toda a comunhão, assim como uma mesma doutrina deveria orientar o ensino das diferentes disciplinas.

Viam nas universidades o meio mais eficiente de combater a desintegração dos conhecimentos humanos, decorrente da proliferação de institutos dedicados às disciplinas relativas aos novos setores da natureza desbravados pela inteligência humana. Não se con-

formavam com o triste espetáculo que oferecia o nosso ensino superior, subdividido em escolas profissionais, muitas vezes inimigas entre si, e onde imperavam os mais diversos coloridos e tendências doutrinárias. Dedicar-se às ciências biológicas equivalia nesses tempos a esquecer as ciências sociais, como demonstrar pendores pelo estudo das disciplinas clássicas significava alimentar o mais absoluto desprezo pela física ou pela química. Como já tivemos ocasião de escrever, cada uma daquelas especialidades passava a constituir uma espécie de totem diferenciador em torno do qual se agrupavam clãs inteiramente irreconciliáveis entre si. Procurando acentuar a natureza universal das universidades, afirmava Armando Salles:

Nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do país em que se ergam, devem ser criadas para exercer a sua influência não sobre uma região, mas sobre toda a nação. Essas instituições, que não podem subsistir sem um sólido sistema de educação secundária, tem o objetivo de cultivar as ciências, ajudar o progresso do espírito humano e dar às sociedades elementos para a renovação incessante de seus quadros científicos, técnicos e políticos.

Sem esses focos de pesquisas científicas e de alta cultura, sem a rigorosa seleção pelo mérito, em benefício da ciência, pura e aplicada, da política e da produção, e sem uma consciência cada vez mais profunda do interesse geral, não há democracia que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias. Imaginava-a o próprio cérebro da nacionalidade, o centro regulador de toda a sua vida psíquica. Mas, acima das paixões humanas, pois acrescentava:

Por toda a parte uma dupla pressão de políticos e de intelectuais procura arrastar as universidades para o tumulto partidário. Dos políticos quando querem submetê-las aos interesses dos extremismos da esquerda ou da direita; e intelectuais, quando, professores, em vez de servir a ciência, se servem nas suas cátedras da ciência para fins políticos. Sendo uma função essencial das universidades a de empregar a inteligência em estudos desinteressados, isentos de objetivos práticos, devemos resguardá-las, sem prejuízo da liberdade de cátedra, das controvérsias políticas e sociais, e dos ruídos e agitações mundanas.

A universidade, segundo a palavra de um eminente professor norte-americano, L. B. Coffman – é Armando de Salles Oliveira que o cita ainda –

ensina política mas não advoga, nem pode advogar pelo fascismo nem pelo comunismo; ensina comércio sem dedicar-se aos negócios; estuda os problemas de assistência sem envolver-se na administração dos fundos de socorro; instrui sobre tática militar, mas isso não significa que fomente a guerra; informa a pesquisa sobre a paz, mas não funda pacifistas; em resumo, a universidade estuda tudo o que diga respeito ao bem da humanidade, sem quebrar lanças em nenhuma cruzada, exceto a cruzada pela liberdade do ensino. A única liberdade que importa à universidade é a liberdade do ensino e não a de fazer prosélitos.

A natureza orgânica da universidade

Por isso mesmo, o que caracteriza uma universidade e constitui a sua principal razão de ser é a sua natureza eminentemente orgânica, em uma palavra, é a conjugação das suas partes componentes, de tal modo que a vida dos órgãos participe íntima e necessariamente da vida do todo. E para que isso se verifique, indispensável se torna que todos que tenham de cursar determinada disciplina, embora visando fins diversos, o façam sob os mesmos mestres, pelos mesmos métodos e segundo a mesma doutrina científica. A ninguém escaparão as vantagens que trará um tal sistema para a formação intelectual da juventude universitária; o convívio diário e prolongado entre alunos de diferentes institutos, submetidos à mesma disciplina e à mesma iniciação científica, constituirá elo indestrutível de incalculáveis conseqüências para a formação espiritual da mocidade. É precisamente nessa formação comum e na consciência de que os conhecimentos humanos são um todo solidário que consiste o benefício maior do regime universitário.

Felizmente, aquela fase de desagregação antagônica a este espírito universitário já se vai tornando uma reminiscência do passado. Pelo menos nos meios realmente cultos não há mais quem negue a

unidade essencial dos conhecimentos humanos. E quando este ou aquele cultor da ciência se resigna a limitar suas atividades a um campo estreito da investigação, sabe perfeitamente que a tanto é obrigado pela natureza limitada das suas faculdades e não porque haja na realidade uma diferenciação substancial entre os vários setores em que a inteligência do homem exerce a sua função especulativa. Ora, é essa consciência da unidade fundamental dos conhecimentos humanos que constitui a própria essência da formação universitária. Sem que se tenha sempre em mente essa condição básica, primordial, poderá existir, como temos dito, um excelente ensino. Não haverá entretanto jamais ensino universitário propriamente dito. Aqueles que a ele se submeterem poderão vir a ser razoáveis técnicos de laboratório, ou bons pesquisadores em qualquer ramo do saber. Só por acaso, porém, tornar-se-ão possuidores daquele alto espírito que a consciência dos que participam de um esforço coletivo e indivisível em benefício da comunhão a que pertencem e do progresso geral das ciências concede aos que a ele se dedicam. E é esse generoso sentimento – ia dizer, esse generoso orgulho, que constitui o verdadeiro espírito universitário de que tantos falam e tão poucos compreendem.

Pelo rápido esboço que acabo de traçar, apreendestes perfeitamente toda a extrema delicadeza do problema que Armando de Salles Oliveira e seus íntimos colaboradores procuraram resolver. Vistes como ao grande homem de estado aparecia a estrutura interna e doutrinária do instituto em que se enfeixa hoje o punhado de escolas dispersas, sem coesão nem eficiência, a que se reduzia o lamentável aparelhamento cultural encontrado pelo chefe do Partido Constitucionalista, no início do seu fecundo governo. Pois bem, senhores. A ideia em si, a sua parte conceptual pura de nada valeria se não a acompanhasse a sua superestrutura material. Se não erramos, se o espírito universitário é realmente aquele espírito a que nos vimos referindo, fácil será compreender que só as cidades universitárias poderão criar as condições de meio indispensáveis à sua gesta-

ção, vida e desenvolvimento, pois é no convívio diuturno, que só elas podem proporcionar, que professores e alunos se darão conta de que tão indispensáveis para o país são o estudo da língua grega e a crítica da razão pura, como a química e a biologia; a análise matemática e a física atômica, como a ciência do direito.

A Faculdade de Ciências e Letras e o espírito universitário

Desde que a sua estrutura arquitetônica seja concebida de acordo com os princípios gerais que vamos enunciando, a cidade universitária tornaria possível a centralização das cátedras que se destinam ao ensino das matérias chamadas básicas, isto é, daquelas que se dedicam às ciências puras, como a matemática, a química, a botânica, a biologia geral, a zoologia, a filosofia, a anatomia etc. No pensamento do fundador desta Faculdade e no dos seus companheiros de luta, seriam desagregadas das diferentes escolas em que são obrigatoriamente ministradas para passar a ser exclusivas de uma Faculdade central, da Faculdade a que pertenceis, *alma mater* do organismo total, organismo que, por definição, deve dedicar-se aos chamados altos estudos desinteressados, os quais são a finalidade precípua de uma universidade realmente digna desse nome, à cuja volta se agrupariam os demais institutos profissionais.

Para que este pensamento adquira nitidez maior, vejamos um exemplo concreto: admitamos que a química, a física, a biologia geral e a zoologia fossem matérias ensinadas nos cursos não somente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde procurariam seus diplomas os que se destinassem ao doutoramento em ciências, mas ainda nas de medicina, farmácia e odontologia. Pois bem, segundo a concepção que presidiu à redação do decreto de 25 de janeiro de 1934, seriam elas eliminadas desses diferentes institutos para que os alunos tanto de medicina quanto de farmácia e odontologia as cursassem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Da mesma maneira os que se destinassem à Escola Politécnica deixariam de cursar nela a análise matemática, a física, a química,

para segui-las nas respectivas subsecções dedicadas às mesmas disciplinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Outro tanto aconteceria com a economia política, que seria ministrada exclusivamente nesta faculdade, onde os alunos de direito deveriam cursá-la. Assim, as faculdades dedicadas à formação de profissionais de medicina, farmácia, odontologia, engenharia, direito, agricultura etc. veriam os seus cursos reduzidos exclusivamente às cadeiras práticas e técnicas propriamente ditas.

Poderia estender-se a regra acima mesmo às Escolas do Exército e da Marinha. O desconhecimento, o quase divórcio existente entre os civis e militares em nosso país tem sido a causa de um trágico mal-entendido entre os primeiros e as classes armadas. A desconfiança mútua e, às vezes, até a prevenção, fazendo que uns formem dos outros um juízo falso, quase sempre injusto, desapareceriam por completo se, no período universitário, os estudantes da Escola Militar ou da Escola Naval e os outros estabelecimentos universitários tivessem a oportunidade de um convívio estreito que se daria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, através dos cursos de matemática, física, química e mais disciplinas indispensáveis às carreiras das armas.

Creemos não serem necessárias mais extensas explanações para que quantos tenham o hábito de meditar sobre assunto do ensino apreendam o imenso alcance de uma tal sistematização. Para estes não escapará a significação decorrente do fato de se submeterem os alunos que se destinam a diferentes especialidades a uma formação científica básica uniforme, a um convívio sob o mesmo teto e, portanto, à ação contínua de um mesmo espírito formativo. A passagem da totalidade do corpo discente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dar-lhe-ia uma percepção nítida e tangível daquele espírito universitário a que acima nos referimos e que se definiu como sendo a consciência da unidade do saber humano e da colaboração de todos na obra comum em prol do progresso tanto da terra em que nascemos como da ciência em si mesma. A permanência de

uma faculdade cujo traço diferencial seria o caráter desinteressado dos estudos que nela se fariam, teria ainda e forçosamente como resultado a imediata elevação do nível geral de cultura de todos quantos se dedicassem às chamadas profissões liberais, o que não deixaria de ser uma imensa conquista, sobretudo para os países da América, onde o progresso material excessivamente fácil teve como consequência uma orientação demasiado pragmática e superficial da cultura. Além disso, não devemos desprezar os efeitos benéficos do desenvolvimento do espírito de solidariedade que os acompanharia quando lhes coubesse constituir, de alto a baixo da hierarquia social, os quadros dirigentes da nacionalidade.

Armando de Salles Oliveira e a cidade universitária

Estes resultados, que a nação tem o direito de exigir de suas universidades, só poderão ser atingidos, é óbvio, com as cidades universitárias, isto é, com o agrupamento de todos os institutos de ensino superior, segundo um plano geral pré-estabelecido e cuja estrutura urbano-arquitetônica corresponda exatamente aos fins tanto culturais como educativos do organismo universitário na sua totalidade. São, portanto, capitais os frutos que o vosso paraninfo esperava de uma cidade universitária. Mas não são eles apenas de ordem puramente intelectual. A concentração dos institutos culturais tornaria possível ainda uma notável economia tanto de pessoal como do material destinado ao ensino, o que não é de desprezar, se levarmos na verdadeira conta o preço elevadíssimo de um perfeito aparelhamento científico. A unificação de laboratórios, evitando a dispersão de meios, favoreceria a aquisição de um aparelhamento evidentemente muitíssimo mais completo e, por isso mesmo, mais eficiente. Neste terreno, não olvidemos as bibliotecas. A cidade universitária resolveria o problema construindo um edifício único para abrigar a biblioteca universitária. Nela se concentrariam as diferentes seções especializadas em que normalmente se subdividem. Cada instituto

conservaria dentro de seus muros apenas os livros de consulta imediata e indispensáveis ao curso do dia e às pesquisas em andamento. Tal sistema, como se vê, fala por si mesmo sobre a formidável redução de gastos tanto em material, como em pessoal.

Na ideação urbano-arquitetônica da cidade universitária prevista pelo governo de Armando Salles, constituía preocupação de primeiro plano o problema da educação física da juventude e, portanto, dos parques de esportes. Este lado da questão diz sobretudo respeito à extensão dos domínios de que, normalmente, necessita uma universidade.

É evidente que quanto maior for o espaço que lhe possa ser reservado, melhor será. E isso tanto mais quanto seria de toda conveniência que a secção de botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pudesse dispor de amplos hortos botânicos, do mesmo modo que as secções da biologia geral e zoologia só teriam a lucrar se acaso lhes fossem subordinados o Jardim Zoológico, estações de biologia marítima, museus especializados etc. Prevenindo esta face do problema, o estadista de longa visão que fundou esta universidade localizou a futura vila na fazenda do Butantã. A ele se deve a ideia de ali construir-se a futura sede de nosso mais alto instituto de ensino.

Chegou o momento agora de abordar um dos mais interessantes aspectos do delicado e complexo problema. Referíamo-nos à questão do estilo arquitetônico a que deverão obedecer as construções. Questão de somenos, dirão alguns. Questão capital, diria Armando de Salles Oliveira. Se tivermos bem em mente o espírito geral em que vimos procurando explanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitário, chegaremos, logicamente, à conclusão de que um único estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: aquele que lembre a todos os momentos, tanto a estudantes como a professores, as nossas origens latinas e ibéricas mais particularmente. Uma universidade va-

lerá pelo espírito que nela venha a palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. A ciência, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porém, que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saiba dedicar às suas origens, às suas tradições. Se isso constitui um imperativo absoluto para todos os países sem exceção, muito maior o será para os que, por circunstâncias especiais, se veem procurados por volumosas correntes emigratórias de todos os matizes, como acontece particularmente com o Brasil. Por isso mesmo, impõem-se às suas elites não perder nunca a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade aos nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que, se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem dentro de seus muros como em suas próprias casas?

O dever de prestigiarem-se as universidades

Com esse espírito – são palavras de Armando de Salles Oliveira – devemos orientar o movimento universitário no Brasil, estimulando e prestigiando as universidades existentes e incentivando a criação imediata de uma universidade ao menos no norte do país.

Se todas essas instituições se alargarem e se consolidarem dentro de uma vigorosa organização, teremos realizado não só uma obra cultural e científica de grande envergadura, mas um progresso político de imenso alcance para a nação. As universidades criarão, entre os que se destinam aos altos postos do magistério, da administração e de comando, um traço de união, uma comunidade no espírito, nos métodos e no sentimento. Espalhadas pelo país, elas serão os centros de convergência das diferentes mentalidades, tendências e correntes de opinião, nas quais se venham a

cristalizar, através da unidade de formação do espírito, os princípios e ideais da vida nacional.

Não se realizará nunca uma obra desse vulto sem a assistência constante e a mão forte do governo, para que seja uma realidade a seleção, puramente democrática, dos mais capazes, e não se interrompa, entre essas universidades e os principais centros culturais do mundo, uma corrente espiritual alimentada por missões de mestres estrangeiros, para professarem cursos no Brasil, e missões de professores nacionais, para se aperfeiçoarem e se especializarem fora do país.

Essas medidas terão de ser articuladas com outras, se quisermos que a universidade seja, não uma criação artificial, mas um conjunto orgânico, governado pelo mesmo espírito e pelo mesmo idealismo. Devemos instituir condições favoráveis não só ao ensino superior, mas ainda ao trabalho de pesquisa, que depende tanto das instalações dos laboratórios quanto das garantias de que cerque o professor de ensino universitário. Desprovido dos órgãos de ensino e de informação, que são as bibliotecas devidamente aparelhadas, e dos instrumentos de trabalho científico, o professor, por mais bem preparado que seja, está condenado a uma vida estéril, limitada à cultura adquirida, à transmissão da ciência feita e à rotina. Faltando-lhe os meios e os laboratórios, ele não poderá tirar proveito das inesgotáveis fontes de inspiração que são a ciência experimental e as grandes obras do pensamento contemporâneo.

Por isso, uma das medidas que a Armando de Salles Oliveira pareceu mais necessária, pela sua pronta repercussão no trabalho científico de pesquisa, e na elevação do nível do ensino superior, era a instituição do tempo integral, com o conseqüente aumento dos vencimentos dos professores universitários. Esses vencimentos devem ser correspondentes à importância da missão em que são investidos e que exige uma dedicação sem restrições, com o sacrifício de quaisquer outras ambições fora dos limites das atividades científicas.

O alcance social e político das instituições universitárias avulta nesta época de concorrência em que as nações procuram aperfeiçoar o seu aparelhamento cultural e técnico, para resolver os problemas internos e vencer nas competições internacionais. A extensão que tomaram as atribuições do estado; a complexidade da vida econômica moderna, que multiplica para os governos a ocasião de intervir; as novas condições industriais decorrentes da aplicação das descobertas e das invenções à produção e distribuição da riqueza; a tendência à concentração e, ao mesmo tempo, à especialização dos trabalhos; as mudanças de volume, de métodos e de caminhos do comércio internacional, que podem resultar do maquinismo e de outros fatores – tudo isto obriga o estado a pôr no primeiro plano de uma política de reconstrução as instituições destinadas a formar, enriquecer e renovar os seus quadros técnicos para o estudo cabal dos problemas nacionais.

Os países organizados dispõem de técnicos e especialistas eminentes e não recorrem a projetos traçados no vago, em improvisações desorientadas, mas às luzes de estudos pacientes e de uma cultura longamente preparada – armadura de defesa dos elementos vitais da nação.

A utilidade prática e imediata das instituições universitárias resulta da necessidade, sobre todas urgente, de criar e alimentar os seus quadros técnicos e culturais. Só por esse motivo, quando não existissem outros, ainda de maior alcance, não seriam excessivas as fadigas nem as despesas que se empregassem na solução de um problema de tamanha relevância para o futuro da nacionalidade.

É somente pela alta cultura, de nível verdadeiramente universitário, que nos desembaraçaremos dessa meia cultura, a que submeteu o país o regime de autodidatismo, de cultura pessoal, empírica, sem base e, quase sempre, sem horizonte; e é só nesses laboratórios de vida espiritual e de atividades científicas, que se formará a nova mentalidade nacional, pela autocrítica, pela pesquisa desinteressada, e pela constante revisão do pensamento e dos elementos de nossa civilização.

Por isso, o que constitui a medula dos sistemas universitários serão sempre os seus institutos prepostos à pesquisa e à cultura desinteressada: as suas faculdades de filosofia, ciências e letras. Se o estado, diante da crescente variedade e importância dos seus problemas, não pode prescindir dos técnicos e dos especialistas e dos grupos profissionais para uma ação comum, no interesse coletivo, só por meio da formação desse espírito de crítica e de síntese é que se podem completar e as noções fragmentárias dos especialistas adquirir uma visão da história da civilização, compreender-lhe as grandes linhas e as forças que operam na sua elaboração, de maneira a poder situar cada um dos problemas de conjunto de uma política nacional, de acordo com a sua importância e suas relações recíprocas.

Senhores bacharelados: outras não seriam as palavras do vosso paraninfo Armando de Salles Oliveira se pudera ter tido a ventura de vir aqui conversar-vos hoje. Que para ele ventura maior não havia do que falar aos moços. Eu as transmito isentas de qualquer cunho que pudesse trair o meu temperamento agreste de homem de luta, açotado pela vida, mas nem vencido nem conformado. Um destino injusto não permitiu que viesse proferi-las aquele que foi roubado de vós, de nós todos, privando o Brasil de um estadista cuja altura o nosso país talvez não tivesse compreendido bem, mas que orgulharia qualquer povo altamente civilizado.

Esse destino injusto porém, ai de vós!, foi quem determinou viesse eu a ser o portador do pensamento de Armando de Salles Oliveira, pensamento que conheci nos seus mais íntimos traços, mercê de um convívio de longos anos, estreitado indissolivelmente até na peregrinação do exílio, onde, mais do que nunca, o homem entra em contacto com a maldade dos outros homens.

Ele não resistiu ao choque de rever o Brasil. O seu espírito porém aí está para animar-nos e guiar-nos. Os seus ensinamentos, sobretudo o seu exemplo inigualável nos conduzirão, nos exercitarão nesta luta suprema, nesta luta heroica, nesta luta divina, “para que o Brasil continue”.

Pensamento diretor dos fundadores da Universidade de São Paulo⁵

Convidado pela congregação desta jovem e já reputada escola a falar-vos sobre a nossa universidade, compreendemos desde logo que não nos caberia entrar na análise dos seus problemas atuais, das inúmeras questões que nos pudessem porventura sugerir a sua vida cotidiana, dos desvios metodológicos que alteraram fundamentalmente os objetivos que tinham em vista os que há precisamente um quarto de século lançaram as suas bases. Diante da subversão total de valores de toda ordem a que vimos assistindo, e do desmoronamento dos sistemas de princípios dentro dos quais evoluíam as coletividades humanas, a mais comezinha prudência aconselhava-nos a nos abster de sugerir reformas de base na estrutura do grande instituto. Além do mais, já lá vão longos anos que deixamos de acompanhar com a assiduidade necessária a vida universitária, o que equivale a dizer que não estamos ao corrente das experiências que nesse campo das atividades intelectuais se vêm incessantemente processando em todos os países. E isto nos impediria de opinar com conhecimento de causa sobre tão delicado problema. Assim, e embora tudo que nos tenha chegado ao conhecimento sobre as falhas gritantes do nosso atual ensino superior seja de molde a exigir medidas drásticas e prontas, abstermo-nos de sugeri-las. Esta tarefa não nos cabe. A nossa contribuição será de outra natureza. Ela tomará a forma de um depoimento, ou mais precisamente, do nosso depoimento sobre a evolução da ideia universitária nestes últimos trinta anos da vida nacional. Como presidente da comissão a que o governador Armando de Salles Oliveira cometeu a tarefa de elaborar o projeto que meses depois se transformaria na Universidade de São Paulo, dir-vos-emos das vicissitudes por que passou aquilo que a princípio fora uma aspiração informe de alguns espíritos inconformados com o primarismo

⁵ Aula inaugural pronunciada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto em 21 de março de 1958.

sem horizontes em que se vinha arrastando a cultura brasileira, e como a pouco e pouco ela se foi transformando numa ideia definida, de contornos nítidos, e animada por uma doutrina perfeitamente amadurecida. É, como vedes, a gênese da ideia que nos propomos oferecer-vos, ou valendo-nos das expressões usadas pelo fundador desta escola na carta em que nos convidou a falar perante vós, “o pensamento diretor e os objetivos visados pelos fundadores da universidade”.

Fontes da doutrina

Para bem compreendê-los, para que avalieis na sua verdadeira medida os esforços despendidos para alcançar a meta visada, sejam-nos permitido remontar às suas fontes, à já longínqua fase da formação do nosso espírito, em que chegamos a compreender o papel decisivo que as universidades sempre desempenharam na evolução dos povos cultos e, mais particularmente, na determinação do sentido que a civilização a que pertencemos adquiriria.

Nesse tempo, atingia a Alemanha o apogeu do seu prestígio. Tanto na capacidade de expansão da sua política e da sua economia como nas ciências, era incontestável o seu poder. E quanto mais decisivas se iam mostrando suas conquistas, tanto mais acentuada se tornava a convicção geral de que às suas universidades devia a posição de hegemonia a que pudera guindar-se. Sadowa e Sedan e, conseqüentemente, a unificação do Reich – ninguém o punha em dúvida – haviam sido as primeiras conquistas do espírito criado pelas suas universidades. Nas polêmicas que a vertiginosa ascensão do grande povo provocava, era invocado, com a persistência de um *leitmotiv*, o nome de Fichte. Às suas prédicas, aos seus famosos “Discursos à nação alemã”, atribuiu-se o movimento de reação que levaria a monarquia de Guilherme II, em menos de meio século, do abatimento profundo em que se havia abismado após Iena, ao fastígio dos dias que antecederam a guerra de 14. A Alemanha se im-

punha decididamente e, com ela, o poder de sugestão da ideia universitária. Não se concebia a vida moderna, a civilização tal como a vinha caracterizando a cadeia ininterrupta de grandes descobertas que assinalaram o século XIX, sem esses magníficos institutos de altos estudos. A própria democracia, no entender dos melhores espíritos, era uma função da cultura, e, como esta só é possível onde haja ensino universitário, a conclusão que se impunha era a de que sem universidade não havia como chegar-se à democracia.

Corriam então os últimos anos que precederam a primeira grande guerra. E embora não fosse ainda um fato a rebelião das massas, nem por isso deixavam de ser menos evidentes os sinais precursores de próxima borrasca. A palavra subversiva de Nietzsche fazia adeptos. A teoria do super-homem deixava de ser a simples criação de um cérebro de visionário, para provocar nas hostes democráticas as primeiras defecções. Ao lado deste novo e poderosíssimo agente de desagregação social, mas num sentido diametralmente oposto, o socialismo acelerava a sua inclinação para as formas antiliberais de governo.

Humanidades clássicas ou humanidades modernas?

As doutrinas educacionais eram as primeiras a sofrer a influência desta drástica revisão de valores. Passava-se a pôr em dúvida a excelência do latim e do grego como disciplinas básicas para a formação das jovens inteligências. Aquilo que até então não sofrera discussão, via-se frontalmente impugnado. E compreende-se. A democracia alcançara o Ocidente, vinda do Mediterrâneo. À Hélade e à Roma republicana, à Roma dos Cipiões, deveram os grandes do Século XVIII, e particularmente da Enciclopédia, a inspiração que sairia vitoriosa das refregas cruentas de 89. Com o declínio das ideias que haviam animado a Revolução Francesa, e, sobretudo, com o espantoso desenvolvimento que as ciências experimentais iam alcançando, difícil seria impedir que o ceticismo acabasse por abalar a confiança

de que havia séculos desfrutavam as chamadas Humanidades Clássicas. Às necessidades decorrentes das novas tendências já não podia corresponder um curso secundário baseado quase totalmente no estudo das línguas mortas. Urgia atualizá-lo, reservando-se em seus programas um lugar cada vez mais dilatado às ciências experimentais. O futuro das novas gerações dependia, afirmavam os adversários da pedagogia clássica, de uma participação efetiva das disciplinas científicas na sua formação intelectual. Esse antagonismo de concepção tornava-se dia a dia mais agudo e entrava a preocupar um número cada vez maior de inteligências de primeira ordem. A urgência de se criar uma nova modalidade de humanismo que se inspirasse nos ensinamentos colhidos nos laboratórios ganhava terreno. O método clássico havia feito as suas provas, incluindo-se a preparação dos espíritos a que se devia o imenso surto das ciências verificado na segunda metade do século XVIII e no decorrer de todo o século XIX. Nele, além do mais, haviam encontrado os povos ocidentais as fontes de onde promanava o melhor de suas “elites”, os ideais que sustentavam as mais puras aspirações dos povos ocidentais, o que, de resto, não bastava para convencer os partidários de uma reforma de base que, restringindo o papel concedido nos programas vigentes ao grego e ao latim viesse a contemplar as matemáticas, a física, a química e a história natural. Para os que assim pensavam, o estudo das línguas vivas, além de aumentar a eficiência prática dos cursos secundários, demonstrar-se-ia perfeitamente capaz de preencher as funções que na velha pedagogia cabia às letras clássicas.

Com emocionada atenção seguíamos a contenda, embora desde logo nos deixássemos empolgar pelo poder de convicção dos argumentos aduzidos em favor dos métodos cuja defesa residia exatamente nos incomparáveis progressos realizados pelo espírito humano no decorrer dos séculos XVII e XVIII, mercê das obras de Descartes, de Voltaire, de Diderot, de toda a Enciclopédia, em suma. Repugnava-nos a concepção de um humanismo inspirado sobre-

tudo no estudo do francês e do inglês, ou do italiano e do espanhol, ou ainda do alemão e do português. Não nos convencia o que se pudesse dizer sobre o poder formativo das ciências. A constatação de simples fatos, a verificação das leis que regem a natureza imutável e formal, a natureza, abstração feita da humanidade, não nos parecia de molde a alimentar um sistema educacional que não viesse tão só instruir o adolescente, mas acima de tudo formar-lhe o espírito. Sempre tivemos do processo de formação da mocidade uma concepção por assim dizer filogenética, para não avaliarmos na sua justa medida a importância do grego e do latim como elementos insubstituíveis do ensino secundário. Embora não menosprezásemos o valor da matemática, por exemplo, como exercício de primeira ordem para o desenvolvimento das faculdades lógicas das jovens inteligências, éramos irresistivelmente levados a formar ao lado dos que reconheciam a infinita superioridade do estudo aprofundado das línguas clássicas como ginástica intelectual. Entre a natureza de um e de outro processo, ia para nós toda a distância que levava Pascal a distinguir *l'esprit de finesse de l'esprit géométrique*, e Spengler a opor ao universo formal, domínio do cálculo e das leis irredutíveis, o universo histórico, império do homem.

Tendes aí, minhas senhoras e meus senhores, nas suas linhas gerais, as ideias que, adquirindo contornos cada vez mais acentuados, viriam a transformar-se um dia no pensamento diretor que presidiria à elaboração do decreto de 25 de janeiro de 1934.

Conceito integral da universidade

Não vos terá passado com certeza despercebida a importância que vimos emprestando em nossa exposição ao ensino secundário. É que formamos da universidade um conceito integral. Concebemo-la como um todo orgânico, que, apanhando o adolescente nos bancos ginasiais, só o restituí à sociedade, completada a sua formação intelectual, após os cursos do chamado ensino superior. Qualquer

distinção fundamental que se pretenda estabelecer entre as duas fases do processo educativo não encontraria base na natureza essencial do sistema. E era o que sempre tivemos em vista ao estabelecer as linhas mestras do plano primitivo da nossa universidade. O mais, os órgãos em que se subdividiriam o organismo na sua totalidade, seria uma resultante das necessidades da nação, das suas aspirações culturais, respeitadas, é claro, e como acabais de ver pelo que já ficou dito, as nossas tradições. Fazemos parte de um sistema de cultura a que nos ligam indissolivelmente as nossas origens étnicas e a nossa língua, o que de antemão estava a indicar-nos o rumo a seguir.

Outro fator de decisiva importância para o qual devíamos atentar era constituído pela inacreditável indigência do aparelhamento de ensino superior com que contava o país na ocasião em que assumia a chefia do Executivo paulista, Armando de Salles Oliveira. Já mais de um século havia então decorrido do momento em que à visão de D. João VI devera o Brasil a criação dos seus primeiros cursos superiores e que às nossas terras aportara, ainda por iniciativa do grande estadista, a missão de que faziam parte Lebreton, Nicolau Antonio Taunay, Augusto Maria Taunay, Debret, Grandjean de Montigny, Pradier, Ovide, Bon Repos, Lavasseur, e muitos outros de menos significação intelectual, mas nem por isso de menor valia para o serviço da cultura no Brasil. Mais de um século! Se, entretanto, excetuarmos a fundação dos cursos jurídicos, em 1827, do Colégio Pedro II, da Escola Politécnica, do Rio de Janeiro, e a de Minas, em Ouro Preto, nada mais se faria a fim de colocar a nação em condições de desenvolver as suas próprias forças, os recursos materiais e as reservas intelectuais, e de acompanhar o resto do mundo na vertiginosa evolução econômica e cultural que então por toda parte se processava. Proclamara-se a República a pretexto de que a monarquia se tornara um anacronismo incapaz de integrar-nos na competição universal, esquecendo-se, porém, de que, sem escolas e, sobretudo, sem uma poderosa elite, que só

a universidade estaria em condições de criar, a revolução de 89 nos levaria ao desastre em que redundou a implantação daquele regime nas nações hispano-americanas. Faltando aos compromissos assumidos com o povo, a República cruzava os braços, deixando que cerca de quarenta anos se passassem sem que uma voz se erguesse, no Parlamento ou alhures, contra o marasmo intelectual em que nos íamos consumindo. Na sua irremediável mediocridade, supunham os republicanos poder resolver os problemas de um país de 20 ou 25 milhões de habitantes, disseminados por uma superfície de 8 a 9 milhões de quilômetros quadrados, na sua maioria situados na zona tórrida do planeta, e que por isso mesmo se via na contingência de enfrentar os mais sérios problemas com que se defrontava a humanidade de então, com os elementos que podiam oferecer-lhe três escolas profissionais: a de direito, a de engenharia e a de medicina! Cerca de duzentos anos após a formulação da equação brasileira pelos paulistas, e de quatro décadas de regime republicano, não se haviam ainda os nossos homens públicos dado conta da inutilidade de quaisquer esforços que procurassem atender às mais prementes necessidades da Nação sem o concurso das matemáticas, da física e da química, da biologia, da economia política, da sociologia, da filosofia etc. etc.

Mas, se tal se revelava a concepção das coisas entre deputados, senadores e ministros de estado, não se poderia afirmar ser menos o desfavor votado pela opinião pública ao grande problema. Na realidade, o torpor era geral e a incompreensão dos assuntos relativos à cultura, a regra.

Um inquérito*

Cerca de uma década apenas antes da fundação da nossa universidade, escrevia Amadeu Amaral que, “entre os assuntos que

* A íntegra do referido inquérito foi mais tarde publicada na obra *A Educação Pública em S. Paulo*, de Fernando de Azevedo.

agitavam a opinião pública em nossa terra, os problemas gerais do ensino, as questões de orientação filosófica, de programas, de métodos, de finalidade, não são absolutamente familiares ao público, ainda que só nos refiramos ao público das camadas cultas e influentes”. E para melhor caracterizar o quadro em que ia definindo o ensino, acrescentava: “basta notar-se a raridade, se não a ausência absoluta de livros e publicações sobre problemas gerais de cultura”. Para permanecer dentro da realidade poderia ter o ilustre poeta e ensaísta acrescentado que se passavam anos sem que na imprensa surgissem quaisquer comentários sobre esse relevante aspecto da vida nacional.

Estas citações fomos buscá-las no depoimento prestado por Amadeu Amaral num inquérito aberto por *O Estado de S. Paulo*, em 1926, sobre a situação em que nos achávamos em relação às atividades intelectuais. Dele consta ainda a opinião de algumas personalidades de relevo sobre o que havia sido feito e o que deveria ser tentado a fim de que se colocasse o ensino nas condições de desempenhar com eficiência a sua missão. A pobreza da argumentação de uns, ao lado da deficiência dos pontos de vista de outros, e a notória insuficiência de visão de conjunto revelada pela quase totalidade dos depoentes, dão-nos a justa medida do primarismo cultural em que se arrastava a República, e da indigência de ideias que desde 89 a vinha caracterizando. Para significarmos a distância em que intelectualmente nos achávamos ainda da compreensão do problema, seja-nos suficiente dizer que à pergunta constante do questionário e redigida nos seguintes termos: “Que pensa da criação de uma universidade em São Paulo, organizada dentro do espírito moderno?” – aquela fina inteligência contestava: - “A fundação de uma grande e orgânica universidade em São Paulo? É um belo sonho, não há dúvida. Mas...” As reticências não significam que para ele fossem desconhecidas as funções que tanto o ensino secundário como o superior normalmente devem exercer num país disposto a abrir o seu próprio caminho em meio à competição geral que caracteriza a vida das socie-

dades modernas. Dos fins do ensino secundário, sobretudo, tinha ele uma noção precisa, pois não lhe escapava, como a vários outros depoentes, o seu papel formativo, único em condições de modelar o espírito do adolescente, colocando-o diante do universo, e do cidadão consciente dos seus deveres para com a nação. O seu depoimento neste sentido é primoroso, como, aliás, tudo quanto lhe saía da pena atilada e culta.

Outros espíritos, dos melhores da época, também contribuíram com respostas para o inquérito. Na sua maioria, e de um modo geral, manifestaram-se de maneira semelhante à do poeta. Não desconheciam o papel representado pelo ensino secundário na formação das elites, sem as quais não concebiam uma verdadeira democracia, mas revelando quase todos uma compreensão extremamente deficiente do problema na sua totalidade, isto é, de um modo orgânico, compreendendo o curso de humanidades e a universidade, como um todo. As respostas ao quesito sobre a necessidade da criação de um instituto universitário iam da afirmativa pura e simples de sua inadiabilidade, sem mais, à negação peremptória de que tivesse chegado o momento de se pensar na sua fundação. Outro fato que resulta do exame deste documento é o número extremamente limitado das pessoas que, ao tempo da sua publicação, estavam em condições de atender ao apelo de *O Estado de S. Paulo*. Ainda aqui, Amadeu Amaral via bem as coisas, pois afirmava, “excetuando-se uma pequenina minoria militante, tão pequenina que talvez se conte pelos dedos, ninguém mais mostra preocupar-se com tais questões”. Mas o que ilustra de modo significativo a pobreza do meio de então em matéria cultural é o fato de que tivemos as maiores dificuldades para encontrar os elementos necessários a levar a cabo aquele trabalho jornalístico, pois o próprio Fernando de Azevedo, a quem cometemos a delicada missão de realizar as consultas, não se considerava em condições de desempenhar-se dela, e isso, pelo fato de, até aquela data, se ter

dedicado a outros estudos. Foi no decorrer do inquérito que, deixando-se empolgar pelo problema, resolveu dedicar-se inteiramente ao assunto em que mais tarde se revelaria um mestre.

Estes reparos, minhas senhoras e meus senhores, informam-vos das linhas mestras do problema que nos cumpria resolver. As insuficiências do meio e as inqualificáveis lacunas do aparelhamento de ensino de que dispúnhamos não nos davam margem a opções. Tomaríamos como ponto de partida o fato de contar o estado com apenas cinco escolas, a que se atribuíam características de faculdades de ensino superior, mas que, na realidade, mal desempenhavam as funções de institutos de formação profissional. Eram elas as faculdades de direito, de medicina, a politécnica e as escolas de agronomia, de Piracicaba, de farmácia e de odontologia. Se excetuarmos a de medicina, a de mais recente fundação e à qual Arnaldo Vieira de Carvalho dera indubitavelmente um cunho científico e onde, e por isso mesmo, desde a sua fundação, era intensa a vida de laboratório, as demais se limitavam a um trabalho de rotina, transmitindo as cátedras ao corpo discente rudimentos de ciências colhidos na leitura apressada de compêndios inexpressivos. Os cursos se repetiam, todos os anos, numa insossa monotonia, e sem que os professores se julgassem na obrigação de contribuir com seu esforço pessoal para o progresso das disciplinas que professavam. Para a quase totalidade destes as cátedras constituíam muito mais um meio de propaganda profissional, um chamariz de clientela, do que uma ocasião de dar largas a uma decidida vocação cultural. Desconheciam ou fingiam desconhecer aquilo que representava uma prática corrente em todos os países do Ocidente, isto é, tanto os cursos monográficos como os seminários entre alunos e professores.

Para que formeis um juízo do desleixo em que iam as coisas relativas ao ensino, basta dizer que ao se iniciarem os cursos universitários, em 1934, já se haviam passado mais de vinte anos que no laboratório de física da Escola Politécnica não entrava um úni-

co aparelho novo! Estávamos em plena fase de expansão da física atômica, sem que os responsáveis pela formação dos nossos futuros engenheiros julgassem útil introduzir uma reforma na aparelhagem científica com que contava o departamento daquela disciplina. Em suma: ministrava-se tudo nas nossas chamadas escolas superiores, menos ensino. E o que mais lhes faltava era exatamente aquilo que as devia caracterizar, a saber, espírito científico.

Ciência e espírito de pesquisa

Diante desta lamentável realidade não havia como errar. Tomaríamos pela vereda oposta. Jamais se fizera entre nós ciência? Pois criaríamos, como elemento fundamental da futura universidade, um instituto onde não se fizesse outra coisa, onde as verdadeiras vocações encontrassem campo ilimitado para desenvolver as suas tendências inatas. Onde a ciência pela ciência fosse a regra, e o espírito de pesquisa dominasse todas as consciências. Em uma palavra: preencheríamos o vácuo imenso em que se debatia a cultura nacional, dando aos estudos desinteressados o lugar que de direito lhe compete na hierarquia intelectual e a preeminência no organismo universitário. E isto através de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em cujo currículo se inscrevessem todas as disciplinas em que se subdivide o saber humano. Até ali, a cultura do país se havia limitado às disciplinas constantes de três cursos profissionais: direito, medicina e engenharia. A nova faculdade passaria a integrar a totalidade dos conhecimentos humanos, sem os quais uma comunidade jamais logrará a sua plena maturidade intelectual. Lecionar-se-iam nela a matemática pura, a física, a química, a história natural, a mineralogia, a biologia, todas as ciências sociais, como a economia política, a ciência das finanças, a geografia, a história, a sociologia, as línguas clássicas, as línguas vivas, a filologia, a literatura e a filosofia. Caber-lhe-ia acima de tudo, e pela primeira vez na história da nacionalidade, dar às ciências o papel que de fato lhes compete na civilização

moderna e, às inteligências, o campo de expansão que lhes não ofereciam os três minguidos cursos profissionais a que se restringia a nossa organização de ensino superior.

A missão da Faculdade de Filosofia

Mas se esse era o seu objetivo precípua, outro de não menor significação lhe estava reservado, pois tocar-lhe-ia ainda a formação do professorado do ensino secundário, elemento sem o qual nada conseguiria a universidade. Alimentávamos a convicção, hoje plenamente confirmada por vinte e cinco anos de vida universitária, de que sem uma radical reforma do ensino secundário, a universidade não lograria vencer as graves malformações da nossa vida intelectual. E isso porque só aquele que aos seus cursos ingressasse após seis ou sete anos de excelente formação humanística seria dado acompanhar com proveito o ensino ministrado nos institutos superiores. Essa nossa maneira de ver baseava-se de resto na concepção que tínhamos do problema, a qual nos levava a não compreender que se pudessem distinguir na formação da juventude dois processos distintos entre si. Tornara-se para nós um dogma a unidade essencial dos elementos em que se biparte o processo de formação do adolescente. Não obedecessem ambos aos mesmos métodos e o resultado do ensino superior redundaria necessariamente num malogro.

Eis, minhas senhoras e meus senhores, o pensamento diretor que orientou a organização da nossa universidade. Anelávamos oferecer à nação o meio capaz de permitir-lhe integrar-se no sistema cultural dos povos do Ocidente, e esse seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que se tornaria o centro do organismo, a sua *alma mater*, em torno da qual se reuniriam as demais, as Faculdades profissionais já existentes e as outras que se fundassem. Da matemática à filosofia se desdobrariam as suas cátedras. Nos seus laboratórios, nas suas bibliotecas, nos seus centros de experimen-

tação forma-se-iam as jovens inteligências, as melhores, para constituir as primeiras gerações de homens de real saber da nacionalidade. Esse, o plano, e, essa, a meta. Outra tarefa de não menor importância restar-nos-ia entretanto realizar. Dela dependeria tudo, o êxito do arrojado intento ou o seu não menos retumbante malogro. Em que consistia ela? Na realização prática daquilo que com tanto carinho e minúcia havíamos gizado no papel.

Dissemos da indigência cultural da grande maioria dos que professavam nos institutos chamados impropriamente superiores. Esse estado lamentável de coisas colocava-nos na contingência de repelir todos quantos, possuidores de títulos profissionais, se julgavam em condições de reger as cátedras da nova faculdade. Dispostos a banir de uma vez por todas o autodidatismo, a improvisação, o amadorismo e a superficialidade da cultura nacional, não podíamos aceitar que do futuro corpo docente pudessem participar elementos cuja formação intelectual apresentasse falhas. Se o objetivo que tínhamos em vista era uma reforma ampla e profunda do processo cultural vigente, não se concebia que lançássemos mãos de indivíduos cujos diplomas ostentavam a chancela de faculdade onde se ministrava um ensino por todos os títulos insuficiente. A determinação em que nos achávamos de realizar obra tanto quanto possível perfeita colocava-nos na contingência de reconhecer a imperiosa necessidade de recorrermos às nações de velha cultura, de lhes solicitarmos o concurso de especialistas nas diferentes disciplinas que iam ser pela primeira vez professadas no Brasil. Solução sem dúvida nenhuma arrojada, única porém em condições de permitir-nos levar a cabo a revolução em profundidade com que sonhávamos.

Assentado o princípio, a sua realização nos levaria a ponderar um aspecto imprevisto por ele suscitado. Atravessava o mundo então um dos momentos mais críticos da sua evolução. Mussolini, na Itália, e Hitler, na Alemanha, de mãos dadas, assentavam as últimas medidas que os seus planos de conquista universal impu-

nham. Para os espíritos atilados, já não havia dúvida de que a Segunda Guerra Mundial se tornara uma questão de tempo. E essa convicção levava muita gente a dar como amplamente demonstrada, de um lado, a incapacidade da democracia para tolher o ímpeto com que progredia a doutrina fascista, e, de outro, a infalível vitória do totalitarismo de direita. O liberalismo parecia para sempre banido da face da Terra. Nem mesmo o comunismo, apoiado no gigante eslavo, demonstrava disposição para enfrentá-lo. Ora, éramos irredutivelmente liberais. Tão convictamente liberais, que nos julgávamos na obrigação de tudo fazer para que o espírito em que se inspirasse a organização da universidade se mantivesse exacerbadamente liberal. Era essa, de resto, a resultante do propósito em que sempre estivéramos de tentar o impossível para mantê-la dentro das mais legítimas tradições da nossa grei e de fazer dela um reduto daquilo que fora invariavelmente, e desde os tempos do Brasil-Colônia, uma constante na nacionalidade. Essa nossa posição obrigava-nos a evitar que as cátedras da Faculdade de Filosofia pudessem cair nas mãos de adeptos do credo italiano, sobretudo aquelas que mais aptas se mostravam a influir na formação moral da nossa juventude. Concorria para complicar o problema o fato de contar São Paulo um número elevado de filhos da Península, a maioria dos quais não escondia as suas propensões para aceitar as diretrizes da Roma fascista. Ameaça de monta e tanto mais digna de nossos cuidados quanto cada dia se mostrava mais impertinente a pressão que sobre o governo paulista exerciam a colônia e o governo italianos. Pretendiam impor a vinda de numerosos membros das universidades fascistas para integrar a nova congregação. Contornamos a dificuldade oferecendo à Itália algumas das cadeiras de ciência pura – análise matemática, geometria, estatística, geologia, mineralogia e língua e literatura italianas. Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia diretamente a formação espiritual dos

futuros alunos: filosofia, sociologia, economia política, política, geografia humana, letras clássicas e língua e literatura francesas. As demais – química e história natural – seriam preenchidas por alemães expulsos ou em vésperas de o ser de sua pátria pelo hitlerismo. Assim, evitava-se a quebra do sentido liberal da evolução brasileira. As futuras “elites” não seriam vítimas da deformação intelectual resultante da pré-dica, nas cátedras, de teorias esdrúxulas, que repugnavam à índole e às tendências inatas da nossa gente.

Estas preocupações não eram, porém, as únicas a nos assaltar o espírito. As dificuldades se multiplicavam, desdobrando-se à medida que nos obrigavam a um cuidado de todos os instantes. Quando supúnhamos vencida uma etapa, que julgávamos a derradeira, logo outra se nos oferecia mais difícil e delicada.

A universidade e o ensino secundário

Lembram-se os que nos ouvem da importância que emprestamos, no início desta exposição, à questão do ensino secundário e de que, logo a seguir, afirmávamos ser ele parte integrante do problema universitário em si. Deixamos, ainda, bem claro que, cabendo-lhe precipuamente a formação do homem, na mais alta significação do vocábulo, não podíamos deixar de levá-lo em consideração ao cogitar da criação da universidade. E efetivamente, pois da qualidade do ensino, de humanidades ministrado aos futuros universitários dependeria o resultado final da grande reforma. Não tínhamos dúvidas de que tais fossem os pendores culturais dos jovens candidatos aos cursos do ensino superior, nada os impediria, mesmo com uma bagagem medíocre de conhecimentos gerais, de virem a ser excelentes matemáticos, bons físicos ou razoáveis naturalistas. O que de modo nenhum se poderia, entretanto, conceber era que sem um curso perfeito de Humanidades chegasse alguém, fossem quais fossem as suas qualidades inatas, a possuir a fundo a filosofia, a transformar-se num bom latinista,

num helenista de mérito, num sociólogo em condições de analisar e compreender os fenômenos sociais, num filólogo de valor, num historiador capaz de apreender em toda a sua complexidade a evolução das sociedades humanas. Ora, o ensino secundário havia chegado naqueles dias a um estado de indescritível decadência, e isso era o suficiente para que não desconhecêssemos as consequências que desse estado de coisas inelutavelmente decorreriam. Quanto ao resultado global da bela tentativa, iríamos a um retumbante malogro, caso não nos dispuséssemos a corrigir em tempo a grave anomalia. Ao idearmos o plano geral, tínhamos sobretudo em vista criar elites dotadas tanto quanto possível daquele *esprit de finesse* a que Pascal não hesita em atribuir o melhor de que é suscetível o homem. E esse só se adquire, como já ficou dito, no exercício aprofundado e rigoroso dos programas de Humanidades.

Para todas as dificuldades com que até então nos defrontáramos, não nos faltara a solução adequada. Ser-nos-ia dado safar-nos de mais esta? A falta de especialistas nas ciências que constituiriam os programas da nova faculdade nos levava a apelar para a França, a Itália, a Alemanha e Portugal. A natureza, porém, do problema que enfrentávamos agora obrigava-nos a buscar a solução dentro do próprio País, sem cogitarmos de aplicar-lhe o recurso que tão admiráveis frutos produziram em determinados setores do ensino superior. Isso, entretanto, não significava que pelo menos indiretamente não nos valêssemos da presença entre nós das missões estrangeiras. Nas suas linhas gerais, a proposta que aventamos e que em princípio foi aceita por Armando de Salles Oliveira e seu secretário da Educação, Cristiano Altenfelder da Silva, consistia na criação de um ginásio que viria a funcionar como instituto anexo à Faculdade de Filosofia, e cujo corpo docente seria constituído pelos assistentes dos professores contratados de cada uma das disciplinas básicas, assessorados de perto por estes. Circunstâncias independentes da nossa vontade e a queda, em 37,

daquele grande governo, impediram que ele pudesse inscrever no acervo dos assinalados serviços prestados a São Paulo mais essa magnífica realização.

Espírito universitário

Agora, que vamos atingindo o termo desta exposição, seja-nos permitido apresentar o último dos seus aspectos. Por considerá-lo a chave do problema, a sua face fundamental, aquela de que depende essencialmente toda a organização universitária, deixamo-lo para remate desta palestra. Referimo-nos ao espírito universitário e os meios de fomentá-lo e desenvolvê-lo. Antes, porém, de abordarmos a complexa questão, concedei-nos o direito a uma pequena digressão sobre o que entendemos por espírito universitário. Ela vos fará compreender os motivos que nos levam a considerá-lo o elemento fundamental do ensino universitário, o elemento sem o qual poderá, quem sabe, haver ensino superior, mas não haverá nunca ensino universitário no rigoroso sentido da expressão.

Como não ignorais, o ensino universitário é aquele que abranje a universalidade dos conhecimentos humanos e no qual predominam os chamados estudos desinteressados. Era essa pelo menos a concepção que dele nos legaram os fundadores das primeiras universidades e os que nela formaram a sua cultura. Uma mesma doutrina dominava então todas as cátedras, como um mesmo espírito animava toda a comunhão. A mais perfeita concordância, assim intelectual como moral, assinalava a vida desses centros de atividade intelectual. Essa magnífica unidade perdurou durante séculos, para finalmente romper-se com o evoluer das ciências e a diferenciação que, pelos progressos destas, se foi paulatinamente verificando nos conhecimentos humanos. A principal consequência deste estado de coisas foi a necessidade em que se viram as sociedades de criar novos institutos de ensino, onde se desse maior desenvolvimento às pesquisas de laboratório e ao ensino das no-

vas disciplinas. Acentuou-se com isso a ruptura da doutrina básica que até então predominara na formação intelectual e espiritual da juventude. Com o correr dos tempos, a dispersão veio a tornar-se a regra, procurando cada instituto diferenciar-se o mais possível do organismo primitivo. Em lugar da harmonia dos primeiros tempos, a luta entre as diferentes modalidades do saber humano passou a ser um dos fatores essenciais da vida intelectual. Como acentuamos em outros escritos, já se não fazia ciência, mas ciências, quase sempre irreconciliáveis entre si. De elemento de coesão, o culto pelo saber passava a ser uma fonte de discórdia e dissensão no seio da comunhão. Hoje em dia as coisas mudaram, tornando-se minoria os que revelem tal mentalidade. Todos quantos procuram ir ao âmago da questão acabam por reconhecer a unidade fundamental dos conhecimentos humanos e, portanto, a necessidade de se chegar, como desejava Augusto Comte, a restabelecer a unidade de que outrora desfrutava o mundo do espírito.

A este respeito, permitimo-nos reproduzir palavras que em 1945 dirigimos aos primeiros licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Quando este ou aquele cultor das ciências se resigna a limitar suas atividades a um campo estreito da investigação, sabe perfeitamente que a tanto é obrigado pela natureza limitada das suas faculdades e não porque haja na realidade uma diferenciação substancial entre os vários setores em que a inteligência do homem exerce a sua função especulativa.

Pois bem, é essa consciência da unidade fundamental dos conhecimentos humanos que constitui a própria essência da formação universitária. Sem que se tenha sempre em mente essa condição básica, primordial, poderá existir, o que, aliás, não era nem é de modo algum o caso entre nós – como acima dissemos, até mesmo um excelente ensino. Não haverá, entretanto, no seu verdadeiro sentido, ensino universitário. Os que a eles se submeterem poderão vir a ser ótimos técnicos de laboratórios, ou mesmo bons pesquisadores em qualquer ramo do saber. Só por acaso, porém, tornar-se-ão possui-

dores do alto espírito que a consciência de que participam de um esforço coletivo e indivisível em benefício da comunhão a que pertencem e do progresso geral da ciência concede aos que a ele se dedicam. É esse generoso sentimento, íamos dizer, esse orgulho, que constitui o verdadeiro espírito universitário de que tantos falam e que tão poucos compreendem”.

Ora, se não laboramos em erro, e se não há como confundir ambas as modalidades de técnica pedagógica, nem muito menos colocar ao mesmo nível os dois métodos, como atingir-se o ideal e dar-se à universidade os meios de realizá-lo? Era essa, como bem compreendeis, uma das mais graves preocupações que nos assaltavam. Lembramo-nos muito bem do tempo que dedicávamos à sua discussão e estão ainda presentes em nossa mente as longas e amistosas discussões que a respeito tivemos com um dos mais altos espíritos da nossa geração e da luz que a sua peregrina inteligência derramava sobre aquelas fascinantes controvérsias.

A Francisco da Fonseca Telles, pois é a ele que nos referimos, devemos o haver chegado finalmente à solução que buscávamos e que consistia, primeiro, em vincular umas às outras todas as escolas da universidade por meio de cátedras comuns, as quais seriam suprimidas das faculdades profissionais, para passarem a ser professadas exclusivamente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com esta remodelação da estrutura do ensino superior, ver-se-iam os alunos dos demais Institutos na contingência de frequentar os bancos da Faculdade de Filosofia, onde participariam do espírito de pesquisa desinteressada que a ela deveria presidir. A matemática pura, a física, a química etc. deixariam, pela nova disposição das matérias, de fazer parte do currículo da politécnica, cujos alunos frequentariam obrigatoriamente esses cursos nas secções de ciências da Faculdade de Filosofia. Quanto aos de direito, suprimir-se-ia deles a economia política, que seria ministrada a seus discípulos também na Faculdade de Filosofia. E assim nos mais. As ciências básicas tornar-se-iam, pois, privilégio desta Fa-

culdade, sendo que seus alunos passariam a conviver pelo menos um ano com os das escolas profissionais. Solução sedutora, que oferecia aos que se beneficiassem do ensino superior uma visão mais ampla do seu papel na comunhão nacional e uma noção ainda mais elevada e exata da sua função na sociedade. Defendemo-la veementemente pelas colunas do *Estado*, sem entretanto lograr que fosse adotada. Levantavam-se contra ela os pequeninos interesses das escolas profissionais. Indivíduos de espírito estreito, incapazes de vislumbrar o imenso alcance desta profunda reforma, não na admitiam, certos de antemão de que não poderiam de modo nenhum sofrer confronto com os métodos e a cultura da missão estrangeira. Preferiam permanecer onde estavam, iludindo o corpo discente e a Nação, a aceitar uma solução que os obrigaria a um violento esforço caso desejassem diminuir a distância que os separava dos mestres vindos de França, da Itália, da Alemanha e de Portugal. Não toleravam tampouco que se pretendesse quebrar a quietude estéril em que vegetavam. Fôra, por isso, com indisfarçável hostilidade que haviam recebido a ideia da grande reforma. E, como não conseguissem destruí-la, voltavam-se contra o papel preponderante que nela se pretendia atribuir à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nessa inglória tarefa, é preciso que se diga, levaram incontestavelmente a melhor.

A cidade universitária

A segunda condição, que decorria da primeira, seria a cidade universitária. A concentração de todos os institutos escolares no mesmo recinto tornaria forçoso o convívio diuturno da população escolar, e desta com os mestres. Realizaríamos, desse modo, a condição necessária para atingir-se aquela colaboração tão desejada para que a consciência do trabalho coletivo se tornasse um fato. Tão grande era a importância que a essa organização emprestavamos, e tão decisiva ela se nos apresentava, que chegamos a de-

terminar as linhas mestras a que a sua construção deveria obedecer. Destas, a principal seria a concentração de todos os departamentos e subsecções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no mesmo edifício. Compreendeis o que tínhamos com isso em vista. A frequentação mais íntima de catedráticos e discípulos de todas as ciências emprestaria à vida escolar o caráter de unidade e confraternização no esforço comum que jamais se lograria com a dispersão das diferentes secções. Ainda aqui não logramos vencer os que, apoderando-se da obra por nós ideada, lançaram-se à sua realização sem pelo menos compreendê-la, sem penetrar o seu verdadeiro e íntimo significado, para só atender ao egoísmo estreito dos detentores de cátedras, na sua maioria sem a inteligência necessária para alcançar a beleza e a magnitude do plano primitivo. Daí a atomização das construções atuais, a falta de harmonia e significação no que vai sendo construído, sem plano nem método, na Fazenda Butantã. Da ideia primitiva nada restou. Teremos ali uns tantos edifícios em que se abrigarão laboratórios, salas de aulas, onde permanecerão mestres e discípulos. Não teremos, entretanto, nunca, o organismo primitivamente concebido, em cujas linhas e estrutura deveria refletir-se a ideia primeira, a unidade dos conhecimentos humanos e o espírito de solidariedade na pesquisa sem o qual, voltamos a repetir, haverá tudo menos ensino universitário na sua verdadeira acepção.

Eis, minhas senhoras e meus senhores, o que nos foi dado realizar no desempenho da honrosa missão que nos delegara Armando de Salles Oliveira. Tanto ele como nós, os seus colaboradores imediatos, tínhamos por escopo legar a São Paulo os meios de criar uma elite que o conduzisse, com mão segura e através das imensas dificuldades que lhe embaraçavam a caminhada, aos seus grandes destinos. Saíamos de uma crise extremamente grave, que nos custara o sangue generoso de alguns milhares de jovens e a autonomia do estado. Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela

ciência e pela perseverança no esforço voltáramos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação. Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos. Ora, que maior monumento poderíamos erguer aos que haviam consentido no sacrifício supremo para preservar contra o vandalismo que acabava de aviltar a obra de nossos maiores, das bandeiras à independência e da Regência à República, do que a universidade? Atribuíamos à incapacidade dos que se haviam apossado dos destinos da nação os erros sem número que nos levaram, com a fatalidade das leis incoercíveis, da proclamação da República à Revolução de 30 e, desta, ao levante constitucionalista. Para não faltar ao compromisso que havíamos assumido com o grande movimento, lançamo-nos à tarefa que, não fôra essa epopeia com que São Paulo reassumiu o seu papel histórico no quadro da federação, jamais lograríamos tornar uma realidade. E ela aí está. Não na quiseram tal qual a ideamos. Nem por isso, entretanto, estamos certos, deixou o decreto de 25 de janeiro de 1934 de assinalar nos fastos da nacionalidade o maior acontecimento cultural da sua história.

CIDADE UNIVERSITÁRIA

O grande jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, realizou em 1939 um inquérito sobre o problema da criação de cidades universitárias, convidando para manifestar-se a respeito sumidades argentinas e estrangeiras entendidas na questão. Entre os estrangeiros então convidados para expor sua opinião sobre o assunto, figurou o diretor desta folha, Sr. Julio de Mesquita Filho, que se achava no momento exilado na Argentina. Seu trabalho, publicado em Buenos Aires em novembro de 1939, foi dias após reproduzido pelo *Estado*, diante do interesse que o assunto despertava também entre nós. Volta agora a questão a ser debatida em São Paulo, com as providências que se estudam para ativar a construção, no Butantã, de nossa cidade universitária. É grande, infelizmente, a confusão e a falta de conhecimento que sobre o

assunto ainda lavram entre nós, e particularmente nos círculos responsáveis pela execução dos planos da cidade universitária. Resolvemos, por isso, reproduzir novamente o aludido trabalho, oportuno sobretudo por refletir o pensamento e a orientação, a este respeito, dos idealizadores e criadores da Universidade de São Paulo. As considerações feitas há dez anos nesse estudo talvez contribuam para que se evitem erros de que mais tarde nos penitenciaremos.

(De *O Estado de S. Paulo*, de 21 de janeiro de 1951)

No bem formulado inquérito que *La Prensa* acaba de organizar sobre o problema da criação de cidades universitárias há esta pergunta que, pela sua própria natureza e alcance, nos parece condicionar todas as demais: “Que benefícios, no terreno intelectual, julga que a criação de cidades universitárias poderia proporcionar ao país?” Os maiores, respondemos sem hesitar. A função que desempenham é de tal ordem que não temos dúvida nenhuma em considerá-las condição precípua para que haja rigorosamente ensino universitário. Sem elas, isto é, sem a concentração sistematizada e orgânica dos institutos de altos estudos num todo harmônico, não cremos que se possa falar em ensino universitário propriamente dito.

Não pretendemos afirmar, é evidente, que sem cidades universitárias não se possa proporcionar excelente ensino superior. O que não nos parece passível de contestação é que, sem elas, possa haver, realmente, ensino universitário. Com efeito, que é que, na realidade, o distingue? No nosso entender e como se pode inferir das mais puras tradições, o ensino universitário é aquele que abrange a *Universalidade* dos conhecimentos humanos e no qual predominam os chamados estudos desinteressados. Pelo menos é essa a concepção em que a tinham os que legaram à humanidade esses centros de especulação intelectual que tanto lustre e renome emprestaram a cidades como Bologna, Oxford, Salamanca e Paris dos tempos heroicos em que, cavalgando a mula famosa, Gargântua, filho dileto de Gargamela e Grangousier, fazia nela a

sua entrada triunfal. Tanto para os que nelas professavam como os que ali iam buscar ensinamentos, o saber humano era um todo perfeitamente coerente e harmônico. Uma mesma doutrina imperava no ensino das diferentes disciplinas, como o mesmo espírito animava a toda a comunhão. A mais rigorosa unidade assim intelectual como moral caracterizava a vida desses ilustres centros de alta cultura. Como é sabido, essa unidade era ainda fortalecida pelo fato de ter sido durante séculos o latim a única língua admitida nos cursos, mas ainda nas obras impressas, o que fazia das universidades e dos homens cultos da época uma espécie de sociedade internacional pairando acima das diferentes nacionalidades. Tal qual hoje se observa, havia uma intensa troca de conhecimentos entre os grandes centros de cultura. Com o progresso da ciência, porém, essa unidade se foi pouco a pouco rompendo. À medida que a inteligência humana ia devassando mais profundamente os mistérios da natureza e que, em consequência, se dilatavam os horizontes do ensino, novos institutos se foram criando e passando a funcionar fora da órbita e dos domínios das universidades. Essa dispersão, como era natural, provocava a ruptura da doutrina básica que até então predominara na instrução da juventude. O espírito que animava a comunhão de estudiosos deixou de ser o mesmo para se subdividir de acordo com os novos institutos e com a natureza de cada um dos setores dos conhecimentos a que se dedicavam. Quanto mais se foram acelerando as conquistas do cérebro humano, mais divergiam as tendências e coloridos doutrinários a que estavam sujeitos tanto o corpo docente como o discente. Já agora nada restava da antiga harmonia. Ao contrário do que fôra a regra, universidades e escolas independentes passaram a se digladiar. Já se não fazia ciência mas ciências, quase sempre irreconciliáveis entre si. De elemento de coesão, o culto do saber passava a ser instrumento de discórdia e dissensão no seio das sociedades. A biologia procurava denegrir as ciências sociais do mesmo

modo que estas desprezavam as politécnicas. Sobretudo nos países de formação recente, como os da América, em que a tradição de cultura é quase nula, cada uma daquelas especialidades passou a constituir uma espécie de totem diferenciador em torno do qual se agrupavam clãs perfeitamente irreconciliáveis entre si. Pertencer a qualquer delas era não compreender as demais.

Felizmente, para a humanidade, a fase de desagregação já se vai tornando uma reminiscência do passado, um anacronismo oneroso. Se ninguém mais tenta a façanha de Pico della Mirandola, não há tão pouco quem negue a unidade essencial dos conhecimentos humanos. E quando este ou aquele cultor das ciências se resigna a limitar suas atividades a um campo estreito da investigação, sabe perfeitamente que a tanto é obrigado pela natureza limitada das suas faculdades e não porque haja na realidade uma diferenciação substancial entre os vários setores em que a inteligência do homem exerce a sua função especulativa. Pois bem, essa consciência da unidade fundamental dos conhecimentos humanos é que constitui a própria essência da formação universitária. Sem que se tenha sempre em mente essa condição básica, primordial, poderá existir, como acima dissemos, um excelente ensino. Não haverá entretanto, jamais, ensino universitário propriamente dito. Aqueles que a ele se submeterem poderão vir a ser ótimos técnicos de laboratório, ou primorosos pesquisadores em qualquer ramo do saber. Só por acaso, porém tornar-se-ão possuidores daquele alto espírito que a consciência de que participam de um esforço coletivo e indivisível em benefício da comunhão a que pertencem e do progresso geral da ciência concede aos que a ele se dedicam. É esse generoso sentimento, íamos dizer, esse generoso orgulho que constitui o verdadeiro espírito universitário de que tantos falam e tão poucos compreendem!

Se não laboramos em erro, se o espírito universitário é realmente aquela consciência a que acabamos de nos referir, fácil será

compreender o papel que para sua formação e cultivo desempenhará a cidade universitária.

É no convívio diuturno que só ela poderá proporcionar, que professores e alunos se darão conta de que tão indispensáveis para o país são a Filologia Grega e a Crítica da Razão Pura como a química biológica, por exemplo, a análise matemática e a física atômica, como a ciência do direito. Desde que a sua estrutura arquitetônica seja concebida de acordo com os princípios gerais que vimos enunciando, a cidade universitária tornaria possível a centralização das cátedras que se destinam ao ensino das matérias chamadas básicas, isto é, aquelas que se dedicam às ciências puras, como a matemática, a física, a química, a botânica, a zoologia, a biologia geral, a fisiologia, a anatomia etc. etc. Todas estas seriam nesse caso desagregadas das diferentes escolas em que são obrigatoriamente ministradas para passarem a ser exclusivas de uma Faculdade Central de Filosofia, Ciências e Letras, *alma mater* do organismo total e que se dedicaria aos chamados altos estudos desinteressados, os quais devem sempre predominar numa universidade realmente digna desse nome e em torno da qual se agrupariam os demais institutos profissionais. Para que o nosso pensamento adquira perfeita nitidez vamos propor um exemplo concreto. Admitamos que a química, a física, a zoologia e a biologia geral fossem matérias ensinadas nos cursos não somente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde procurariam seus diplomas os que se destinassem ao doutoramento em ciências, mas ainda nas de medicina, farmácia e odontologia. Pois bem, segundo a concepção que procuramos esboçar, elas seriam eliminadas desses diferentes institutos para que os alunos tanto de medicina quanto de farmácia e odontologia as cursassem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Da mesma maneira, os que se destinassem à Escola Politécnica deixariam de cursar nela a análise matemática, a física, a química, para segui-las nas respectivas secções destinadas às mesmas dis-

ciplinas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O mesmo aconteceria com a economia política, que seria ministrada exclusivamente nesta faculdade, onde os alunos de direito iriam cursá-la. As faculdades dedicadas à formação de profissionais da medicina, farmácia, odontologia, engenharia, direito, agricultura, etc. veriam os seus cursos reduzidos exclusivamente às cadeiras práticas e técnicas propriamente ditas.

Creemos não ser necessário mais extensas explicações para que todos os que têm o hábito de meditar sobre coisas do ensino apreendam o imenso alcance de uma tal sistematização. Para estes não escapará a significação decorrente do fato de se submeterem os alunos que se destinam a diferentes especialidades a uma formação científica básica uniforme e a um convívio prolongado sob um mesmo teto e, portanto, à ação continuada de um mesmo espírito formativo. A passagem da totalidade do corpo discente pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dar-lhes-ia uma percepção nítida e tangível daquele espírito universitário a que acima nos referimos e que definimos como sendo a própria consciência da unidade do saber humano e da colaboração de todos na obra comum em prol do progresso tanto da nacionalidade como da ciência em si mesma. A permanência numa faculdade cujo traço diferencial seria o caráter desinteressado dos estudos que nela se fariam teria ainda e forçosamente como resultado a imediata elevação do nível geral de cultura de todos quantos se dedicassem às chamadas profissões liberais. O que não deixaria de ser uma imensa conquista sobretudo para os países da América, onde o progresso material excessivamente fácil teve como consequência uma orientação demasiadamente pragmática e superficial da cultura. Além disso, não devemos desprezar os efeitos benéficos que o desenvolvimento do espírito de solidariedade, oriundo do convívio nos mesmos bancos escolares, necessariamente teria na formação mental e moral dos universitários, fossem quais fossem os seus diplomas, espírito de solidariedade que neces-

sariamente os acompanharia quando lhes coubesse constituir de alto a baixo da hierarquia social os quadros dirigentes da nacionalidade. Estes resultados, que a nação tem o direito de exigir de suas universidades, só poderão ser atingidos, é óbvio, com a cidade universitária, isto é, com o agrupamento de todos os institutos de ensino superior, segundo um plano geral pré-estabelecido e cuja estrutura urbano-arquitetônica correspondesse exatamente aos fins tanto culturais como educativos do organismo universitário na sua totalidade. São, portanto, incalculáveis os frutos que nos é lícito esperar de uma cidade universitária. Mas não são eles apenas de ordem puramente intelectual. A concentração dos institutos culturais torna possível ainda uma notável economia tanto de pessoal como do material destinado ao ensino, o que não é de desprezar se, se levar na verdadeira conta o preço elevadíssimo de um perfeito aparelhamento científico. A unificação de laboratórios, evitando a dispersão de meios, favorecerá a aquisição de um aparelhamento muitíssimo mais perfeito e, por isso mesmo, mais eficiente. Neste terreno, não olvidamos as bibliotecas. A cidade universitária resolveria o problema construindo um edifício único para abrigar a biblioteca universitária. Nela se concentrariam as diferentes secções especializadas em que normalmente se subdividem. Cada instituto conservaria dentro de seus muros apenas os livros de consulta imediata e indispensáveis aos cursos do dia e às pesquisas em andamento. Um tal sistema, como se vê, fala por si mesmo sobre a formidável redução de gastos tanto em material, como em pessoal, que representa.

Na ideação urbano-arquitetônica da cidade universitária deve constituir preocupação de primeiro plano o problema da educação física da juventude e, portanto, dos parques de esportes. Este lado da questão diz respeito, sobretudo, à extensão dos domínios de que normalmente necessita uma universidade. É evidente que, quanto maior for o espaço que lhe possa ser reservado, melhor será. Isso tanto mais quanto seria de toda conveniência que a secção

de botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pudesse dispor de amplos hortos botânicos, do mesmo modo que as secções de biologia geral e zoologia só teriam a lucrar se acaso lhes fossem subordinados os jardins zoológicos, estações de biologia marítima, museus especializados etc.

Agora que se aproxima o fim desta sumária exposição, queremos tratar de uma das faces mais interessantes, a nosso ver, do delicado e complexo problema. Referimo-nos à questão do estilo arquitetônico a que deverão obedecer às construções. Questão de somenos, dirão alguns. Questão capital, diremos nós. Se tivermos em mente o espírito geral em que vimos procurando esplanar o que entendemos constituir o fundo e a forma do problema universitário, chegaremos, logicamente, à conclusão de que um único estilo poderá ser adotado na edificação da cidade: aquele que lembre, tanto a estudantes como a professores, as origens ibéricas da nacionalidade. Uma universidade valerá pelo espírito que nela venha a palpitar, pelo poder nacionalizador de que se mostre capaz, pela fé nos destinos da nação que saiba instilar no coração da juventude. A ciência, bem o sabemos, em si mesma, não conhece fronteiras. Não é menos verdade, porém, que o valor de um povo se mede antes de tudo pelo respeito e pelo amor que saibam dedicar às suas origens, às suas tradições. Se isso constitui um imperativo absoluto para todos os países sem exceção, muito maior o será para os que, por circunstâncias especiais, se veem procurados por volumosas correntes imigratórias de todos os matizes, como acontece tanto com a Argentina como com o Brasil. Por isso mesmo, impõe-se às suas elites não perder jamais a ocasião de afirmar bem alto a mais intransigente fidelidade ao passado. E que melhor maneira de significar absoluta solidariedade com os nossos maiores do que construir a cidade universitária de tal modo que, se lhes fosse dado volver do seio da eternidade, onde descansam, se sentissem, dentro de seus muros, como em suas próprias casas? – Buenos Aires, 30 de novembro de 1939.

Liberdade de ensino remunerada⁶

O substitutivo que pretendeu deslocar, na Câmara Federal, o projeto da Comissão de Educação e Cultura sobre diretrizes e bases da educação nacional, apresenta como linhas mestras de sua estrutura estes três princípios fundamentais: 1º) o ensino será ministrado, sobretudo, pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2º) o ensino particular não será fiscalizado pelo estado; 3º) o estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professores aos vencimentos dos professores oficiais. É, como se vê, a instituição, no Brasil, do reinado do ensino livre; livre da fiscalização do estado, mas remunerado pelos cofres públicos. Em vez de “pagar para ver”, o estado “pagará sem ver”...

Em 1947, na Itália, quando se discutia o projeto da Constituição Republicana, as bancadas mais próximas da Santa Sé propuseram que a nova Carta se incorporasse o pacto de Latrão, convencionado em 1929 entre o Vaticano e Mussolini. No tocante ao ensino, isto equivalia à adoção de uma política educacional idêntica a que foi agora sugerida para o Brasil: - ensino livre não fiscalizado, mas subvencionado pela nação. Uma onda de protestos se ergueu em todo o país, encabeçada pelas mais altas figuras da intelectualidade peninsular. Benedetto Croce, que foi dos mais ativos no combate, escreveu: “será a nossa renúncia às grandes conquistas do século dezanove!”. De fato, foi no decurso do referido século que o estado moderno veio chamando a si, progressivamente, a iniciativa de criar e manter escolas de todos os graus e, principalmente, de estender de ano em ano a rede escolar primária destinada a formar, ainda que incipientemente, o cidadão das comunidades nacionais – comunidades que se expandiam e se diversificavam em todos os sentidos e que, por isso mesmo, precisa-

⁶ Editorial escrito por Julio de Mesquita Filho no Jornal *O Estado de S. Paulo*, em 07/01/1959.

vam apoiar-se sobre uma base afetiva e cultural comum, se quisessem viver em paz e governar-se democraticamente.

A despeito do clamor dos intelectuais, e graças ao oportunismo dos comunistas italianos (então interessados numa aproximação com o Vaticano), a proposta passou. Mas a vitória foi aparente, e não real. A mesma Constituição que no art.7 adotou o pacto de Latrão, inscreveu depois, em dois tópicos do art. 33, dispositivos que limitam as prescrições daquele pacto. Um deles assegura às “entidades e aos particulares” o direito de manter escolas e institutos de educação, mas “sem ônus para o estado”. E o outro estabelece o exame de estado para a admissão às várias ordens e graus de escolas, para a conclusão dos cursos e para a habilitação ao exercício profissional. A Itália, portanto, não parece ter renunciado às conquistas do século dezanove, tanto que Guido Gonella, ministro da Instrução Pública em 1950, pode escrever, a respeito das relações entre o estado e a educação, que, das três posições admissíveis – a de monopólio, a de liberdade total e a de liberdade disciplinada, fôra escolhida esta última: “na solução, que poderemos chamar orgânica, isto é, de liberdade disciplinada pelo estado, as entidades e os particulares têm o direito de criar escolas, mas dentro do quadro das normas gerais fixadas pelo estado, ao qual compete o poder de intervir, em defesa do bem comum, na atribuição dos títulos escolares legalmente válidos para a vida social. A nossa Constituição (concluiu o ministro) – com o instituto da equivalência e do exame de estado – prevê exatamente essa terceira solução.

As duas experiências brasileiras de “liberdade de ensino” foram profundamente nefastas para a educação da juventude e só contribuíram para desmoralizar ainda mais o ensino do país. Cada uma delas teve fisionomia peculiar. A de 1879, do ministro Leôncio de Carvalho, abusou demagogicamente da expressão “ensino livre” a fim de captar o apoio da mocidade acadêmica, que naquela época constituía uma verdadeira potência. O que vigorou, da decantada reforma, foi a dispensa, dada aos alunos, de assistir as aulas e a

proibição, imposta aos professores, de chamar os alunos à lição. Ficaram desertas as academias, ninguém mais estudou, formaram-se, às dezenas, bacharéis e médicos “elétricos”, até que a própria Câmara Federal, em 1895, impressionada com a iminência do “naufrágio do ensino superior brasileiro”, reagisse para repor as coisas nos devidos lugares. A outra experiência ocorreu no quadriênio Hermes da Fonseca, mediante a Reforma Rivadavia, que arrastou o estado (como pretende o substitutivo de agora) para o caminho da abstenção, e que (também como o substitutivo) instituiu a liberdade sem controle e a ampla autonomia dos institutos oficiais. Foi uma catástrofe sob todos os aspectos, inclusive o moral, conforme demonstrou em corajoso relatório o ministro Carlos Maximiliano.

Tudo isso nos leva a encarar com grande apreensão a ameaça desta terceira experiência, muito mais perigosa que as anteriores, porque envolve também os combalidos recursos financeiros do país.

Conceito de universidade⁷

Magnífico Reitor, minhas Senhoras, meus Senhores:

Não é uma conferência que vou proferir; pretendo apenas travar uma palestra com os presentes, atendendo ao convite honroso que me fez o presidente desta associação. Nesta palestra discorrerei sobre a evolução da ideia universitária e como se originou o movimento que resultou no decreto de 25 de janeiro de 1934, instituindo a atual Universidade de São Paulo.

A ideia vem de longe: ela data do momento em que, no começo deste século, eu tomava contato com as culturas europeias. No desejo de me proporcionar uma cultura mais ampla, de me dar uma oportunidade para aperfeiçoar meus estudos iniciados no Brasil e reconhecendo as deficiências de nosso meio de então, meu pai me

⁷ Discurso de Julio de Mesquita Filho em 21 de setembro de 1961, na Faculdade de Ciências Econômicas, quando do encerramento do Ciclo de Debates promovido pela Associação dos Auxiliares de Ensino (do qual também participou o Prof. Darcy Ribeiro), sendo o tema “Conceito de Universidade”: obs.: este texto foi transcrito de uma minuta datilografada.

enviara para um colégio de Lisboa. Era um dos principais colégios do então Reino de Portugal, recomendado por Oliveira Lima e Medeiros de Albuquerque e outros amigos portugueses de meu pai. Fui enviado quando apenas atingia a idade de 12 anos: longe de minha terra e no contato com uma sociedade que tinha muitos aspectos em comum com a nossa, mas em outros se diferia totalmente.

Os processos de educação de Portugal daquela época eram os piores possíveis: havia ainda o regime da brutalidade, empregava-se ainda a palmatória como meio para corrigir as falhas de que o próprio ensino padecia. Mas no terreno da cultura é preciso reconhecer que Portugal já então revelava uma superioridade indiscutível sobre o estágio em que o Brasil ainda vivia. Os métodos eram antiquados – como depois pude verificar quando prosseguia meus estudos na Suíça – mas tinham o dom de despertar a inteligência e a curiosidade dos adolescentes que lhes eram confiados. Já aí eu pude perceber quase instintivamente que o Brasil se encontrava ainda numa fase primária no terreno da cultura.

Logo a seguir fui enviado para a Suíça, onde se abriram para mim novos horizontes que me permitiram alargar meus conhecimentos. Lá permaneci estudando durante oito anos. Os métodos das escolas suíças eram excelentes em todos os sentidos. Os professores, imbuídos do espírito de verdadeiros educadores, conduziam o adolescente através dos cursos que se interpenetravam, relacionando todas as matérias ensinadas. Ao mesmo tempo procuravam (e esta parece ser a característica essencial do ensino na Europa) desenvolver a personalidade do estudante. Tinham os professores, além de segurança na especialidade ensinada, a missão de nos orientar para a missão que teríamos que cumprir no futuro. Procuravam estabelecer um confronto com a realidade, como era professado o ensino na Europa e particularmente na Suíça.

Ao terminar meus estudos na Suíça, desejava meu pai que eu continuasse na Europa para aperfeiçoar minha cultura, fazendo

outros cursos em universidades europeias. Recusei-me terminantemente porque percebi que se permanecesse na Europa acabaria por perder minha personalidade de brasileiro, sem acabar por me transformar em europeu. Sentia desde então o desejo de contribuir para solucionar a situação de marasmo cultural em que vivíamos. Voltei e os meus primeiros contatos com o meio brasileiro me mostraram que ainda se professava o ensino superior em São Paulo do pior modo possível. Entrei na Faculdade de Direito. Sentia-se uma atmosfera profundamente confortadora naquilo que ela nos transmitia no terreno do civismo, civismo que nela havia se concentrado com o passar das gerações anteriores. Entretanto, no terreno científico da cultura era lamentável o que se professava na velha faculdade. Não havia de maneira alguma a ciência do direito: eram desconhecidos os métodos de pesquisa no terreno social aliados ao estudo do direito, como eram já praticados no velho continente. As aulas eram monótonas repetições de velhas apostilas, usadas já há vários anos, e que eram apenas o resumo de volumes obsoletos sobre direito. A capacidade e a inteligência dos moços eram totalmente deformadas e vícios de cultura eram assim engendrados. Eram incapazes de compreender que o direito era um departamento, uma província do conhecimento humano, e que o direito era, como qualquer outra ciência, dependente de pesquisas científicas, e no seu caso de pesquisas no terreno social.

Já aí se insinuava em mim a ideia de procurar incutir nos meus colegas – e através das colunas do jornal de meu pai atingir outras esferas – as concepções de ciência e cultura que já nessa altura se haviam desenvolvido na Europa. Ao sair da faculdade e entrar para a redação de *O Estado* iniciei uma propaganda no sentido de se conseguir que o Brasil sacudisse os velhos métodos e as obsoletas concepções de ensino para substituí-los pelos métodos da cultura que vigoravam em todos os países civilizados daquela época. Foi mais ou menos nesta altura que pela primeira vez iniciei um

apelo aos professores vindos da França, os quais nos visitavam no afã de aproximar os povos sul-americanos da França. Foi então que conheci George Dumas, professor de sociologia de Sorbonne, grande amigo de São Paulo, que quando vinha ao Brasil aqui permanecia por períodos de 15, 20 dias e até um mês. E o centro de suas atividades era a redação de *O Estado*, na qual travávamos longas palestras. Sempre que podia eu encaminhava a prosa para assuntos relacionados com o ensino universitário. Era um prazer extraordinário discutir com George Dumas sobre este sedutor tema. Era ele de opinião que seria um erro começarmos pela fundação de uma universidade propriamente dita. Estava ele perfeitamente a par das lacunas de nosso ensino secundário que preparasse os alunos de forma a torná-los capazes de adquirir os ensinamentos a lhes serem ministrados na universidade (...). A solução seria mandar vir os melhores professores da Europa cuja missão seria a preparação dos rapazes que mais tarde iriam lecionar nos cursos secundários. Ele se entusiasmou pela ideia, e vendo o interesse que tínhamos em procurar resolver o problema do ensino no Brasil se propôs a trabalhar conosco na criação, em São Paulo, de um ginásio, um liceu, em que se pudesse preparar os futuros professores. Foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur. Na ideia dele, como na nossa, os professores deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade – a verdadeira verdade – era que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a esta função eram os que haviam fracassado em suas profissões: o engenheiro que não tinha construções para fazer lecionava a cadeira de matemática, de física ou de química; os médicos sem clínica procuravam *soi-disant* lecionar biologia ou o diabo a quatorze. Não havia especialistas em qualquer destes ramos capazes de incutir nos alunos os princípios da cultura, de contribuir para a formação de cientistas. Não havia ninguém.

Esta magnífica ideia foi, porém, apenas realizada em parte. Depois de uma luta de vários anos, conseguimos que o governo francês e o governo estadual aceitassem colaborar na criação do futuro Liceu e finalmente foi ele fundado. Mas aí entrou o nacionalismo, esse mesmo falso nacionalismo que ainda hoje nos desgraça: não foi possível que a sociedade aceitasse a vinda de professores estrangeiros, pois isto constituía uma ofensa aos brios da nacionalidade... E fundou-se apenas mais um ginásio. Mas para que não se perdesse de todo a ideia do novo colégio, conseguimos que mandassem vir alguns professores – que vinham ao Brasil para ensinar os filhos de franceses radicados aqui. E vieram alguns que sempre nos auxiliaram na campanha em prol da remodelação em profundidade do ensino no país.

Mas este malogro não nos fez perder as esperanças: continuei a bater-me pela ideia da futura criação de uma universidade. O meio era absolutamente avesso à campanha e eram poucos aqueles que viam nele o embrião de uma ideia que pudesse frutificar. A maioria achava muito remota a possibilidade de nosso sonho de criar uma universidade vir a se transformar em realidade. Vem desta época o ‘inquérito’, do qual expandiam algumas das personalidades do meio cultural de São Paulo e que queriam mudar as condições precaríssimas em que se encontrava o ensino no Brasil. Mais tarde foi relatado nas páginas de um livro de Fernando de Azevedo os resultados deste inquérito. Mas concomitantemente, conseguimos que George Dumas mandasse todos os anos para cá as mais destacadas figuras da Sorbonne e outras universidades da França, para pronunciar conferências sobre os temas de suas especialidades. Aos professores que haviam se especializado no problema do ensino pedia que fizessem mais conferências, e foi assim se ampliando a preocupação – antes restrita a um setor muito reduzido – com este grave problema.

Lembro-me bem, foi em 1927, porque coincide com o ano do falecimento de meu pai, que falei com o então professor de

sociologia da Sorbonne, Prof. Fochonnet, que era uma grande, uma extraordinária figura não só cultural, mas também de... Era discípulo dileto de Durkheim, ao qual sucedeu na cadeira de sociologia da Sorbonne. Fochonnet fez várias conferências sobre o assunto e à tarde costumava ir à redação de *O Estado* e sempre que podia desviava a conversa para o que era de fato uma universidade e o que seria necessário para atingir sua plena realização.

Nesta época atravessava o Brasil um período de agitação política, em formação desde o movimento de 5 de julho de 1922. Era visível que o país marchava para uma revolução. Em uma de minhas palestras com o grande mestre Fochonnet ele me disse que estranhava que me preocupasse ao mesmo tempo com a criação de universidade e favorecesse a revolução. Não achava eu que minha ideia pudesse frutificar no meio existente. Estava convencido de que o Brasil entrara em um impasse e do qual, a não ser pela revolução, não sairíamos. Um dia Fochonnet me perguntou: “Mas, diga-me como é que você concilia estas duas ideias: deseja criar uma universidade e quer também tomar parte no movimento revolucionário?” E recorde-me de minha resposta: “Fique sabendo, professor, que esse movimento trará uma revolução no meio culto, o que poderá condicionar o ambiente para a criação de uma universidade. Sua ciência ainda não consegue explicar este paradoxo que se desenvolve nas sociedades sul-americanas”. A verdade era que jamais conseguiríamos concretizar a ideia da remodelação do ensino no Brasil enquanto permanecesse no poder a oligarquia que desde a fundação da república estava no governo. Eu era revolucionário... e no caso da revolução ser vitoriosa procuraria convencer o governo desta ideia. Não estava eu tão longe do verdadeiro caminho: foi depois da Revolução de 32 que foi criada a universidade...

Mas nesta altura dos acontecimentos a ideia tinha chegado a um estado de maturação. Desde esse tempo eu sabia perfeitamente o que seria necessário fazer: a base do sistema universitário devia

ser constituída por uma faculdade, onde fossem ensinados, com sentido universal, todos os ramos do conhecimento humano. Já então eu tinha perfeitamente consciência da razão porque no Brasil, as ciências não progrediam: as ciências haviam se enquistado num estágio primário porque o ensino superior era deficiente. Era ele composto de apenas três faculdades: a de direito, a politécnica e a de medicina. Os brasileiros parece que não compreendiam, até esta data, que com esses três elementos jamais poderíamos criar as elites capazes de formular nosso destino e de pôr em equação o problema brasileiro. Prosseguia-se no mister de formação de simples profissionais e a ciência marchando com extrema lentidão não se mantinha a par do desenvolvimento em outros países.

Veio a Revolução (1930) e para grande desapontamento meu e de meus companheiros que nela tomaram parte, as coisas pioraram e, se não se podia de maneira alguma esperar que a oligarquia destituída criasse uma universidade, aqueles que haviam se apoderado do poder jamais poderiam si quer compreender os méritos desta ideia. O desapontamento foi tal com os senhores da situação que logo dois anos depois o mesmo grupo revolucionário se dispunha a fazer a Revolução de 1932...

Atiramo-nos a ela e fomos vencidos. A maioria de nossos amigos fora presos ou enviados para o exílio. Coube a mim passar um ano em Lisboa onde encontrei vários dos políticos contra quem havia combatido em 30...

E no contato com eles, alguns dos quais excelentes criaturas, minha preocupação constante era o problema brasileiro da cultura.. Era realmente fantástica a incapacidade revelada por membros deste grupo de analisar a questão e compreender que o Brasil precisava de uma universidade para a formação de suas futuras elites.

Nesta ocasião arrebatava na Europa o movimento fascista. Sentia-se que o ambiente estava completamente convulsionado. Mas os exilados brasileiros não se apercebiam da agitação que se

fermentava no velho continente. Eram esses mesmos homens contra quem havíamos lutado em 1930 e que haviam acabado vindo conosco exilados para Lisboa. Eles mantinham as costas voltadas para a Europa e só se preocupavam em voltar para o Brasil e tornar a fazer a política rotineira aqui dentro do país. Eu pasmava diante dessa indiferença e não compreendia como o desastre do Brasil não era maior. Era terrível o atraso de nossos grupos sociais que tomavam parte no governo – punham em risco o destino mesmo de nossa nacionalidade.

Mas o Brasil não se deixa guiar pela lógica, e dentro de pouco tempo, num belo dia, recebi um telegrama de meu cunhado, Armando de Salles Oliveira, comunicando-me que havia sido nomeado interventor em São Paulo. Recobrei o ânimo: “Quem sabe se agora poderíamos realizar alguma coisa de profícuo para nossa terra”. Logo que cheguei, fui convocado por Armando para nos reunirmos em sua casa quando nos relataria o que vinha fazendo, pois há seis meses que já estava no governo. Foi nessa ocasião que me perguntou o que faria se eu fosse governo.

Perguntou-me: – “O que você acha do que já realizei?”

– “Você está certo. Aporia minha assinatura sobre todos os seus atos”

– “E se você estivesse no meu lugar o que é que você faria?”

– “Armando você quer minha opinião pessoal?”

– “Quero sua opinião pessoal”.

– “Meu primeiro gesto seria fazer entrar em São Paulo 100 mil fuzis, 3 a 4 mil metralhadoras e os mecanismos para fazer munição”.

– “Você está louco”.

– “Nós vamos ter que lutar com este homem que aí está (Getúlio Vargas). Em seguida, eu criaria uma universidade. Depois da experiência com as revoluções, colhi os ensinamentos que me indicavam a necessidade premente de se formar uma elite política brasileira. Estes ensinamentos mostravam que o Brasil precisava se dispor a criar uma elite capaz de reger seus destinos”.

– “Como você concebe uma universidade?”

Eu disse: – “Primeiro criaria uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ela teria duas missões: primeiro, realizar pesquisas de ciência pura em todos os terrenos do conhecimento humano; segundo, se dedicar à preparação de professores que se devotarão à formação de brasileiros que serão os futuros alunos desta universidade”.

– “Você acha que as despesas seriam excessivas, muito grandes?”

– “Não me parece. Vou estudar o problema e no prazo de 3 a 4 dias trarei a você uma resposta”.

– “Você tem liberdade...”.

Fui de novo reunir-me com meus companheiros e delineamos o projeto da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Armando o aceitou imediatamente e disse-me:

– “Pois você então reúne um grupo de comissões e estude o plano de nossa futura universidade”.

Foi então que convidei estes elementos a que se referiu o Dr.. (orador anterior: provavelmente Julinho referia-se a Fernando de Azevedo e Theodoro Ramos). Com estes elementos, após dois meses de trabalho assíduo, apresentava a Armando as linhas gerais do Decreto de 25 de Janeiro de 1934. (Isto se passava em dezembro do ano anterior, 1933). Em seguida era promulgada a lei que instituiu a Universidade de São Paulo.

Voltando atrás, a resposta que dei ao Professor Fochonnet quando me perguntou como sendo revolucionário poderia me preocupar com a ideia de criar uma universidade, era justificada: eu tinha razão – um governo discricionário era capaz de fazer aquilo, que um governo constituído não fora capaz.

Logo após a publicação do decreto, tivemos que lutar contra uma verdadeira calamidade: uma chusma de professores se candidatava aos cargos do corpo docente da nova universidade, uma chusma difícil de ser afastada. Foi um deus nos acuda a intervenção de políticos para pedir a Armando que transigisse em mandar buscar a totalidade dos professores de fora. Mas vencemos esta

partida e encarregamos Theodoro Ramos, uma das maiores inteligências que me foi dado conhecer, a ir a Europa escolher os docentes das cadeiras que iriam ser ministradas no Brasil. Entrei em contato com George Dumas (...) Estávamos em pleno fastígio do fascismo e havíamos decidido cuidar de não dar a Fascistas cadeiras de caráter político. Nossa solução foi dar a franceses todas estas cadeiras. Mas como a poderosa colônia italiana fazia questão de que também fossem contratados professores italianos, contratamos na Itália professores para as cadeiras de geologia, mineralogia, física, matemática etc. Contratamos ainda um grupo de judeus, formado por elementos dos mais destacados e que acabavam de ser atirados fora da cultura alemã. E assim constituímos o grupo de professores que tão alto elevaram o nome da nova faculdade.

Iniciadas as atividades, foi verificado que George Dumas tinha razão: os alunos que procuravam matricular-se mostravam-se incapazes de compreender o ensino que lhes era ministrado. (...) entre os elementos que já haviam professado, encontravam-se alguns que eram capazes de aprender o que lhes era ministrado pelos professores estrangeiros. Mas os resultados não foram muito bem sucedidos. Pensou-se em criar um Liceu no qual professassem os assistentes dos professores da Faculdade de Filosofia – o que fariam sob a orientação dos seus professores efetivos. Os alunos do Liceu viriam mais tarde a constituir o corpo docente da nova faculdade. Mas Armando não chegaria a ver a universidade que seria formada dentro de 10 anos. Em fins de poucos anos era enviado ao cárcere e exilado novamente... E a faculdade começou a ser deturpada. Até hoje não existe em São Paulo uma universidade na verdadeira acepção da palavra. Foi a consequência da campanha que contra ela lançariam algumas províncias do país. Não compreendiam a função de uma universidade na vida de uma nação: um organismo solidamente constituído, com todos seus ramos intimamente entrelaçados, formando um corpo uno, essencial-

almente um só. Se não conseguirmos realizar esta universidade é porque nos faltam elementos para tal. Os conhecimentos humanos não são a realização da realidade, mas sim a maneira pela qual a inteligência humana expande esforços para compreender na sua totalidade. As ciências só podem se desenvolver por meio de colaboração, por uma inter-relação dos setores específicos.

Os senhores sabem não estamos longe de atingir este ideal. É verdade que apesar de tudo, muitas coisas foram realizadas. Mas como está a universidade não merece o nome que possui. A universidade é um todo harmonioso formado por realizações parciais. As matemáticas, as ciências naturais, a geologia, todas estas disciplinas caminham de uma maneira espantosa, como há pouco ainda se referia com clarividência o nosso homenageado na posse... Percebia-se através de suas palavras que entrando na universidade, no campo das pesquisas ele foi levado a estudar, pois sem conhecimento da matemática é impossível estudar física ou química atualmente.

Esta ideia é corrente, pelo menos entre uma boa parte da Faculdade e também nos diferentes setores da Faculdade de Filosofia. Já se começa a caminhar no sentido da colaboração mais estreita dos diferentes ramos das ciências. (...) Mas a ideia está ainda em embrião – está ainda muito longe para ser compreendida pelas jovens gerações de brasileiros.

Esta incompreensão se reflete ainda na construção da cidade universitária. Nossa preocupação era tão grande que nós já havíamos previsto que a universidade não se constituísse de faculdades separadas. As faculdades afastadas por distâncias não se coaduna com o espírito da universidade. É primeiro necessária a solidariedade humana para depois se estabelecer a inter-relação intelectual. Concebeu Armando Salles de Oliveira esta necessidade e escolheu o terreno onde mais tarde se iniciaram os trabalhos de construção da cidade universitária. Desenvolvemos uma ideia completa desta cidade: ela devia representar materialmente esta inter-penetração

de espírito, esta colaboração constante entre todos os órgãos universitários e tínhamos mesmo delineado um plano do qual constava, no centro, a Faculdade de Filosofia; esta faculdade já representaria na localização de seus departamentos a compreensão do espírito da universidade: essencialmente a inter-relação de todos os ramos do conhecimento. Em volta da Faculdade de Filosofia, seriam construídas as outras faculdades: de acordo com a categoria científica. Mas ao contrário de nossa ideia, o que se deu foi que cada departamento foi construído separadamente dos demais para se poder trabalhar sem a preocupação de assistir aos outros. A ideia de centralização foi assim destruída. A arquitetura deveria (...) constituir uma projeção do verdadeiro espírito universitário. Mas o crime foi além porque vieram para esta universidade homens que deturpam seu sentido.

A construção teria que ser de determinado estilo, um estilo que representasse nossa própria nacionalidade, a que, portanto, só poderia ser de um estilo barroco... Seria uma lição de história para seus alunos, lição que teriam sempre diante dos olhos. O conjunto dos prédios horrorosos que estão surgindo para nada servem e por ele se vê que ainda não se compreendeu a ideia que regeu a promulgação do projeto de 25 de Janeiro de 1934. As coisas não evoluíram como nós esperávamos e não nos foi possível colher todos os frutos com que contávamos. Mas não sejamos pessimistas, embora a ideia da universidade em si tenha passado em branco, separadamente muitas coisas foram realizadas. Com a própria evolução dos conhecimentos humanos a ideia se imporá a todos e pelas próprias necessidades de suas atuações no meio universitário o corpo docente chegará a compreensão de que sem um espírito de colaboração em predominância jamais chegarão a obter a soma dos conhecimentos visada em última análise.





CRONOLOGIA

- 1892 - Nasce Julio de Mesquita Filho em São Paulo, no dia 14 de fevereiro.
- 1906 - É matriculado na Escola Caetano de Campos.
- 1904 - Viaja a Lisboa para cursar a Escola Acadêmica
- 1907 - É transferido para o colégio 'La Chateleine', em Genebra, na Suíça.
- 1912 - Retorna ao Brasil e matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo.
- 1913 - Participa da 1ª Campanha Civilista de Rui Barbosa.
- 1915 - Começa a trabalhar em *O Estadinho*. Ingressa na Liga Nacionalista, liderada pelo poeta Olavo Bilac.
- 1916 - É bacharelado em direito.
- 1917 - Participa das negociações da greve geral a convite dos operários.
- 1922 - Assim como seu pai, sai em defesa dos revoltosos do Forte de Copacabana.
- 1924 - Durante a Revolução de 1924, participa com seu pai das conversas com o General Isidoro Dias Lopes, comandante da insurreição e grande simpatizante do jornal.
- 1925 - Publica o livro *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*.
- 1926 - Convida Fernando de Azevedo para coordenar o 'inquérito sobre a instrução pública' através das páginas de *O Estado de S. Paulo*. Participa da fundação do Partido Democrático em São Paulo.
- 1927 - Assume a direção de *O Estado* juntamente com seu irmão Francisco, após a morte do pai.
- 1928 - Participa da fundação do Partido Democrático Nacional.
- 1930 - Apoia a Revolução de 1930.
- 1931 - Participa da formação da Frente Única Paulista, que faria oposição ao governo provisório e seria o germe da Revolução de 1932.
- 1932 - Assina, com outras personalidades ligadas à educação, o 'Manifesto dos pioneiros da educação nova'. Participa intensamente da articulação da Revolução Constitucionalista de 1932, e posteriormente serviria como agregado ao Estado-Maior no Vale do Paraíba durante o conflito. É preso

em outubro após a rendição dos constitucionalistas e no mês seguinte é expatriado para Portugal, com seu irmão Francisco e dezenas de outras lideranças da insurreição.

- 1933 - Retorna do exílio no fim do ano.
- 1934 - Consegue junto ao interventor Armando de Salles Oliveira a assinatura do decreto de criação da Universidade de São Paulo.
- 1937/8 - É preso e solto sucessivamente pela ditadura implantada após o golpe do Estado Novo, até que é expatriado pela segunda vez, desta feita para a França, com Armando de Salles Oliveira e outros correligionários..
- 1939 - Consegue embarcar para os Estados Unidos no início do ano, diante da iminência da deflagração da Segunda Guerra Mundial. Em julho do mesmo ano consegue embarcar em direção à Argentina pelo Pacífico, passando por Panamá e Chile. Em Buenos Aires integra-se com a colônia de brasileiros exilados pelo Estado Novo.
- 1940 - O jornal *O Estado de S. Paulo* é passado para o controle do governo estadual por imposição da ditadura.
- 1943 - Retorna ao Brasil com a esposa Marina, mas logo é colocado em prisão domiciliar em sua fazenda de Louveira.
- 1946 - Com a deposição de Vargas, consegue reassumir a direção do jornal *O Estado de S. Paulo*, com seu irmão Francisco.
- 1951 - No dia 31 de dezembro *O Estado* inicia a mudança para o prédio da rua Major Quedinho. É instituído pelo jornal o prêmio 'Saci', para homenagear os destaques anuais no teatro e cinema.
- 1954 - Publica o livro *Memórias de um revolucionário*: notas para um ensaio de sociologia política.
- 1956 - É criado o 'Suplemento Literário', com projeto de Antonio Candido e direção de Décio de Almeida Prado. No dia 24 de agosto a sucursal de *O Estado* no Rio é invadida pela polícia e exemplares do jornal são apreendidos em razão da publicação de um manifesto de Carlos Lacerda. Julio de Mesquita Filho denuncia a arbitrariedade à Associação Interamericana de Imprensa (AII).
- 1958 - É inaugurada a Rádio Eldorado, no dia 4 de janeiro.
- 1963 - Publica o livro *Nordeste*.
- 1964 - *O Estado* apoia o movimento militar que depôs o presidente João Goulart, ao constatar que o mesmo já não tinha autoridade para governar. No entanto, entendia que a intervenção militar deveria ser transitória. Quando se evidencia que os radicais de extrema direita aumentavam sua influência, objetivando a perpetuação dos militares no poder, retira seu apoio e passa a fazer oposição.

- 1965 - Julio de Mesquita Filho é eleito vice-presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa.
- 1966 - É eleito presidente da mesma instituição. No dia 4 de janeiro, sob a direção de Rui Mesquita, sai o primeiro número do *Jornal da Tarde*, marco de uma revolução gráfica e editorial no jornalismo brasileiro.
- 1967 - Em fevereiro a tiragem de *O Estado* ultrapassa 340.000 exemplares. No dia 25 de setembro a AII (Associação Interamericana de Imprensa) protesta contra a censura sofrida pelo *Estado* ao comentar a morte do ex-presidente Castello Branco.
- 1968 - No dia 13 de dezembro *O Estado* é impedido de circular por ordem da ditadura militar. Em 1968, após a edição do AI-5, escreve seu último editorial, "Intuições em frangalhos", o qual provocou a apreensão dos jornais nas bancas e a implantação da censura.
- 1969 - Desgostoso com o acirramento da ditadura no país, morre no dia 12 de julho. É publicado o livro *Política e Cultura*.



BIBLIOGRAFIA

Obras de Mesquita Filho

- MESQUITA FILHO, Julio de. *A Guerra*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.
- _____. Julio. *A crise nacional: reflexões em torno de uma data*. São Paulo: Seção de obras de *O Estado de S. Paulo*, 1925
- _____. *Ensaíos Sul-Americanos*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A, 1956.
- _____. JMF: *Um esboço de autobiografia*. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de julho de 1969.
- _____. *Memórias de um revolucionário: notas para um ensaio de sociologia política*. São Paulo: Editora Anhembi, 1954.
- _____. *Nordeste*. São Paulo: Editora Anhembi, 1963.
- _____. *Política e cultura*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.
- O Estado de S. Paulo*, edição de 2 de dezembro de 1916.
- _____. edição 13 de julho de 1969.
- _____. edição de 15 de julho de 1979.
- _____. edição de 11 de julho de 1999.
- _____. edição de 25 de janeiro de 2004.
- _____. edição de 24 de janeiro de 2009.

Obras sobre Mesquita Filho

- CAMPOS, E. S. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2004. Edição fac-símile 1954.
- MONBEIG, Pierre. Universidade de São Paulo: obra de clarividência e paixão. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 28 de janeiro de 1979.
- PRADO, Décio de Almeida. Em torno de Julio de Mesquita Filho. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 27 de fevereiro de 2000.

VILLA-LOBOS, João Eduardo R. O defensor da educação popular. In: *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1979.

Outras referências bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. Por uma universidade voltada para o futuro. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1979.

BARBOZA, A. C. C. *Cartilha do operário: 1920 – alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920 – 1930)*. (Dissertação de mestrado) São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/DissertacaoAndressaCristinaBarboza.pdf>. Acesso em 03/06/2009.

BOMENY, H. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em 03/06/2009.

BONTEMPI JR. O jornal *O Estado de S. Paulo* no processo de americanização: o inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico. *Anais: IV congresso brasileiro de história da educação*. Goiânia: Sociedade brasileira de história da educação, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Bruno%20Bontempi%20jr%20-%20Texto.pdf>

CURY, C. R. J. Parâmetros curriculares nacionais e o ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação*, maio a agosto, n. 2. Anped:1996. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_03_CARLOS_ROBERTO_JAMIL_CURY.pdf

_____. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educação em Revista*, n. 48, pp. 205-222. Belo Horizonte: dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n48/a10n48.pdf>

CAMARGO, E. A. S. P. A poesia do corpo: a defesa de uma moral austera. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 94, pp. 13-14. Campinas: 2006.

CÂNDIDO, A. Sociologia no Brasil. *Tempo Social* (revista de sociologia da USP), v. 18, n. 1. Junho. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>. Acesso em 30/03/2009.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 1, São Paulo: Jan./Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9808.pdf> Acesso em 02/06/2009.

MARCELINO, E. C. A. O jardim de infância anexo à escola normal de São Paulo: análise do modelo didático-pedagógico. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 1. Marília: 2004.

Outras referências bibliográficas

ANTUNHA, H. C. G. Por uma universidade voltada para o futuro. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 15 de julho de 1979.

BARBOZA, A. C. C. *Cartilha do operário: 1920 – alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920 – 1930)*. (Dissertação de mestrado) São Paulo. 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/DissertacaoAndressaCristinaBarboza.pdf>. Acesso em 03/06/2009.

BOMENY, H. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf>. Acesso em 03/06/2009.

BONTEMPI JR. O jornal *O Estado de S. Paulo* no processo de americanização: o inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico. *Anais: IV congresso brasileiro de história da educação*. Goiânia: Sociedade brasileira de história da educação, 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Bruno%20Bontempi%20jr%20-%20Texto.pdf>

CURY, C. R. J. Parâmetros curriculares nacionais e o ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação*, maio a agosto, n. 2. Anped:1996. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_03_CARLOS_ROBERTO_JAMIL_CURY.pdf

_____. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. *Educação em Revista*, n. 48, pp. 205-222. Belo Horizonte: dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n48/a10n48.pdf>

CAMARGO, E. A. S. P. A poesia do corpo: a defesa de uma moral austera. *Educação e Sociedade*, v. 27, n. 94, pp. 13-14. Campinas: 2006.

CÂNDIDO, A. Sociologia no Brasil. *Tempo Social* (revista de sociologia da USP), v. 18, n. 1. Junho. São Paulo: 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30018.pdf>. Acesso em 30/03/2009.

CARVALHO, M. M. C. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 1, São Paulo: Jan./Mar. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9808.pdf> Acesso em 02/06/2009.

MARCELINO, E. C. A. O jardim de infância anexo à escola normal de São Paulo: análise do modelo didático-pedagógico. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 4, n. 1. Marília: 2004.

MONBEIG, P. Universidade de São Paulo: obra de clarividência e paixão. In.: *O Estado de S. Paulo*, edição de 28 de janeiro de 1979.

PONTES, J. A. V. 1932: *O Brasil se revolta: o caráter nacional de um movimento democrático*. São Paulo: Terceiro Nome/O Estado de São Paulo, 2004.

REIS, E. J. *O parlamento paulista e a questão educacional: uma análise dos discursos de Chiquinha Rodrigues (1935 – 1937)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 2006

RUSSEFF, Ivan. *A inteligência brasileira na virada de 1920/30: encontros e desencontros entre artistas e educadores*. Curitiba: Editora UFPR, 2005. Disponível: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t022.pdf>.

SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos avançados*. v. 10. n. 26. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo: 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n26/v10n26a13.pdf>.

_____; SOARES DE ALMEIDA, J.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, T. *O legado educacional do século XX no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SOUZA, R. F. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 52. São Paulo: novembro/2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a08v2052.pdf>. Acesso em 07/04/2009. SITE: Entrevista de Paschoal Lemme à *Ciência Hoje*: <http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=41>.





Este volume faz parte da Coleção Educadores,
do Ministério da Educação do Brasil, e foi composto nas fontes
Garamond e BellGothic, pela Sygma Comunicação,
para a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco
e impresso no Brasil em 2010.

